

**CARLOS
MARIGHELLA**

**Por que resisti
à prisão**

**MORTO EM
DEFESA DA
LIBERDADE**

ODUM



**editora
brasiliense**

Centro Editorial e Didático

POR QUE RESISTI À PRISÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora em Exercício:

Maria Gleide Santos Barreto



CENTRO EDITORIAL E DIDÁTICO

Diretor:

Gustavo Ariocara de Oliveira Falcón

Supervisão e Acompanhamento Gráfico

Aloisio Moura Filho

CARLOS MARIGHELLA

POR QUE RESISTI À PRISÃO



editora brasiliense

Copyright © by Clara Charf, 1994
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia da editora.

ISBN: 85-11-26025-0
Primeira edição, RJ, Edições Contemporâneas, 1965
2ª edição, 1994

*Ilustração de capa: Esboço de Oscar Niemayer para o
projeto do túmulo de Carlos Marighella, pertencente ao
acervo particular da museóloga Gilka Goulart de Sant'Anna
Capa: Maria Eliana Paiva*



Av. Marquês de São Vicente, 1771
01139-903 - São Paulo - SP
Fone (011) 861-3366 - Fax 861-3024

IMPRESSO NO BRASIL

SUMÁRIO

Apresentação (<i>Antonio Candido</i>)	7
Prefácio (<i>Jorge Amado</i>)	9
1. A prisão	13
2. As crianças	22
3. Uma versão policial	28
4. O depositado 523	32
5. Depoimento sobre um tiro	36
6. Provas contra a polícia	43
7. O que são os homens do DOPS	51
8. Conclusões de um atentado	55
9. As "cadernetas de Prestes"	57
10. Viagem espacial	64
11. Comunista mas não criminoso	72
12. Os crimes da ditadura	82
13. Resistência ou conformismo	98
14. Marxismo e liberdade	105
15. O fascismo militar brasileiro	114
16. Os rumos da ditadura	120
17. O papel das forças populares e nacionalistas	132
18. A nova geração e a liderança marxista	143

APRESENTAÇÃO

A reedição deste livro de Carlos Marighella é uma boa maneira de assinalar a passagem dos trinta anos do golpe militar de 1964, pois ele é um protesto e uma análise do seu significado de movimento reacionário, ligado a uma tendência que Marighella denomina "fascismo militar", instrumento para manter as iniquidades da nossa organização social, desde a preservação do latifúndio retrógrado até o cerceamento da vida democrática.

Por que resisti à prisão é composto de maneira interessante, pois começa por um fato concreto, que ele descreve com relevo palpitante: a sua prisão em 9 de maio de 1964, com requintes desnecessários de brutalidade, durante uma sessão de cinema cheia de crianças, no bairro do Tijuca, no Rio de Janeiro. Marighella, homem que não conhecia o medo, resistiu e foi baleado no peito, sendo a seguir preso e longamente maltratado. A narrativa dos pormenores que seguiram essa ocorrência policial, narrativa dotada de um relevo cheio de vibração, faz o leitor entrar em contacto com a sinistra violência dos órgãos de repressão. Como era a fase inicial do regime (que chegou à ferocidade total no fim de 1968), ainda pôde haver manifestações nos jornais e Marighella acabou solto, pois não havia motivo plausível para a arbitrariedade que o atingiu.

Na segunda parte do livro, vemos o caso pessoal desaguar em ampla reflexão política, a partir das razões que o autor oferece para explicar que resistiu a fim de desmascarar a natureza da ditadura, disposta a cear essencialmente as liberdades. O leitor percebe então que não se trata de mero relato autobiográfico, mas de um ato políti-

co, que supera a experiência individual para chegar à análise da situação, do ponto de vista de um grande revolucionário marxista. Com o mesmo calor, o mesmo ritmo expressivo com que narrou as vicissitudes da prisão em suas diferentes fases, Marighella reflete sobre o processo do golpe (falsamente qualificado de "revolução" pelos seus promotores), caracterizando-o como tentativa de barrar as aspirações populares, cuja força vinha crescendo. Em conseqüência, mostra a necessidade de uma oposição firme e constante.

O livro é de 1965 e muita coisa ainda mais grave estaria por acontecer, na vida de Marighella e na vida do povo brasileiro. Trata-se, por isso, de documento inestimável sobre um determinado momento de ambas, digno de ser lido e admirado pela expressividade da escrita, a lógica da composição e a flama revolucionária de um lutador intemerato, mas tolerante, que era um marxista aberto, pronto para aceitar os matizes da realidade e a pluralidade das opiniões, dentro do pressuposto básico da aspiração a uma democracia popular, que abolisse a máscara dos regimes destinados a perpetuar o privilégio. Quando sabemos que o preço que pagou foi a morte, avaliamos plenamente a estatura de Marighella como herói do povo brasileiro e o significado desta narrativa de uma experiência pessoal coroada pela teoria da luta pela liberdade. Nada, portanto, mais adequado para marcar o aniversário do movimento obscurantista de 1964.

Antonio Candido

PREFÁCIO

É preciso não ter medo
é preciso ter a coragem de dizer
(Carlos Marighella, *Rondó da Liberdade*)

... um comunista atrevido
que resistiu à prisão
e mesmo a bala ferido
se defendeu sem ter medo
brigando como um leão.

(*Estória em versos de uma prisão* – folheto de cordel)

A leitura deste livro, *Por que resisti a prisão*, cuja primeira edição data de 1965, faz-se indispensável para o conhecimento e a compreensão da figura de Carlos Marighella, assassinado pela ditadura militar, em 1969, herói da luta do povo brasileiro contra a miséria e a opressão. Herói porque a bravura, a constância, e irreduzibilidade e o devotamento foram qualidades de seu caráter. Marighella não vacilou nem fraquejou em nenhum momento; desde a adolescência a luta foi seu cotidiano, sua tarefa, seu destino. Eu diria, porém, que Carlos foi de certa maneira o anti-herói por excelência, exemplo de ser humano humaníssimo, homem de carne, osso e coração.

Os heróis, por mais das vezes, tornam-se desumanos, afeitos à batalha e à glória – a violência marca-lhes a ação e a determina, a insensibilidade endurece-lhes a face e no peito o coração é um lingote de ouro. Ora, Carlos foi o oposto desse herói erguido no clangor da vitória, no mando de soldados, herói que, com facilidade, se transforma em tirano, apenas alcança o poder pelo qual lutou. Assim

sendo, para entender Carlos Marighella, faz-se necessário ler este livro, onde ele conta as circunstâncias do atentado que sofreu em 1964, quando os tiras da polícia política da ditadura recém-instalada invadiram o cinema Eskye-Tijuca, no Rio de Janeiro, para matar um dirigente comunista cuja atuação, no Parlamento e na praça pública, dera-lhe a condição de líder respeitado, estimado, alguém merecedor de confiança e de carinho.

O cinema, em hora de matinê, estava repleto de crianças e elas foram a maior preocupação do cidadão acuado pela malta da polícia, condenado à morte, o revólver dos belegüins apontados para seu peito: naquela hora de extremo perigo, o temor de que uma bala perdida matasse um dos meninos da platéia. Coberto de sangue, a bala no peito, o pensamento de Marighella é para elas, que são o motivo maior de sua luta, bate-se pelo futuro das crianças brasileiras.

Este livro de denúncia e combate é igualmente de ternura; à indignação contra os sequazes do golpe de Estado, mistura-se o amor pelas crianças e pelo povo: um livro denso de pensamento político, denso igualmente de emoção. Escrito numa linguagem que vai do panfleto ao poema, algumas de suas páginas chegam a ser comoventes. Referi-me à preocupação maior pelas crianças na sala do cinema, ao sabor das balas perdidas, mas quero me referir igualmente à página na qual Carlos fala em seus pais: "... meu pai era operário, nascido em Ferrara, na Itália... minha ascendência por linha materna procede de negros haussás, escravos africanos...". Trata-se de página de beleza simples e tocante, nela Marighella proclama sua condição de mestiço brasileiro, e a originalidade cultural que condiciona e comanda sua vida. O amor ao povo e a solidariedade com os pobres e os oprimidos são as constantes razões da luta a que se devota por inteiro, dão à figura de Carlos Marighella uma dimensão mais além e acima do mito do herói – tantas vezes desumana – para fazer dele um brasileiro terno e cons-

ciente – o irmão dos marginalizados, o combatente das boas causas.

Entre a exaltação do herói e realidade simples do homem, prefiro sempre a realidade do ser de carne e osso, distante da falsa auréola feita de lauréis e lisonjas. Este livro nos restitui o brasileiro Carlos Marighella em sua medida de grandeza, que herói se lhe pode comparar?

Desejo ainda chamar a atenção do leitor para detalhe da escrita desta reportagem política que é, ao mesmo tempo, afirmação de um escritor, este curioso e fascinante *Por que resisti à prisão*. Desejo constatar que o livro é narrado – das cenas do assalto ao cinema à solidão das celas dos cárceres, às salas de interrogatório no Rio e em São Paulo – com humor, um humor corrosivo, em certos instantes quase cruel, jamais amargo.

A amargura não faz parte do livro, tampouco o fez da personalidade de Marighella. Carlos sabia rir, seu riso era alegre e festivo. Eu o vi chorar, o coração ferido, quando os idosos ruíram aos pés de nosso espanto. Era um homem inteiro e íntegro, um brasileiro filho da mistura, um mestre do humanismo, um baiano de régua e compasso, herói na medida do povo.

Jorge Amado

1. A PRISÃO

A minha prisão, no dia 9 de maio, no cinema Eskye-Tijuca, revestiu-se de sensacionalismo e *suspense*. A polícia fez constar que eu fôra preso com uma caderneta de endereços, com telefones de Brizola e outros. A verdade é que não fui preso trazendo comigo quaisquer documentos ou anotações, a não ser – como é lógico – a minha carteira de identidade. As chaves encontradas em meu bolso eram do apartamento onde moro e das portas de entrada do edifício. O dinheiro? Somente 253 cruzeiros.

Os agentes do DOPS dispararam um tiro contra o meu peito para me matar. A arma é da polícia, e isto é testemunhado pela bala que foi extraída do meu corpo pelo Dr. Acioly Maia, médico-cirurgião do Hospital da Penitenciária Professor Lemos Brito.

O tiro foi desfechado à queima-roupa, dentro do cinema. O pormenor é importante: foi dentro do cinema. A casa de espetáculos estava cheia de gente. Era uma tarde de sábado, e grande a afluência de crianças. O filme era significativamente o “Rififi no Safari”.

A selvageria e a brutalidade policial não tem qualificativos. Por que atiraram com o cinema cheio de crianças? Puro banditismo! O projétil ficou encravado no meu corpo. Não fôra isto, e uma bala doida teria vitimado outras pessoas, atingindo com certeza crianças inocentes. A polícia não pode negar o seu crime.

Os policiais que efetuaram a diligência criminosa estão indiciados por tentativa de homicídio no processo-inquérito 10/64, alusivo aos acontecimentos no dia 9 de maio, no cinema Eskye-Tijuca. O Instituto Médico Legal da Guanabara, aonde compareci duas vezes, me fez o

exame de corpo de delito e está de posse de minhas vestes ensangüentadas e com três orifícios de bala. Os policiais culpados irão ao tribunal de júri.

O DOPS da Guanabara retardará ao máximo o andamento do processo, temendo o julgamento. Não adiantará. O crime foi demasiado monstruoso para que a opinião pública o esqueça e a justiça deixe de pronunciar-se. Ademais, eu – que sou a vítima – jamais calarei.

É um sinal dos tempos que um perseguido político tenha de refugiar-se num cinema para escapar à sanha policial. Mesmo assim não pôde livrar-se de um tiro da polícia.

Com as primeiras notícias divulgadas pelo rádio e a imprensa, muitas pessoas julgaram que eu estivesse assistindo tranqüilamente a uma sessão de cinema, quando fui atacado a bala pelos policiais. Era impossível a essas pessoas chegar a uma conclusão diferente, pois desconheciam os antecedentes do fato. De qualquer maneira, o comentário não podia ser outro senão o que os jornais registraram: – Já não se pode ir mais ao cinema, que a polícia não deixa!

Com o atentado a bala contra a minha vida dentro do cinema, ficou provado que a ditadura atual não respeita nem o direito de um cidadão qualquer ir a uma diversão tão corriqueira. Que conspiração subversiva pode ser feita no interior de um cinema cheio de crianças e famílias?

Por curiosa coincidência, Lee Oswald – o suposto assassino de Kennedy – foi preso no interior de um cinema, na cidade norte-americana de Dallas, conhecida como baluarte do obscurantismo e da reação daquele país. Não consta até hoje que para prendê-lo tivesse sido necessário tiroteá-lo dentro de uma sala de projeções. E travava-se – segundo as autoridades dos Estados Unidos – de um temível criminoso! Quanto a mim, que não sou criminoso, não ando armado nem portava arma alguma quando sofri a brutal agressão dos agentes do DOPS, qual a justificativa para ser baleado no cinema?

Não é crime ir ao cinema, ao que parece. Eu até que gosto imenso de cinema... Naquela tarde, entretanto, só fui ao Esky-Tijuca obrigado pela polícia da Guanabara. Entrei no cinema porque, tendo o DOPS no meu encaço, preferi despistar utilizando este recurso. Que mal há nisto? É direito meu como de qualquer brasileiro – a livre locomoção, que a ditadura vigente procura cercear.

Eu não estava enganado. Não tinha, como não tenho, nenhuma ilusão no novo estado de coisas implantado pela violência no país. A primeiro de abril o que houve foi um golpe militar fascista, com toda a seqüência de arbitrariedades, despotismo e opressão.

Logo após a vitória de abrilada – como é natural – retirei-me provisoriamente do apartamento onde residia, temendo a repressão policial. Eu já tinha a amarga experiência de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros. Naquela ocasião eu estava ausente de casa. A polícia chegou portando metralhadoras e arrombou a porta com grande escândalo, causando prejuízos materiais. Queria prender-me e efetuar apreensão de “documentos subversivos”, que, para surpresa sua, não encontrou. Eu não podia esperar que em 1964 a polícia fôsse agir diferente.

Ao sair do apartamento, deixei uma das chaves com a zeladora do edifício, como acontecia comumente quando me ausentava em viagem. Nesses momentos era à zeladora que eu confiava a guarda do apartamento, sua limpeza e conservação.

Como não podia deixar de ser, a polícia compareceu ao meu apartamento. A visita não foi nada cordial. Embora a zeladora tivesse aberto as portas para a indefectível revista (a famosa “batida policial”), os agentes do DOPS chegaram em grande aparato, de metralhadoras em punho. Estava configurada a invasão do domicílio. Mas os beleguins não se mostravam satisfeitos e iam “encanando” no banheiro quem quer que lhes parecesse ter de fazer confissões à polícia.

Não tendo encontrado documentos, armas, dinheiro, endereços, nem tendo obtido confissões, retiraram-se um tanto quanto desconsolados. Para não perder a viagem, roubaram alguns objetos (polícia que é polícia nunca pode ser acusada de não ser “amiga do alheio”).

Imagino – e deploro até – a falta de sorte da polícia, a decepção por não ter surtido efeito a trabalhosa diligência. Compreendo que para a polícia isto é um mal: um “homem perigoso” que costuma ir ao cinema (quando pode ou quando é obrigado pelo DOPS) e que não usa caderneta de endereços, não tem telefone do Brizola, não guarda em casa moeda estrangeira – nem rublos nem dólares –, não coleciona planos de guerrilha, não arquiva documentos nem planos revolucionários, não guarda listas de nomes de conspiradores brasileiros ou de espões soviéticos ou chineses, e nem ao menos tem no fundo do armário um depósito de armas, munições e inflamáveis para a guerra revolucionária ou uma miserável pistola com silenciador para atentados pessoais!

É incrível também que um comunista como eu resida num apartamento de aluguel, de quarto e sala, onde logo à entrada já se viu tudo. Isto não permite à polícia mostrar ao povo o fausto e a riqueza da residência de um dirigente comunista! Nem dá ensejo a demoradas buscas, pela exigüidade do espaço tão necessário à guarda cuidadosa de toneladas de material da subversão. É uma deslealdade dos marxistas! “Alguma tramóia existe nessa coisa de comunista morar nesses apartamentos pequenos” – deve pensar lá o DOPS com os seus botões.

Outro fato significativo é que a polícia interrogou o quanto pode quem lhe passou a mão, para provar que os nove chineses presos após o golpe viviam entrando e saindo do meu apartamento nos idos de março. Sempre solícita, a polícia informava aos interrogados que o meu nome constava de uma carta dos chineses. Todos deviam, portanto, confessar que eu e os chineses mantínhamos profundas ligações subversivas através do meu apartamento.

Foi outro plano que malogrou: ninguém conhecia os chineses e nunca os vira no edifício. O único perigo nisso tudo era se o homem da tinturaria fôsse chinês... e andasse pelo prédio em busca de freguesia. Teria que confessar tudinho ao DOPS ou então iria para o suplício do “pau-de-arara”... ou seria queimado a vela nas partes genitais, como realmente aconteceu com os chineses presos.

O fracasso da polícia na busca em meu apartamento levou-a a “acampanar” a zeladora do edifício, que veio ao meu encontro na Galeria Eskye, trazendo-me um embrulho de roupa lavada. Daí por diante o DOPS estava no rastro de um “criminoso político”, um comunista fichado.

Oh! meu Deus, que horror! Estar no rastro é a mesma coisa que estar no encalço – linguagem policial adequada à perseguição dos maiores criminosos, exatamente aqueles do tipo lombrosiano, como parece que são os comunistas...

Ao perceber à certa distância um indivíduo em atitude suspeita, como que vigiando os passos da zeladora, prefere ingressar no cinema. E o fiz repentinamente, visando a receber no interior do salão, às escuras (o espetáculo estava começando) o embrulho de roupa que ela trazia. Meu intuito era iludir a vigilância policial, confundir o “acampanador” ou “acampanadores” e sair algum tempo depois por outra porta, enquanto as luzes ainda estivessem apagadas.

A polícia, porém, invadiu o cinema, obrigou o gerente a mandar acender as luzes e iniciou o cerco em plena platéia, depois de ocupar as saídas.

Com absoluta calma e tranqüilidade, observei o que se passava em derredor.

“Por que acenderam as luzes?” pensava de mim para comigo. Não demorou muito e ouvi ao meu lado o clássico “Têje prêso!” Isto me foi segredado aos ouvidos por um “tira”, de pé, à direita da cadeira em que eu estava sentado. O convite do policial era para que eu me retirasse do cinema, acompanhando-o preso. Verifiquei então,

num relance, que os policiais – autênticos bandidos – haviam se aproximado rapidamente. Não foram sentar-se ao meu lado, como se noticiou. Movimentavam-se procurando localizar-me, as luzes da sala acesas (temiam que eu desaparecesse no escuro). Outro agente policial estava erguido à minha esquerda. Na fileira em frente, como num sortilégio ou numa aparição de ilusionismo, um policial nervoso, espécie de “relações públicas” do DOPS, fazia as apresentações, exibindo uma carteirinha:

– Aqui é o DOPS – falou com a voz embargada de medo.

Em qualquer filme americano de faroeste as peripécias não seriam diferentes. Só que agora a tela branca estava sem imagens e muda, e a figura de Bob Hope já não mais se agitava, como antes, entre outros personagens e animais em pleno safári. O que se passava na vida real era muito mais trágico: um homem que não estava na selva e, sim, numa grande e populosa cidade coberta de asfalto, e entretanto caçado como um animal selvagem. Tudo se passava com a rapidez do raio. Meu olhar perpassando em torno do curioso espetáculo desenrolado fora da tela, numa agilidade que só o perigo e o instinto de conservação podiam explicar. Com a mesma incrível rapidez, minha atenção concentrou-se na atitude estranha e agressiva de um policial, de cócoras, em minha frente, empunhando uma arma de fogo, cano apontado para o meu coração. Não havia dúvida. O crime ia ser perpetrado ali. Friamente planejado. Premeditado. Com todos os requintes de barbárie e de irresponsabilidade – características inseparáveis do atual regime.

Levantei-me gritando: – Matem, bandidos! Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva o Partido Comunista!

Ato contínuo, o policial deu ao gatilho. Foi tudo numa fração de segundo. Um estampido dentro do cinema. Os gritos de horror. A fumaça do tiro. O cheiro de pólvora queimada. O sangue quente rolando aos borbotões sobre

a camisa, o paletó. As vestes ensangüentadas. Um filete de sangue em minha boca e seu sabor adocicado. Os "tiras" como que embriagados (o sangue embriaga) pareciam chacais – misto de lobo e raposa – chafurdando no meu sangue. Metiam as mãos pelos meus bolsos. Eram os "documentos subversivos"... Malditos documentos... Eu não os tinha. Em meus bolsos somente a carteira de identidade e o maço de notas mixas, os 253 cruzeiros. As mãos dos "tiras" sujas do sangue do comunista. Um "tira" se apossando do embrulho cor-de-rosa com a roupa lavada. Seu semblante refletia satisfação interior. Alegria. Talvez euforia. "Sim." E pensaria consigo mesmo. "Agora a promoção! A glória! O comunista baleado. Os documentos subversivos aqui... neste embrulho cor-de-rosa. Oh! felicidade! Os elogios do chefe! A missão cumprida! A Pátria reconhecida, quem sabe! A riqueza!" E o "tira" afastando-se digno, orgulhoso com o embrulho de roupa lavada amarfanhado ao peito umas cuecas com remendos, camisas, calças, vestes usadas. Nem ao menos indumentária elegante, última moda, que os "tiras" pudessem envergar (mesmo sem lhes pertencer), para sair por aí como autênticos "bacanas".

A multidão de espectadores se recuara para um canto do cinema, encurralada. As crianças chorando. Um drama terrível de ódio e de sangue. Um trágico episódio jamais apagado de suas memórias. Jamais imaginado e jamais visto na tela. Mas vivido realmente e – como um paradoxo – dentro mesmo de um cinema. Depois a luta na rua. Um magote de "tiras" cruéis, selvagens, imbecis, massacrando um homem desarmado, que se esvaía em sangue, defendendo sem medo da morte o ideal que abraçou e a liberdade que ama acima de tudo. Gangsterismo puro. A nova ordem de coisas em que pretendem enquadrar o Brasil.

Resisti a essa prisão até o fim. Não desmaiei com o tiro, no interior do cinema; o tiro disparado pelos policiais foi o primeiro sinal da luta: Não rolei para o chão. Lutei

todo o tempo com a bala embutida no corpo, e sangrando sempre e muito.

O raciocínio me vinha com uma lucidez e uma clareza espantosas. Analisava tudo segundo a segundo. Em menos tempo talvez. Dizia de mim para comigo: "Agora não vou entrar no tintureiro!" E não permitia que me empurrassem para o seu interior – o carro com as portas traseiras abertas, como fauces de um gorila monstro pronto para engolir-me. Era erguido no ar pelos brutamontes da polícia.

Ao chegar à boca do "tintureiro", erguia as pernas, fincava os pés no teto do carro e distendendo fortemente os músculos forçava a um recuo do bando de assassinos que me seguravam, atirando-os por terra. Os covardes não podiam compreender. Por que tanta e tão encarniçada resistência de um homem desarmado e ferido? Por que não se avantajavam fisicamente? Ouvia-os desesperados a dar ordens uns aos outros. Que me espancassem nas partes mais delicadas do corpo. Que acabassem logo com aquilo. Temiam o povo em redor, que protestava. Enquanto pude, empreguei a força de ombros, braços e pernas e agilidade dos golpes de capoeira. Mas minha força vinha mesmo da convicção política, da certeza de que tudo isto é ditadura e de que a liberdade não se defende senão resistindo.

Dominaram-me por fim com uma pancada no crânio, que me pôs nocaute e desacordado. E assim cheguei ao Hospital Souza Aguiar, onde médicos, acadêmicos de medicina e enfermeiros, faziam esforços para me despertar e se perguntavam mutualmente se eu já não estaria morto. Ainda sobre o trauma do massacre da Tijuca, ao recuperar os sentidos no Pronto Socorro, prossegui no comício em defesa da liberdade e da democracia, do Partido Comunista e da independência da Pátria, contra o golpe, a ditadura e o fascismo militar. Pensava que tinha sido conduzido para o DOPS. Minha decisão era continuar protestando ainda que esta atitude importasse em minha morte ante a

fúria assassina dos policiais. Minhas palavras de protestos foram interrompidas por vozes que distingui nitidamente: – Você não está no DOPS, Marighella! Aqui é o Pronto Socorro!

Acalmei-me. Eram profissionais conscientes do dever, médicos, homens que respeitam a condição humana. Os “tiras”, o DOPS – isto é outra coisa. Bandidos! Algozes! Carrascos! Monstros! Mas não calaram minha voz enquanto lutei contra todos eles, meu sangue salpicando o povo aglomerado na rua, espantado e atônito, a calçada vermelha.

2. AS CRIANÇAS

Jamais me passou pela cabeça que um dia eu haveria de travar uma trágica luta ante uma multidão apavorada de crianças. Aos policiais que me atacaram a tiros ante essas crianças apavoradas talvez isto nada represente. Talvez, não! Com certeza. Que sentimentos humanos existem nesse policiais? São uns desalmados. Há quem os chame de beleguins, esbirros, galfarros, mastins. Isto em bom português. Prefiro tratá-los pelo nome de “tiras”. É um termo de gíria, usado inicialmente na linguagem pitoresca dos gatunos, espécie de gente com quem os policiais melhor se identificam. “Tira” é uma denominação mais desprezível e, por isso, mais adequada.

E eis que os “tiras” não respeitaram as crianças. E atiraram. E as fizeram correr atropeladamente, chorando, o terror estampado nas faces.

Há muitos anos atrás, em São Paulo, deu-se um dos piores desastres com crianças já registrados nos país. Foi no velho cinema Oberdan, durante uma matinê, e o acidente até hoje é lembrado com amargura. Um grito: – Fogo! e centenas de crianças se lançaram de supetão pelas estreitas portas de saída, onde foram simplesmente pisadas, esmagadas, achatadas pelos adultos igualmente em fuga. Dezenas de crianças mortas – este o resultado imprevisto do pânico no interior do cinema. Já se pensou no que teria sucedido às crianças do Esky-Tijuca, diante do pânico gerado pelo tiroteio irresponsável dos agentes do DOPS?

Abracei a causa do comunismo quando ainda frequentava os estudos de engenharia civil na velha Escola Politécnica da Bahia. Pouco antes de terminar o curso,

abandonei a Escola e desisti da carreira. Um sentimento profundo de revolta ante a injustiça social não me permitia prosseguir em busca de um diploma e dedicar-me à engenharia civil, num país onde as crianças são obrigadas a trabalhar para comer. Ou então vivem ao léu, pelas ruas, abandonadas, sem escolas e sem meios para freqüentá-las. Ou são massacradas no SAM e nos reformatórios modelos – escolas do crime.

Já então a minha disposição era de luta revolucionária pelas reformas sociais. Descendo de italiano. Meu pai era operário, nascido em Ferrara (Alta Itália – Região de Emília). Chegara como imigrante a São Paulo e se trasladara à Bahia. Minha ascendência por linha materna procede de negros haussás, escravos africanos trazidos do Sudão (e afamados na história das sublevações baianas contra os escravistas).

Desde criança habituei-me a meditar sobre um problema a respeito do qual meu pai falava quase diariamente:

– Por que o pobre trabalha toda a vida e nunca tem nada?

Por uma questão de classe – pois nada tenho em comum com as chamadas elites ou classes dirigentes brasileiras – sentia-me inclinado a examinar a situação dos pobres, em cujo meio vivia e de onde provenho.

O estudo, o tato intelectual com os problemas da vida, o gosto pelos livros, a tendência para a observação científica levaram-me na lógica formal ensinada no ginásio à indagação teórica em torno da filosofia marxista. Buscava uma interpretação da sociedade brasileira, algo que explicasse as contradições observadas no ambiente em que vivia – operários, estudantes, homens e mulheres do povo, sincretismo religioso, preconceitos das elites. E em tudo isso, presente, inarredável, a imagem das crianças, sofrendo, trabalhando, pondo em bondes – como eu via diariamente em Salvador, para ganhar uns míseros tostões vendendo jornais. Como homem do povo, escolhi cedo o caminho, que só podia ser o da luta pela liberdade.

Tenho diante de mim os recortes de jornais sobre minha prisão. Amigos e familiares guardaram-nos cuidadosamente. Agora posso ler o que publicado, livre do pesadelo da longa e torturante incomunicabilidade. São muitos recortes e de muitos jornais do Rio e de São Paulo, entre eles *Última Hora*, a *Folha de S. Paulo*, *A Notícia*. Os do *Correio da Manhã* têm um lugar especial. Todas as pessoas que encontro falam-me do *Correio da Manhã*, que deu cobertura total ao acontecimento da prisão e manteve o público informado, combateu a monstruosidade policial e desmascarou as falsidades do DOPS.

Corro os olhos pelas duas crônicas que Sérgio Bittencourt escreveu no *Correio da Manhã*, nos dias 12 e 13 de maio. Foram publicadas em "Bom Dia, Rio" – seção diária do jornal – com os títulos "Em defesa de crianças" e "Pais, Leitora, Resposta & no Mais".

Sérgio Bittencourt é um cronista carioca de sensibilidade. Suas crônicas são repassadas de ternura e amor pelas crianças.

Eis o que diz Sérgio Bittencourt, em desabafo, no final da crônica "Em defesa de crianças".

"Um fato, um único fato, pode caracterizar um estado de coisas. Os homens de Borer afirmaram, na sede do DOPS, que tiveram que atirar em virtude de Marighella encontrar-se armado. Mentira, e o fotógrafo deste jornal foi ameaçado por um dos vândalos, justamente porque fotografaria, como fotografou, Marighella sem arma, apanhando como um assassino. Quantas mentiras já foram ditas?

A fotografia que publicamos, hoje, mostra o terror estampado na cara de crianças presentes à arbitrariedade. Não sei de nada mais inútil que uma criança terrificada. Os homens de Borer não sabem disto, porque de pouca coisa sabem na vida. No máximo, assinam o nome e o livro de ocorrências; acrescentam nomes à interminável lista de prisioneiros. E escrevem a palavra democracia.

O fotógrafo conta que o policial de arma em punho, gritava, na sua histeria revolucionária: – *Vermelho! Vermelho!*

O sangue, na calçada, também, vermelho, o preso contorcia-se, gemendo, no chão, mas enfrentando como um animal ferido. Na viatura, a sigla da Polícia, a mesma Polícia que o pai do menino afirmou existir ‘para proteger a cidade e seu povo.’ O homem jorrando sangue, os gemidos, a histeria de homens armados, a valentia de alguém desarmado – não, eu não sei o que pode pensar, desta cena, uma cabecinha começando a entender!

O que sei, o pouco que sempre soube, é o que um bom-senso me grita: pior que fazer uma ‘revolução’ com aspas, é aliar essa mesma ‘revolução’ ao sangue inútil arrancado do corpo de um homem cambaleante, indefeso e sozinho – tudo isto, ante os olhos confusos e assustados de crianças, que podem não saber o que seja uma ‘revolução’, mas já percebem o que é uma covardia.”

Em sua outra crônica, no mesmo estilo – a um só tempo irônico e poético –, Sérgio Bittencourt nos fala no “País do Têje Preso”. Estranho país, onde tudo pode suceder. Onde não há mais garantia a nenhuma liberdade individual.

“No País do Têje Preso” – escreve Sérgio Bittencourt – “eu não sei o que é temeridade. Amigos, velhos, novos e novíssimos, chegam mais para perto e sussurram um conselho medroso:

– Escuta, deixa os homens pra lá. Tá certo que você não concorde, mas esquece, nêgo! A situação é toda ela de fato, e os homens estão mandando brasa!

É válido, procede o temor de meus amigos mais e menos chegados. A situação é, toda ela, mesmo, ‘de fato’, e o Direito, pelo que se vê, passou a ser um troço que os antigos usavam para se defenderem. A temeridade está em tudo. O perigo pode ser visto e sentido desde a discussão ideológica em plena praça pública, até uma simples ida ao bar da esquina, para a cervejinha gelada.

São poucos, bastante poucos, os que de casa saem levando, dentro de si, a certeza inabalável da volta. A caçada, de repente, intensifica-se, quando todos pensavam que abrandaria; o que deveria ser apenas enérgico, virou desumano, e diariamente registra-se no tímido noticiário policial da imprensa, um verdadeiro festival de *bang bang*.”

E o cronista continua retratando o “País do Têje Preso” com tamanha perícia e tal precisão que não há como fugir à tentação de reproduzir o que se segue:

“No país do Têje Preso a tática é a do terror. Assim sendo, é altamente psicológico três homens agredirem, e pisotear, e alvejarem, um único homem desarmado. Principalmente, porque esse homem é comunista, ex-deputado eleito pelo Partido, perigo flagrante e incalculável para uma Sociedade que se alicerça e reafirma. Uma voz é uma voz, gritando ou gemendo, pedindo sangue ou perdão, cantando vitória ou confessando derrota. Há que se emudecer as vozes, mesmo as mais inúteis e desacreditadas.

E, na frente dos olhos de espanto das crianças do País do Têje Preso, para que tudo se confunda, se misture, e uma espessa nuvem de fumaça – a fumaça dos canos – deixe embaçada a imensa tela que toda criança traz diante de si, e onde projeta-se a beleza de tudo.”

As crianças de hoje recordarão amanhã, quando forem adultas, a cena sangrenta a que assistiram e a voz do comunista ferido que protestava. Nada será em vão. E a lembrança do “País do Têje Preso” virá como um pesadelo que passou, pois servirá para ilustrar um passado desonroso e imerecido. Mas, como tratamos de crianças, vejamos a parte final da crônica de Sérgio Bittencourt:

“No mais, a grande notícia ainda é o tiroteio dentro do Eskye, na Tijuca. Em respeito ao vandalismo que paira, as coisas deixaram de acontecer. Ninguém viu

nada, ninguém sabe de nada, e a filhinha de um nosso companheiro de redação não dorme desde sábado. A menina assistiu ao fato, estremeceu-se e encontra-se perigosamente traumatizada. Perigosamente, porque ninguém conseguiu-lhe explicar o sangue de um homem e a histeria de três.

E o perigo reside, justamente, na conclusão a que um trauma pode conduzir. Não parece, mas criança também deduz.”

Eu não conheço esta criança. E me entristeço com o seu sofrimento. Como desejaria que desaparecesse de sua cabecinha o menor vislumbre da violência policial! Sei que é impossível. Mesmo para os adultos, o drama é inapagável. Em meu leito de hospital, preso incomunicável numa cela estreita, ainda ferido e atordoado, eu considerava comigo mesmo até que ponto chegou a reação, sua crueldade e envilecimento. Não há palavras, porém, para caracterizar os dias que vivemos. Quando até as crianças, na sua inocência, e na alegria e beleza da vida que imaginam, são traumatizadas e vão para o leito sem poder conciliar o sono noites seguidas, é que sobre o país se abateu uma desgraça.

3. UMA VERSÃO POLICIAL

A polícia incumbiu-se de veicular uma versão sua sobre os acontecimentos que se desenrolaram quando fui detido no cinema Esky-Tijuca. Esta versão policial é inteiramente inverídica, falsa em todos os sentidos, mentirosa. Tratando-se de uma prisão política, é evidente que a polícia tinha o interesse de fazer uma provocação, deturpar ao máximo os fatos e tentar mais uma vez enganar a opinião pública.

Seus esforços foram inúteis. Embora minha incomunicabilidade tivesse se estendido pela maior parte dos 90 dias de prisão, em consequência eu não soubesse do que se passava aqui fora, pude verificar depois de libertado que alguns jornais procuraram esclarecer a verdade. O *Correio da Manhã* – como é reconhecido sem discrepâncias – teve uma atitude corajosa e contribuiu com firmeza para rebater as falsidades.

As mentiras da polícia – pelo menos as mais gritantes – logo foram desmascaradas. Caiu, assim, redondamente a versão falsa de que eu portava uma arma e tentara sacá-la, com ela afinal produzindo um ferimento em meu próprio tórax!

Ficou mais do que provado que eu não estava armado. Aliás não uso arma comigo e não tinha, como não tenho, nenhuma necessidade de enfrentar à bala os policiais do DOPS. A polícia age ilegalmente, cometendo arbitrariedades. E nada melhor para comprová-lo do que apontar em cada caso concreto o seu comportamento bandidesco.

A polícia por si mesma encarrega-se de mostrar-se como é, agredindo, espancando, torturando, matando.

Por que fazê-la passar por vítima, quando ela própria não pode fugir ao seu desígnio e tem que pôr a calva à mostra?

No caso da diligência policial que culminou com um tiro disparado em meu peito por um dos agentes do DOPS, a polícia tentou fugir à responsabilidade. Os beleguins, ah! eram uns santos. Agiam pacificamente. Eu é que os agredira. E com tal violência que, lutando com mais de meia dúzia de policiais, eu não tivera dúvida: disparara um tiro em mim mesmo com um possante revólver, calibre 38! Os "tiras", coitados, nem ao menos puderam apreender o revólver (que não apareceu). Por fim, o povo defendeu a polícia (que ótimo!). Os populares, revoltados com o meu protesto, haviam se colocado ao lado da polícia e... me deram uma boa sova. Este o noticiário fantástico fornecido à imprensa pelo DOPS e pelo Secretário de Segurança da Guanabara, comunicado que o *Correio da Manhã* fulminou em nota sob o título acertado e feliz de "Crueldade e Imbecilidade".

As mentiras policiais não se limitaram à interpretação do atentado a bala que sofri. O DOPS foi mais longe e arquitetou uma provocação política de maior alcance, visando a apresentar-me como um terrível agente da subversão – o bode expiatório de todas as invencionices com que se procurava justificar o golpe militar fascista de 1º de abril. Explica-se, assim, que eu queira apresentar a verdadeira versão dos acontecimentos. Que eu procure contrapor às falsidades da polícia o relato puro e simples da minha prisão, fazendo-o acompanhar de observações e comentários políticos.

É um direito que me assiste defender-me das falsas acusações policiais. Tanto quanto defendi minha vida ao enfrentar os gângsteres do DOPS, que não hesitam em vomitar seus balaços contra cidadãos desarmados. E isto em uma cidade de mais de 4 milhões de habitantes, de onde parece ter fugido a civilização. Neste mesmo Rio de Janeiro – que por ironia da sorte continua sendo a capital política e cultural do país – e onde, de par com os mais

terríveis bandoleiros gerados pela própria sociedade atual, a polícia anda armada até os dentes cometendo crimes abomináveis.

É como que um depoimento perante a opinião pública. E tanto mais indispensável quanto que a polícia até agora não fez publicar os meus depoimentos prestados em cartório do DOPS e devidamente autenticados com a minha assinatura. O que apareceu nos jornais, rádio e televisão, na maior parte, são fragmentos e grosseiras deturpações ou falsidades nojentas. O que revela a absoluta desonestidade da polícia e sua característica falta de isenção.

Colocando tudo isto preto no branco, recorro à literatura política, gênero muito em voga nas circunstâncias atuais, quando a militância política sofre toda sorte de restrições. O livro editado – apesar do ódio e das violências dos detentores do poder, que instauraram o terrorismo cultural – é ainda uma válvula de escape, ao lado da crônica literária e mesmo da social. A opinião pública aceita o gênero, compreendendo a vantagem da utilização de quaisquer possibilidades legais, por mínimas que sejam. Ao militante político não cabe desdenhar recursos – ainda os mais precários – contanto que possa comunicar-se com o público e travar o diálogo tão odiado pelos inimigos das liberdades, mas tão necessário quando a luta pela democracia surge num plano inteiramente novo, em ligação concreta com a realidade da vida econômica e social brasileira.

É o oposto do que pretende a polícia, cuja renitência em espalhar falsidades faz parte do ofício. Jamais se pode dar crédito a uma versão policial em assunto de natureza política. A polícia política existe como força especializada nessa matéria, onde estão em jogo interesses das classes dirigentes, defendidos ciosamente por uma organização de segurança, repressiva por excelência, arbitrária e prepotente. Qualquer assunto político tratado pela polícia tem um sabor indisfarçável de algo preparado com temperos podres. É preciso desconfiar.

O objetivo da polícia política é quebrar a moral dos que combatem politicamente a ordem retrógrada dominante. Tentar desmoralizá-los perante o povo com acusações infundadas. Será mais fácil, assim, levar os explorados à passividade, a aceitar sem protestos os desmandos e a arbitrariedade. E a conformar-se com a prevalência do poder econômico sobre as massas.

Não é preciso dizer mais para que se tornem claros os objetivos visados pelo DOPS da Guanabara com a enxurrada de mentiras da versão policial atribuída aos acontecimentos da minha prisão.

4. O DEPOSITADO 523

No Hospital Souza Aguiar estive dois dias, na enfermaria, em sala coletiva, guardado por policiais, que, de algemas em punho, se revezavam, prontos para qualquer emergência. As ordens do DOPS eram severas, e a incomunicabilidade mantida rigorosamente. As algemas que os “tiras” exibiam deviam ser para reduzir-me à impotência, em caso de perigo... ou de agitação. Acontece que eu estava imóvel no leito, ferido e traumatizado, e não tinha força nem para virar-me.

Também já sabia que o rádio e a imprensa haviam noticiado minha prisão. Como diria o Ibrahim Sued, em enfermaria coletiva... tudo se sabe.

O Dr. Ribeiro, vice-diretor do “Souza Aguiar”, e o Dr. Décio Coimbra, chefe da seção de Raios-X, cuidavam de mim. Ante a insistência do DOPS em transferir-me do “Souza Aguiar” imediatamente (a polícia mostrava-se temerosa), advertiram aqueles médicos aos policiais que, em virtude da gravidade do meu estado, eu não poderia ser levado nem para o DOPS nem para um distrito policial qualquer.

Os investigadores incumbidos da minha guarda estavam a um tempo aparvalhados e insolentes e queriam saber dos médicos o que eles conversavam comigo. Suprema idiotice. Por necessidade profissional, os médicos têm de conversar com os doentes!

Na segunda-feira (eu fora preso no sábado), o DOPS decidiu remover-me para o Hospital da Penitenciária Professor Lemos Brito.

Não fui aceito pelo diretor do presídio, que alegava estar eu ferido gravemente, não ser condenado, e nem ao

menos ter mandado de prisão. Transladaram-me ao Presídio Fernandes Viana. Pelos mesmos motivos, fui rejeitado. Fizeram-me retornar ao "Souza Aguiar", aonde cheguei moído da viagem aos trambolhões na ambulância.

Mais tarde cerca de doze "tiras" foram enviados ao "Souza Aguiar". Algemaram-me à maca e transportaram-me de novo para o hospital da penitenciária, onde fui introduzido de qualquer maneira. Era o resultado de um argumento irrespondível – o aparato policial.

Trancafiaram-me num cubículo estreito – o de nº 31 – de grossa porta de madeira com uma janelinha. Do lado de fora uma bruta placa. *Incomunicável*. A notícia corria de boca em boca entre os presos comuns e os funcionários, em toda Penitenciária: "Perigoso comunista baixou ao hospital baleado".

O DOPS previa tremendíssimas agitações, comícios intermináveis que eu faria, sobressaltando os internados do hospital e perturbando o trabalho dos médicos e enfermeiros.

Para surpresa geral, o incomunicável da cela 31 – cela onde eu estava recolhido – era um preso tranqüilo. Encerado entre as quatro paredes, em rigorosa incomunicabilidade, eu deixava escorrer os dias e horas sem nada falar e sem nada pedir. Médicos e enfermeiros, guardas e demais funcionários atendiam-me diariamente, sem que pudessem registrar qualquer anormalidade. E eu não tinha mesmo nada mais a fazer, senão curar-me, enfrentar serenamente o tratamento das lesões, mesmo nos momentos mais graves.

Entretanto, para justificar o desumano isolamento, o DOPS fez espalhar a notícia de que eu fora removido para uma sala solitária, por estar fazendo pregação comunista entre os presos comuns, a propósito do tiro que recebera.

Não me entreguei a tal pregação, nem era necessária. A polícia mesma já havia se incumbido de mostrar o regime que temos, desfechando-me um tiro no peito, ao

efetuar minha prisão. Todo mundo tomara conhecimento do bárbaro atentado. Que é que eu precisava dizer mais?

No hospital da penitenciária, minha situação era originalíssima. Os enfermeiros – no desempenho do dever profissional – alertavam-me sempre de que aquilo era cadeia! Importante refrescar a memória do preso! Eis que pode parecer-lhe e a muita gente que hospital é hospital, que há leitos numa sala coletiva, roupa de cama diariamente, presença e convívio humanos. Mas, não. É cadeia mesmo. Quatro paredes, uma grade alta no fundo, uma janelinha na porta batida. Uma privada mal escondida por um muro de menos de um metro de altura. Uma pia em frente à privada. Uma cama velha de colchão rasgado (o leito do doente). Um cortejo interminável de baratas pequeninas, que à noite infestam a cela, passeando sobre o corpo do preso adormecido – rosto, lábios, pernas, e aglomerando-se em torno dos restos de comida.

Nenhuma leitura. Nem livros. Nem jornais. Isolamento completo.

Um funcionário do presídio – logo após meu ingresso na cela 31 – veio informar-me oficialmente e com um ar meio misterioso:

– O senhor está aqui em regime depositário. É o depositado 523.

Compreendi tudo. Legalmente eu não era preso. Mas como tinha que ficar preso – já que era ordem do DOPS – minha condição era a de um objeto depositado no almoxarifado, isto é, jogado no cubículo... Uma coisa... Uma carga atirada para um canto. Mais adiante eu chegaria à confirmação de que estava mesmo sendo tratado como um objeto que se larga no depósito. Isto, porém, já é outra estória.

No hospital, extraíram-me a bala do corpo. Era uma bala com a extremidade vermelha – por sinal. O impacto do tiro foi tão violento que a cabeça do projétil sofreu um achatamento, ao atingir a ponta da costela, a pouca distância do apêndice xifóide, produzindo três orifícios.

Varou-me o peito, saiu pela região axilar, perfurou o braço esquerdo – onde se alojou – perto do tendão, com risco de paralisia.

Alongavam-se os dias de minha permanência incommunicável na cela 31. Médicos, enfermeiros, funcionários, presos comuns internados, acabaram vendo que o diabo não era tão feio como se pinta. E que, afinal, o “terrível criminoso”, segregado no hospital, não era o que se dizia.

É que minha luta é uma luta política. E não minha somente. Mas de todo o povo. E dos trabalhadores. E de todos os que sofrem as consequências da ditadura, enfrentando ademais a carestia de vida, cada vez mais assustadora. E essas pessoas compreenderam o alcance do protesto que fiz, ao ser preso no cinema Esky-Tijuca.

A polícia – esta vivia sob a obsessão de que eu por toda a parte daria vivas à democracia e ao Partido Comunista e morras à ditadura militar fascista.

O temor da polícia – explicável, aliás, em quem, por sentir o peso da culpa, com a própria sombra se assusta – contagiava a direção do hospital. Nem mesmo me tiravam uma chapa de raios-X, pelo pavor de transportar-me de um edifício a outro.

Minha atitude serena e imperturbável transformou em simpatia geral o que o DOPS forcejava em fazer crer um barril de pólvora prestes a explodir.

A tentativa policial de apresentar-me como um energúmeno, um insolente arruaceiro – em suma, um fascinora – falhava completa e melancolicamente.

A polícia estava em maus lençóis. Disparara o tiro contra mim, prendera-me, pusera-me incommunicável, mas não tinha mesmo de que me acusar. Nessa altura, Borer havia pedido licença do DOPS e se afastara do país.

Ia completar-se um mês de prisão. Nem assim me chamavam para o indispensável depoimento no DOPS. É que a polícia tinha de responder por um tiro. Ela e eu não eu – o depositado 523.

5. DEPOIMENTO SOBRE UM TIRO

Rangem as chaves na porta da cela 31. Sou chamado pelo chefe geral dos guardas a conversar com policiais que trazem uma ordem do DOPS. Faltavam quatro dias para inteirar um mês de prisão. E eis na galeria do hospital, um vasto corredor ladrilhado, brilhando, grades nas paredes, grades em frente, grades por todos os lados. Os “tiras” receberam-me embaixo. Comunicam-me a ordem: levar-me ao Instituto Médico Legal. Volto para trocar o pijama do hospital pela roupa que trajava no dia dos acontecimentos. E apresento-me novamente aos policiais. Visto uma camisa tinta de sangue, literalmente tinta de sangue, a camisa que eu trazia quando travei a luta no cinema. Está toda rasgada, os buracos de bala aparecendo, furos com bordas azuladas como pequenos olhos cercados de olheiras azuis. As calças estão manchadas de sangue. Avanço com os pés descalços. Os “tiras” quedam-se de boca aberta:

– Era esta a roupa que o senhor ia mudar?

– Sim – respondo-lhes irônico –, esta é a roupa que vestia quando cheguei aqui.

Na luta, o paletó ficara em frangalhos. Os sapatos voaram longe. O que restava era aquilo. Uma peça acusatória tremenda. Um libelo contra a polícia, aquela indumentária. E a roupa ainda cheirando a sangue, entranhado por entre a tela do tecido.

No Instituto Médico Legal, sou atendido pelo Dr. Walterlino e pelo Dr. Rubem. O Dr. Walterlino acha que o caso trará complicações no futuro para a polícia. Sou submetido a minucioso exame de corpo de delito, que evidencia à saciedade ter sido o tiro disparado pelos policiais.

O Dr. Rubem observa as cicatrizes produzidas pelo projétil:

– Esse tiro foi para matar – afirma, apontando-me o tórax.

Em seguida sou transportado ao DOPS. Em vez da sala de torturas, estou agora apenas no cartório do DOPS. A sala de torturas é preparada para os espancamentos, a aplicação do suplício do choque elétrico e do chamado “telefone”. O cartório é só para depor perante o escrivão. Uma máquina de escrever, o preso ante o funcionário ou funcionários policiais, as perguntas e as respostas. Quando o preso é torturado e confessa, fica obrigado a responder ao escrivão o mesmo que afirmou aos torturadores na câmara de suplícios. Se não o fizer, voltará a apanhar.

Eu não havia sido levado à sala de espancamentos. O tiro que recebera ainda repercutia nas páginas dos jornais e na opinião pública revoltada e estarrecida. Seria arriscado para a polícia aplicar o recurso da câmara de torturas. O clamor público, a vigilância em torno da polícia diante do atentado a tiros no cinema, levavam o DOPS a pôr as barbas de molho. De minha parte, estava decidido a não deixar que me submetessem a interrogatório na sala de torturas. Já fui torturado a frio, no mesmo DOPS de hoje e na antiga Polícia Especial! Isto foi em consequência da derrota do movimento armado de 1935, desencadeado pela Aliança Nacional Libertadora. Embora eu não tivesse participado desse movimento, e mesmo sem jamais ter sido militar em minha vida, fui preso por atividades subversivas. A tortura a frio por que passei então no cárcere, sob a vigência da ditadura de Getúlio Vargas e Felinto Müller, ensinaram-me que é melhor mil vezes morrer lutando com os policiais do que permitir-lhes que supliciem o preso imobilizado e sem poder oferecer resistência.

Era esta a minha disposição ao ser encaminhado ao DOPS, após a passagem pelo Instituto Médico Legal.

– Por que o Sr. veio com esta roupa suja de sangue?

– Porque o DOPS me deixou incomunicável esses dias todos – retruquei-lhe ao pé da letra e com maus modos.

Estava claro. Se a polícia detinha em seu poder as chaves do apartamento onde estavam as peças de muda, e se não me mandara entregar o embrulho de roupa apreendido no dia da prisão – vejam bem, apreendido pela polícia! – como podia eu chegar ao DOPS com outra indumentária? Reconheço que a roupa suja de sangue é incômoda para a polícia. Mas, que jeito?

O escrivão – diante da máquina de escrever – começou a pôr no papel o cabeçalho de rotina, perguntas corriqueiras da qualificação do acusado, e logo passou a um rápido intróito político.

Adiantei-me ao seu pensamento, com uma observação inicial:

– Não ponha aí no papel que isto é *revolução*, senão eu não assino coisa nenhuma! Ponha: *golpe militar fascista, ato institucional fascista*.

O escrivão franziu o cenho, mas passou para o papel exatamente o que eu dizia.

Aqui se inicia meu primeiro depoimento no DOPS. Eu tinha o máximo interesse em prestar esse depoimento. Faria tudo para que me ouvissem. Recorreria ao juiz, ao diabo, iria ao inferno. Não renunciaria em nenhuma hipótese a denunciar um crime da polícia. Era exatamente o depoimento a respeito do tiro que a polícia disparara contra mim. Entre parênteses, foi o único tiro em toda a “revolução”. (leia-se golpe). O único tiro... e em que correu sangue. E por desgraça, não foi um tiro disparado pelos “subversivos”. Foi um tiro da polícia contra um homem desarmado. E o golpe veio... batizado com o nome de “revolução”, para impor a ordem, e fazer o Brasil andar certinho!

Ao escrivão declarei que – como é público e notório – sou comunista. Sou dirigente comunista. Não abdiquei jamais de minha condição de comunista. Este direito eu o tenho assegurado pela Constituição. Não há força

humana que me possa afastar do ideal que abracei. É uma questão de convicção. Minhas idéias estão expostas em artigos e trabalhos escritos. São coisas públicas e legais, do conhecimento de todo o mundo – obviamente também da polícia.

E o meu depoimento continua: – Cumpri pena de sete anos e meio de prisão durante o Estado Novo. Fui anistiado em 1945 e eleito deputado à Assembléia Constituinte, como representante do Partido Comunista. Em 1948, fui expulso do Parlamento juntamente com os demais membros da bancada comunista, quando já então a Constituição de 1945 (elaborada com a participação dos comunistas) estava promulgada e – desde o momento da cassação de nossos mandatos – também flagrantemente violada.

De 1948 a 1958 respondi, na clandestinidade, a um processo político instaurado pela polícia. Deste processo fui absolvido pelo juiz da 9ª Vara Criminal e desde então tenho vivido na legalidade, até que a polícia me deteve.

Prossigo no meu depoimento:

– Retirei-me provisoriamente do apartamento em que morava, logo após os sucessos de 1º de abril. Os motivos por que os fiz são defensáveis e compreensíveis. Enfrentamos àquela data um golpe de força, um movimento militar de caráter fascista. Violento. Arbitrário. Prepotente. Totalitário. Os direitos individuais foram lesados ou abolidos. Lares invadidos. Correspondência censurada e apreendida. Enfim, o fascismo militar.

Agora, um comentário que fiz à margem do depoimento, comentário não reduzido a termo, mas suscitado por uma observação do escrivão num intervalo do seu trabalho: por onde andei enquanto estive ausente do apartamento, se voltei ou não ao apartamento enquanto estive fora, isto são coisas de que não tenho de prestar contas à polícia. A este respeito, nada tenho a declarar.

O que eu não podia era ficar em casa, como numa ratoeira, esperando a diligência policial, com seu costumeiro e renovado *show* de violências e monstruosidades.

Aconteceu, porém, o atentado a bala no cinema –, o que serviu mesmo para mostrar que o que aí temos é a ditadura e o poder fascista dos “gorilas”.

Por isso protestei. Gritei no interior do cinema e na rua uma porção de palavras de ordem: liberdade, democracia, Petrobrás, Luís Carlos Prestes, Partido Comunista, morte à ditadura. Para resumir, o meu primeiro depoimento no cartório do DOPS foi uma descrição precisa e sintética do atentado a bala, executado pelos agentes do DOPS contra a minha vida.

Alguns pormenores foram destacados no depoimento. Um dos policiais, depois do disparo do tiro feito pelo seu colega, gritou:

– Não atirem mais!

Fiz questão de que figurasse este fato no depoimento. Não é por nada. Esta frase significa que o tiro foi disparado mesmo pela polícia, tanto que um policial pedia a seu colega para não atirar mais. Este detalhe – na aparência insignificante – desmascara a afirmativa do secretário de Segurança da Guanabara de que o tiro fora desfechado por um personagem “que não pertencia à polícia!”.

Outro pormenor: os “tiras” é que mandaram acender as luzes e ocupar as saídas do cinema. Tendo disparado o tiro e provocado o pânico entre os espectadores – grande parte dos quais inocentes, crianças – e ao mesmo tempo obstruindo as saídas, os policiais agiram com desumanidade e instinto perverso. Poderiam ter provocado o massacre de vidas humanas, no atropelo da fuga que se seguiu ao disparo da arma de fogo.

O mais curioso de tudo: os “tiras” responsáveis pela minha prisão estão indiciados no processo e depuseram no inquérito. O autor do tiro está indiciado por tentativa de homicídio. Eu também estou indiciado – não por tentativa de homicídio ou coisa correlata. Mas por crime mais grave, a julgar pela observação que me fizeram no cartório do DOPS, em tom de censura e reprovação. O meu crime é *desacato à autoridade e resistência à prisão*.

É que – diante do imprevisto da minha atitude – cumpria à polícia encontrar uma saída para ocultar sua própria ilegalidade e encobrir a natureza fascista da ditadura.

De outro crime não fui acusado. E a *Última Hora*, de São Paulo, edição de 11.7.64, chegou a publicar uma nota em que observou:

“O curioso é que a Guanabara, não obstante a atividade continuada de Marighella, o qual jamais nega a atividade de ativista, sua prisão foi justificada como ‘desacato e resistência’, sem referência a qualquer atuação em movimentos subversivos.”

Entretanto, obtida minha liberdade – após oitenta dias de prisão – mediante *habeas-corpus* impetrado pelo eminente advogado católico Dr. Sobral Pinto, venho a saber pelos jornais que a 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo já decretou minha prisão preventiva. Meu novo crime é ter o nome citado 133 vezes nas chamadas “cadernetas de Prestes” (*horresco referens*).

Quanto ao policial que desfechou o tiro contra mim, este ainda não tem prisão preventiva. Nem o DOPS da Guanabara cogita de mandar o processo ao juiz distribuidor. Não se fala de julgamento dos policiais envolvidos no crime do cinema Esky-Tijuca. São dois pesos e duas medidas – o que dá uma idéia dos perfeitos padrões e critérios de justiça da atual ditadura...

Há também o caso da amante. Para que a farsa policial ficasse completa, surgiu esta história criada pela sádica imaginação do DOPS. Eu estaria envolvido em rocambolesca complicação amorosa com a zeladora do edifício. Não vale a pena repetir neste relato os capítulos da novela que a polícia inventou. São cenas chinfrins de um romance mal arquitetado, que o próprio DOPS – seu criador – não teve coragem de continuar divulgando. Mantendo eu um comportamento familiar irrepreensível no edifício onde resido (sou ali o segundo mais antigo morador), não

era possível a nenhum residente do prédio acreditar na história policial ou servir de testemunha de acusação. O don-juanesco episódio, revestido da qualidade de novo tipo de atividade subversiva, nem ao menos constou no processo ou mereceu a honra de qualquer alusão nos depoimentos. Tudo se resumiu ao falso noticiário fornecido pela polícia aos jornais, com o objetivo mal disfarçado de apresentar os dirigentes comunistas como pessoas desprovidas de consenso moral. A provocação falhou, pelo próprio absurdo em que o DOPS a envolveu. A conhecida baixez moral da polícia – e de seus chefes e agentes – não a credencia no papel de moralista, e tudo caiu no ridículo.

Um livro interessante, publicado sob o título *O processo de Leipzig: Documento, cartas e notas*, de Dimitrof, relata uma provocação deste gênero. No processo do incêndio do Reichstag, Dimitrof foi acusado de ter noivado com uma senhora divorciada, embora fosse casado. A calúnia dos fascistas foi pronta e energicamente desmascarada por Dimitrof. Mas isto quer dizer que é um método tradicional da polícia nos países capitalistas tentar desmoralizar os revolucionários através de provocações e calúnias das mais sórdidas.

Malgrado o plano do DOPS da Guanabara, a zeladora do edifício foi posta em liberdade. E a isentaram de culpa. Só que a essa altura – e com 26 dias de prisão – ela já havia passado pela sala de torturas, onde lhe aplicaram o “telefone”, choques elétricos e outros castigos e humilhações.

6. PROVAS CONTRA A POLÍCIA

No inquérito instaurado pelo DOPS, as provas se acumularam contra os policiais. Quanto são? Seus nomes? Quem são?

Quando um homem desarmado luta contra seus algozes no interior de um cinema, de luzes acesas, mas sob a penumbra no lugar onde se encontra, não procura fixar a fisionomia de seus atacantes. Aliás, não tem tempo para isso. Precisa defender-se utilizando todos os recursos, desde a força física até a astúcia. Foi o que fiz. Chamava-me a atenção a arma que o policial apontava contra mim. Observar seu rosto era-me indiferente. Desferi um pontapé violento para desarmar o braço assassino. Reduzi a pedaços – com o impacto do pé – uma cadeira do cinema. Não pude impedir o tiro, entretanto. Daí por diante – baleado – minha vista turvou-se. Tudo para mim era uma sombra, como que me caíra sobre os olhos uma venda, ou uma tela negra se estendera em minha frente. Só não perdera a lucidez e lutava contra os “tiras”. Antes de ser ferido, verifiquei que eram quatro. Depois disso, senti que o número aumentava, e continuei lutando.

Que os policiais eram quatro no mínimo – ao começar a lutar – não há a menor dúvida. Eis o que diz a *Folha da Manhã* de São Paulo, no dia 11.5.64:

“Quase no final da segunda sessão do cinema Eskye, quatro policiais se apresentaram ao gerente do cinema e informaram que pretendiam prender um dos espectadores. Ordenaram então que fossem fechadas as portas laterais do cinema e que as luzes fossem acesas.”

Na mesma edição, a *Folha da Manhã* afirma um pouco antes:

“Marighella, que possui um físico avantajado, brigou com os quatro policiais que o prenderam, tendo, em consequência, recebido um tiro que lhe varou o tórax e alojou-se no braço. Depois disso, foi violentamente espancado antes de entrar no carro da polícia, mas mesmo ferido continuou resistindo, gritando que não havia motivo para a sua prisão.”

Vejo também – nos recortes de jornais – que chefiou a diligência o policial João Macedo, o sobrinho de Borer. A polícia afirma que João Macedo não é detetive. Sua condição é a de “voluntário”, alcagüete, “colaborador”. Como é que se explica que um alcagüete chefia uma diligência policial? E que a diligência resulte num ferimento a bala no preso? O secretário de Segurança da Guanabara, em carta enviada ao *Correio da Manhã* (edição de 13 de maio de 1964), afirma:

“A bem da verdade, esclareço que:

1 – Quem atirou contra o cidadão Carlos Marighella não pertence aos quadros da Polícia.”

Outra revelação surpreendente! Bela diligência policial! Afinal de contas, não eram policiais os executores da diligência? Quem os autorizou a levá-la à prática?

A carta do secretário de Segurança continua da seguinte maneira:

“2 – Está aberto inquérito no DOPS, visando a apurar a responsabilidade do fato. 3 – Ao receber voz de prisão, o cidadão em apreço resistiu violentamente, tentando, inclusive, sacar de arma. 4 – O “espancamento” do líder comunista resultou da ação de populares, solidários com a polícia e revoltados com o procedimento insólito do preso. 5 – A prisão foi efetuada por um único policial, fato que invalida, desde logo, a hipótese de ‘espanca-

mento' por parte de *policiais*. Como se vê, o *Correio da Manhã* veiculou informações falsas."

Em "Nota da Redação", o referido jornal contradita o secretário de Segurança nestes termos:

"Falsas e tolas – são as afirmações do Sr. Borges. Provamos: a foto que encima a sua carta mostra os três policiais segurando o ex-deputado Carlos Marighella. Logo, não está invalidada a hipótese do espancamento por policiais. Aliás, não é uma hipótese: é um fato.

Antes da conclusão do inquérito, o Sr. Borges já prejulga ao afirmar que quem atirou contra o ex-constituente não pertence aos quadros da polícia. Então, por que não prenderam o criminoso? Se o Sr. Borges é onisciente, não precisaríamos de inquéritos.

Mas precisamos."

O inquérito foi de fato realizado no DOPS e pelo DOPS! E o que revelou? Tudo ao contrário do que disse a polícia.

Eis o que diz o *Correio da Manhã* em sua edição de 12 de maio:

"O detetive Macedo, comunicando-se com a Polícia Central, solicitou a colaboração de uma turma de policiais, composta além de outros, dos detetives Irã, Edgar, Carlos Santos, Lourival e Cavalcânti."

Cabe à polícia explicar como é que João Macedo – não sendo da polícia – pôde solicitar a Polícia Central uma turma de policiais e foi atendido! Quem atendeu ao pedido de João Macedo? Teria' sido Borer, seu tio? Na Polícia (que leva a efeito as determinações da atual ditadura contra a subversão e a corrupção) também há filhotismo, também há corruptos?

O *Correio da Manhã* continua o noticiário, dizendo o seguinte:

“Os detetives Macedo, Carlos Santos, Lourival e João acercaram-se de Marighella (no interior do cinema) e, segundo disseram, deram-lhe voz de prisão, solicitando que se retirasse do recinto.”

O noticiário prossegue:

“Reagindo com atitude inesperada – dizem os policiais – o ex-deputado comunista levantou-se e, em altos brados, disse aos policiais: ‘Vocês vão matar um comunista macho!’ e ‘Abaixo a ditadura fascista militar no Brasil’. Formado o tumulto, com o emprego de força dos policiais para conter o ex-deputado comunista, os espectadores, em pânico, abandonaram o recinto.”

E logo em seguida:

“A certa altura da luta ouviram-se disparos de revólveres. Ao deixar o cinema, já na rua e sempre reagindo, Marighella estava baleado no peito. Todo ensangüentado, já semidespido da cintura para cima, foi então, a custo, atirado dentro da camioneta da Polícia que o conduziu ao Hospital Souza Aguiar. Alguns policiais foram atingidos por socos e pontapés e afirmaram que Marighella é forte e resistente, chegando a ter enfrentado na rua catorze policiais reunidos para prendê-lo.”

A notícia do *Correio da Manhã* acrescenta:

“Embora espectadores tenha dito ao *Correio da Manhã* – único jornal no local quando da prisão – que o ex-deputado comunista foi baleado pela Polícia, os detetives afirmam que ele não só resistiu à prisão em altos brados e com o emprego de força, como também sacou de um revólver calibre 38 que trazia consigo. Tentando desarmar Marighella, os detetives seguraram-lhe o braço, momento em que a arma detonou atingindo o peito do ex-deputado do PCB.”

Bastante ilustrativo é o noticiário que vejo no recorte da *Última Hora*, de São Paulo, edição de 11.6.64. Diz o jornal:

“Ao ser transferido da sala de curativos para o Raios-X, Carlos Marighella fez a seguinte declaração: ‘Fui ferido pela polícia. Lutei com dez homens. Os policiais não titubearam em eliminar-me. Sou comunista. Comunista, sim, mas não um criminoso’.

Após estas palavras, um médico do HSA impediu a ação dos jornalistas, determinando que um soldado da PM mantivesse os repórteres e fotógrafos afastados.

Os policiais Irã, Edgar e Luiz, que conduziram Marighella ao hospital, discutiam em voz baixa nos corredores do Pronto Socorro. Edgar estava com a roupa manchada de sangue. O detetive Irã lamentava-se, dizendo nunca ter feito uma prisão sangrenta em sua carreira, que já estava para aposentar-se e por isso ‘não quero arranjar complicações’, dizia. O detetive Edgar, por outro lado, afirmou-nos: ‘Ele feriu-se com a própria arma, dando um tiro no peito para nos complicar’.”

O *Jornal do Comércio*, da Guanabara, do dia 10 de maio de 1964, diz o seguinte:

“Entre os policiais que foram prender o ex-líder comunista, estavam os detetives Irã e Edgar. Segundo afirmação de uma testemunha à reportagem do *Jornal do Comércio*, o detetive Irã teria dito ao seu colega: ‘O homem já estava dominado, não havia necessidade de atirar’.”

De tudo o que aí fica transcrito e do que se apurou no inquérito, como de tudo o mais que se constatou – incluindo o meu testemunho, digno de atenção por ser eu a vítima – já há material em abundância para condenar a Polícia.

Acontece, porém, que ainda há mais. É o caso que – tendo a polícia apreendido minha carteira de identidade

no momento da prisão – passei a insistir, por todos os meios, junto ao DOPS, para que ela me fosse restituída. A todo o momento vinha uma informação respondendo aos meus requerimentos. A justificativa que me davam era de que a carteira estava com o secretário de Borer... e o secretário estava de férias. O secretário de Borer de férias... e o patrão “trabalhando”...

Ao ser posto em liberdade, após uma série de protestos de minha parte, a carteira me foi finalmente restituída. Vinha embrulhada num papel branco grampeado. Junto a carteira encontrava-se um maço de notas velhas totalizando 253 cruzeiros. Ridícula quantia para um líder comunista... Para a polícia, líder comunista que se preza tem que andar no mínimo com 253 mil cruzeiros no bolso. Eu evidentemente menoscabava do DOPS andando com aqueles míseros e esfarrapados cruzeiros.

O importante, entretanto, no embrulho (que continha a carteira de identidade e as notas) – era mesmo o papel. Nele estavam escritas anotações por sinal interessantes e comprometedoras. Foi um cochilo da polícia.

A fotocópia, reproduzida em seguida, mostra o que estava escrito no papel branco grampeado.

“Entregue pelo Borer
CARLOS MARIGHELLA

O homem está no Pronto Socorro
(Foi baleado) (253,00)

Carteira de identidade nº
301262, expedida
pelo M. da Guerra,
Em 23.12.1958.”

Isto quer dizer que, logo após a diligência policial em que fui ferido a tiro, e preso, Borer recebeu a comunicação da minha prisão. Os “tiras” remeteram-lhe a minha carteira de identidade apreendida e junto com ela o pouco dinheiro encontrado no meu bolso. Foi feito pela polí-

Parque das Boas

Carlos

Marighela

O Bomem 27i

no Pres. Locar 27/11

(Foi Balada)

carteira de

identidade nº

201262, expedida

no ale. de Guerra,

em 23/12/1958.

cia um pequeno embrulho com o conteúdo. Meu nome escrito a tinta. Por quem? Pelo Borer? O exame grafo-técnico dirá de quem é a letra. A pessoa que recebeu do Borer o embrulho anotou a lápis: "Entregue pelo Borer". A mesma pessoa anotou ainda a lápis a quantia apreendida: 253 cruzeiros (vejam a fotocópia). Além da anotação do número da carteira de identidade e do nome da repartição que a expediu, a pessoa que escreveu as notas a lápis registrou esta frase – que é o mais importante de tudo: "O homem está no Pronto Socorro (Foi baleado)".

Ora, isto é a confirmação de que a polícia sabia que eu fora preso como resultado de diligência determinada por ela mesma. E ainda mais, sabia que fora para o Pronto Socorro, porque tinha sido baleado pelos agentes policiais. Como é que se explica que o secretário de segurança tenha escrito uma carta ao *Correio da Manhã* para esclarecer – "a bem da verdade" (pobre verdade!) – que eu não fora baleado pela polícia... e ainda tentara sacar uma arma (que por desgraça da polícia não apareceu)?

7. O QUE SÃO OS HOMENS DO DOPS

Quem chega à sala do comissariado do DOPS – no último andar do Palácio da Relação – vê fixado à parede um cartaz. Seus dizeres – alinhados à moda dos antigos dísticos romanos – exprimem um conceito sugestivo:

“Informar para prevenir
Agir para reprimir”

O conteúdo da função dopsiana fica aí revelado com meridiana clareza. A polícia política necessita de informantes. E é com o material fornecido pelos alcagüetes que pode então passar a reprimir – quer dizer, a espancar, torturar, para obter confissões das vítimas.

O objetivo não tem nobreza – a missão policial é sórdida. Os meios utilizados são ignóbeis.

Daí a razão por que os homens do DOPS são recrutados na escória da sociedade – sem excluir os que exercem os cargos de chefia.

É isto o que se depreende do noticiário dos jornais.

Como se trata de noticiário policial, não se pode dizer que haja qualquer facciosismo político em seu conteúdo.

A matéria publicada pelo matutino *Luta Democrática*, da Guanabara, edição de 2.9.64, é encimada por este título:

“Borer deu carta de honesto a bicheiro estelionatoário.”

E diz em seguida:

“O delegado Cecil Borer e o inspetor Vasconcelos estão ameaçados de processo por crime de falsidade

ideológica, em virtude de terem atestado que o indivíduo José Teixeira da Silva não é marginal, mas 'cidadão honesto e trabalhador, com relevantes serviços prestados à sociedade'."

Logo após acrescenta:

"A ficha fornecida pelo Instituto Félix Pacheco sobre José Teixeira mostra que se trata de um contraventor, com prisão decretada pelo juiz da 15ª Vara Criminal, e que já respondeu o processo como bicheiro, por lesões corporais, estelionato e extorsão.

Desde 1º de abril, José Teixeira, em turma chefiada pelo voluntário João Macedo, vinha tomando parte da diligência da polícia política. Daí passaram a combater a contravenção, o que ficou agora provado não passar de uma luta entre concorrentes."

Por aí se vê que Borer não é flor que se cheire e dá atestado de boa conduta a um marginal. Este marginal, por sua vez, é integrante de uma turma policial chefiada por João Macedo e incumbida de fazer diligências por ordem da polícia política, sob o comando supremo de Borer. Tudo muito belo! João Macedo é o mesmo que chefiou a turma que me prendeu e baleou no cinema Esky.

O *Correio da Manhã* esclarece melhor ainda este caso escabroso. O cabeçalho da nota do *Correio da Manhã* de 1.9.64 é assim:

"Bicheiro condenado, voluntário da DPPS."

Eis a notícia:

"O juiz Valdir de Abreu, da 17ª Vara Criminal, julgando processo de contravenção, acolheu denúncia de que um dos autores da prisão, o voluntário José Teixeira da Silva, da DPPS, também é 'bicheiro' e foi condenado a

três meses de prisão pelo juiz da 18ª Vara Criminal. Companheiro de turma do agente João Macedo, sobrinho do delegado Cecil Macedo Borer, o contraventor voluntário deverá ser preso hoje, pois está com prisão preventiva decretada pelo juiz da 15ª Vara Criminal, desde 8 de abril do corrente ano, como assaltante e estelionatário. Seu mandado de prisão foi remetido pelo juiz à Delegacia de Vigilância no dia 4 de junho passado.”

E prossegue o matutino:

“Desde 1º de abril, José Teixeira da Silva, em turma chefiada pelo voluntário João Macedo, vinha tomando parte em diligência da polícia política. Imprevista e estranhamente os voluntários deslocaram suas atividades para o submundo da contravenção.”

Mais adiante o jornal afirma:

“Antes de ser decretada a prisão preventiva, o delegado Cecil Borer e o inspetor Vasconcelos, da DPPS, enviaram ao juiz da 15ª Vara Criminal atestado afirmando que José Teixeira da Silva não é marginal, mas ‘cidadão honesto e trabalhador, com relevantes serviços prestados à sociedade’.

O magistrado, diante da falsidade evidenciada no atestado, mandou anexar o documento comprometedor aos autos do processo e decretou, de plano, a prisão preventiva, a fim de garantir a aplicação da lei penal contra o marginal – voluntário da DPPS.

Será o atestado objeto de posteriores medidas do magistrado. Falsidade ideológica é delito grave punido com pena de reclusão.

João Macedo, sexta-feira passada, foi preso por ordem do secretário de Segurança por ter tentado libertar um preso.”

Por último, há a seguinte observação na notícia do *Correio da Manhã*:

“Apuramos que o delegado aceitou a prisão (refere-se à prisão do contraventor) porque João Macedo e José Teixeira da Silva apresentaram carteiras que os credenciavam como auxiliares de diretor da DPPS.”

Dessas informações da imprensa se depreende que foi exatamente a 1^o de abril – data da vitória do golpe – que a polícia política passou a fazer diligências com equipes chefiadas por “voluntários” e alcagüetes e integradas por marginais, já condenados pela justiça e com prisão preventiva. A abrilada – dizem os seus autores – veio para moralizar. Mas começou por tornar a polícia mais imoral e mais corrupta do que era antes.

João Macedo – o chefe da turma que me baleou – é propagandista de laboratório. Ou melhor, utiliza esta profissão como pára-choque. Na vida real ele é “dedo-duro”, “voluntário” do DOPS, chefe de marginais como José Teixeira da Silva. É também sobrinho de Borer, que o protege da polícia.

No dia em que a polícia me baleou, logo após os acontecimentos, João Macedo e mais dois outros “tiras”, com as vestes manchadas de sangue (havia lutado comigo no cinema e na rua quando eu já estava baleado e ensangüentado) foram ao meu apartamento. Vangloriaram-se da minha prisão, em conversa com os moradores do prédio, justificaram-se do crime da polícia, alegando que eu era “duro e resistente e que dera muito trabalho”, e de lambujem foram ao apartamento e roubaram mais alguns objetos.

8. CONCLUSÕES DE UM ATENTADO

Do meu depoimento sobre o tiro e do testemunho dos jornais e das pessoas que participaram nos acontecimentos ou deles foram espectadores, sacam-se as seguintes conclusões:

1) A diligência policial efetuada no cinema Eskye-Tijuca no dia 9 de maio de 1964 foi determinada diretamente pelo DOPS, cujo chefe é Borer.

2) Quem chefiou a turma foi o sobrinho de Borer, o alcagüete João Macedo, que se diz propagandista de laboratório, mas que na verdade é "voluntário" da polícia e auxiliar direto da DPPS.

3) Participaram da diligência entre quatro e catorze "tiras" e "voluntários" ou alcagüetes do DOPS.

4) O tiro foi desfechado por um dos policiais. A arma é da polícia. O calibre do projétil não é 38. A bala foi extraída do meu corpo e se encontra em poder do superintendente do Serviço Penitenciário. Por que será que o serviço de balística do Instituto de Criminologia ou cousa que o valha não examina este projétil?

5) O policial que desfechou o tiro encontra-se entre os seguintes, cujos nomes foram divulgados pelos jornais: João Macedo - sobrinho de Borer e chefe da turma -, Luiz, Irã e Edgar (estes três, com as vestes sujas de sangue, me transportaram baleado ao Pronto Socorro), Carlos Santos, Lourival, Cavalcânti e um tal de João (que não deve ser o mesmo João Macedo).

6) Minha camisa ensangüentada e com três perfurações de bala encontra-se no Instituto Médico Legal e é uma peça acusatória tremenda contra a polícia.

7) O exame do corpo de delito do Instituto Médico Legal (veja-se a direção do tiro) e os laudos médicos do Dr. Ribeiro, vice-diretor do Hospital Souza Aguiar, do Dr. Décio Coimbra, chefe da Seção de Raios-X do mesmo hospital, e do Dr. Acioly Maia, cirurgião do Hospital da Penitenciária Professor Lemos Brito (cirurgião que extraiu a bala alojada em meu braço), provam que o tiro foi dado por um dos policiais (excluída a hipótese impossível de ser eu mesmo atirado contra mim, sobretudo por estar desarmado e por ter falsa a versão da existência em meu poder de um revólver calibre 38).

8) O secretário de Segurança é mentiroso e sua carta ao *Correio da Manhã* (13.5.64), negando a autoria do crime à polícia, um amontoado de falsidades.

9) Na polícia campeiam a corrupção, o crime e o filhotismo. O sobrinho de Borer, João Macedo, é protegido do tio e recebe missões delicadas a executar. Os marginais atuam livremente na polícia e recebem atestados de boa conduta dos chefes. Os policiais que executam diligências atiram em presos desarmados, espancam, invadem domicílios dos detidos e roubam objetos dos apartamentos, bem como fazem desaparecer o dinheiro que encontram quando dão "revistas" ou "batidas" nas casas.

Por tudo isto, o inquérito 10/64 sobre o tiro contra mim desfechado não pode de ser considerado um processo de crime comum. É irregular a conduta do DOPS deixando até agora de encaminhá-lo à justiça comum para que seja julgado. O julgamento deste processo será também o julgamento político da polícia e da atual ditadura militar fascista, que tem um de seus sustentáculos no DOPS.

9. AS “CADERNETAS DE PRESTES”

De volta do DOPS, após o depoimento sobre o tiro, sou novamente recolhido à cela 31 do Hospital da Penitenciária Professor Lemos Brito. Ali fico entregue às baratas e aos meus pensamentos. A incomunicabilidade prossegue. Sem leituras ou quaisquer outras ocupações, abandono-me a um ininterrupto funcionamento do cérebro. Esta é uma das grandes dádivas da incomunicabilidade. E como funciona o cérebro... incomunicável!

Escoam-se os dias sem perspectivas, até que novamente os agentes do DOPS vão buscar-me.

Visto-me com a roupa ensangüentada e lá vou de camioneta da polícia em direção ao DOPS da Guanabara. Levam-me ao cartório novamente. Na sala, o escrivão, em frente à máquina de escrever, e um policial de São Paulo. Reconheço-o. É o agora “técnico” de polícia Luiz Apolônio. Durante o Estado Novo fui preso por ele na capital paulista. O “técnico” Luiz Apolônio observa os meus trajes pouco condignos. Além das vestes ensangüentadas, estou de chinelos – o que representa um avanço sobre a minha aparição anterior, quase um mês atrás, no cartório do DOPS (eu então me encontrava de pés descalços). O policial paulista está cerimonioso e visivelmente satisfeito. É portador de uma carga preciosa e se desincumbe de uma missão que lhe dá subida honra. Veio de São Paulo especialmente, acompanhado do delegado Dr. Paulo Boncristiano, do DOPS paulista, para ouvir o meu depoimento sobre as “cadernetas de Prestes” (a carga preciosa, acondicionada numa elegante e polpuda pasta de couro amarelo).

O “técnico” Luiz Apolônio, que mais tarde eu ouviria, com estranheza, ser chamado de “professor” pelo Dr. Paulo Boncristiano, saca as cadernetas do interior da bojudá pasta, aberta de par em par. Toma as cadernetas com as mãos, como um prestidigitador arrancando coelhos do fundo de uma cartola. A cena é cômica...

Luiz Apolônio, emocionado, explica-me a cena: “As cadernetas ali presentes, em número de dezenove, são de Prestes... e foram encontradas na residência do líder comunista em São Paulo”.

Por via das dúvidas, o “professor” Luiz Apolônio faz-me uma pergunta prévia. Quer saber se estou disposto a responder com a verdade. Respondo que sim, se *puder*, e a frase é passada ao papel pelo escrivão. O policial paulista não fica muito satisfeito, por causa daquele “se puder”. Mas continua, porque agora tem uma pergunta que – devia ele lá pensar com os seus botões – “me botaria a cabeça à roda”:

– Conhece estas cadernetas de Prestes?

E acrescenta, em tom conciliador e convincente:

– O senhor já as viu em mãos do Prestes?

Respondo-lhe tranqüilamente que não conheço tais cadernetas e nunca as vi na mão de Prestes.

O policial mexe-se na cadeira, aperta um pouco os olhinhos, atrás dos óculos, e balbucia:

– Como? Não conhece?

Sou categórico:

– Não conheço. Nunca vi. Não me lembro.

E é isto o que o escrivão passa para o papel.

Vem outra pergunta:

– Conhece a letra de Prestes nestas cadernetas?

Resposta:

– Não conheço.

O “tira” paulista desconcerta-se. Não acha possível que eu não conheça. O exame grafotécnico do DOPS paulista – diz ele – já revelou que a letra é de Prestes... Espanta-se como eu não conheço a letra do líder comunista.

Não há jeito, porém. Eu não conheço mesmo coisa alguma. O negócio fica por isso mesmo. E a negativa vai para o papel a cargo do escrivão carioca.

Nesta altura, achei por bem esclarecer algo muito importante para um dirigente comunista, que presta depoimento no DOPS. E solicitei (no que fui atendido) que o escrivão registrasse na íntegra a seguinte frase:

“De antemão o inquérito faz constar que nada tem a declarar sobre suas atividades como comunista ou sobre as atividades de quaisquer outros comunistas.”

O “professor” Luiz Apolônio refaz-se dos contratempos da refrega inicial, e abre a primeira caderneta, com data de 1962, ao que parece, e – com ar triunfante – lê um trechinho elucidativo. Informa-me que são declarações minhas anotadas por Prestes. Escuto o que diz o policial, lendo a caderneta (cadernos “aspirais”, como ele chama, em linguagem pitoresca). Trata-se de uma apreciação sobre o culto à personalidade. Nessa apreciação, segundo o texto da caderneta lido pelo “técnico” Luiz Apolônio, eu afirmo que “os elementos essenciais do culto à personalidade permanecem de pé”. Faço “críticas a Prestes” e acrescento que Prestes tem muitas tarefas práticas”.

O policial paulista quer saber o que tenho a dizer sobre isto, acrescentando à parte, em tom provocativo: “Então, não adiantou nada o 20º Congresso, já que no Brasil permanece intacto o culto à personalidade...”.

Eis a resposta:

– Nada tenho a declarar.

O “professor” Luiz Apolônio volta à carga:

– Mas aqui na caderneta, a propósito dessas suas observações sobre o culto à personalidade e sobre Prestes, há um outro pormenor. É um aparte do Melo. E lê o aparte do Melo, que – segundo a leitura do policial na caderneta – é o seguinte: “A intervenção do Marighella não ajudou nada”.

O “técnico” da polícia paulista quer saber o que tenho a dizer sobre o aparte do Melo.

Como não podia deixar de ser, respondo da mesma forma:

– Nada tenho a declarar. Se é aparte do Melo, a pergunta deve ser endereçada ao Melo.

De fato, não sendo eu português, não tendo o nome de Manuel ou Joaquim, nem morando em Niterói, como posso responder a essas perguntas? Que tenho a ver, afinal, com pretensas declarações e apartes de outras pessoas, sobre assuntos que a polícia insinua terem sido tratados em lugares ignorados e por personagens não identificados, residentes em lugares incertos e não sabidos? Que trama é esta, no final de contas? Que pretende a polícia com provas tão mal arrançadas? Forjar um processo, levantado do nada, através de declarações atribuídas a outrem e sobre assuntos legais ou questões de ordem teórica, palavras e discussões não comprovadas por qualquer ação prática?

Já aí então me permiti fazer uma sugestão ao “professor” Luiz Apolônio. Segundo o que me acabara de ser informado, meu nome estava citado 133 vezes nas dezenove cadernetas. O “professor” de polícia pretendia demorar-se comigo três dias, a fim de que eu esclarecesse aquelas 133 citações. Propus-lhe simplificar o depoimento, reduzindo o tempo para meia hora. Bastava que fosse feita mais uma pergunta, englobando tudo sobre as cadernetas.

E assim foi feito!

“Perguntado sobre as 133 citações a respeito do seu nome, constantes nas cadernetas de números tais e tais, às páginas tantas e tantas, respondeu que nada tem a declarar.”

Acabou-se desta maneira melancólica (para a polícia) o meu depoimento sobre as “cadernetas de Prestes”, numa imprevista sucessão dos “nada tenho a declarar”.

O “professor” Luiz Apolônio passou a outro terreno, mudando a tática *ex-abrupto*. Explicou-me estava no

DOPS da Guanabara um preso meu conhecido, e citou-lhe o nome, para mim, entretanto, ignorado.

Respondi de imediato:

– Não conheço.

O policial paulista retrucou que não haveria dificuldade em mandar vir o preso à minha presença. Vendo-o, eu poderia refrescar a memória e então reconhecê-lo.

Redargüi ao “professor” Luiz Apolônio que o não fizesse, dizendo-lhe em tom enérgico:

– Não traga não, que eu não conheço.

O “técnico” da polícia paulista desistiu. Preferiu formular então algumas perguntas, extraídas – segundo ele – à base do depoimento do preso para mim desconhecido.

Aqui vão as perguntas e respostas anotadas pelo escrivão e reduzidas a termo:

Pergunta: “Há uma afirmação aqui de que o Sr. é membro do Comitê Central do PCB e de sua Comissão Executiva. Que tem a declarar sobre isto?”.

Resposta: “Nada tenho a declarar sobre o assunto a que se refere a pergunta. Sou *dirigente comunista*”.

Pergunta: “Há uma afirmação aqui de que o Sr. é membro da Comissão Executiva do PCB e que a Comissão Executiva é a mesma coisa que o chamado “grupo baiano”, composto de Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender e Carlos Marighella. Que tem a declarar sobre isto?”.

Resposta: “Nada tenho a declarar”.

Pergunta: “Há uma afirmação aqui de que o Sr. é no Comitê Central o encarregado pela paz e a solidariedade. Que tem a declarar sobre isto?”.

Resposta: “Nada tenho a declarar”.

Terminada a sucessão dos “nada tenho a declarar” – segundo a expressão já consagrada pela imprensa, o policial paulista passou ao assunto *viagens*, por certo muito importante para o DOPS.

O “professor” Luiz Apolônio queria saber se eu já havia viajado para a União Soviética (Rússia, como ele

dizia) e Cuba. Minha resposta foi que nunca viajei para esses países. O “técnico” em polícia admirou-se muito e insistiu em saber se eu não viajara para outros países. Minha resposta foi que cabia à polícia constatar para onde eu viajara, se o fizera ou não.

Na verdade, as perguntas sobre as minhas possíveis viagens ao exterior eram perguntas estultas. Todos sabem que ninguém viaja sem passaporte e sem visto de saída, e estes requisitos dependem da polícia. Se a polícia não sabe se eu viajei ou deixei de viajar, está trabalhando muito mal e não controla coisa nenhuma. Conforme as explicações de Luis Apolônio – o “rafeiro” paulista ‘especializado em técnica policial – sua angústia resultava de ter em seu poder relatórios de viagens de comunistas ao estrangeiro, sem que tivesse visto ali sequer meu nome citado. Referiu-se em conversa, já agora fora do depoimento – a um fato bastante inquietante. Havia num dos relatórios referência a uma reunião em Havana, onde o nome de Fidel Castro surgia meridianamente apontado com todas as letras. O curioso – para o raciocínio arguto de Luiz Apolônio – é que não havia nenhum nome de brasileiro no relatório, embora os brasileiros – informava o “professor” de polícia – tivessem participado da reunião.

– Por que só figurava abertamente o nome de Fidel Castro naquele documento, e não se via anotado um só nome de brasileiro?

Luiz Apolônio queria saber se não era eu o brasileiro... Daí aquela pergunta sobre se eu não teria viajado a Cuba.

Ora, o depoimento já estava terminado, depois que eu afirmara não ter saído do Brasil para coisa nenhuma. Eu não tinha nada mais a dizer, além daqueles “nada tenho a declarar”. Estava, portanto, irremediavelmente encerrado o depoimento. Não resisti, porém, à tentação de – mesmo não constando a resposta do depoimento – fazer um esforço para tranquilizar o inefável Luiz Apolônio. E então expliquei o seguinte:“

– O nome de Fidel Castro só figura no relatório sobre a reunião de Havana porque o líder cubano vive em Cuba e ali não está sujeito – ao que parece – à Lei de Segurança Nacional, em vigor no Brasil.

O “técnico” do DOPS paulista, quero crer, deu-se por satisfeito com minha explicação – verdadeiro ovo de Colombo –, e metendo as chamadas “dezenove cadernetas do Prestes” na bojudá pasta, retirou-se dignamente.

Quanto a mim, voltei para o xadrez do DOPS da Guanabara, enquanto o policial paulista – naturalmente – teria voltado de avião para São Paulo, sobraçando a preciosa carga de cadernos “aspirais”.

10. A VIAGEM ESPACIAL

O que eu chamei de viagem espacial foi a minha transferência do DOPS da Guanabara para o DOPS de São Paulo, num carro de presos fechado – um “tintureiro”.

No capítulo 4, ao tratar da minha incomunicabilidade na cela 31 do Hospital da Penitenciária Professor Lemos Brito, eu já havia chegado à conclusão de que a polícia me tratava como um objeto largado no almoxarifado. E eu afirmava, ali, que mais tarde me viera a confirmação dessa suspeita.

Realmente, a confirmação veio com a viagem do “tintureiro” pela estrada de rodagem Rio-São Paulo.

No dia 26 de junho – como já sabido – fui levado ao DOPS da Guanabara, onde os policiais de São Paulo me esperavam para o depoimento sobre as chamadas “cadernetas de Prestes”. Apesar dos meus protestos e das tentativas que fiz para voltar ao Hospital da Penitenciária, após o depoimento, permaneci no xadrez do DOPS, onde as condições são péssimas, sobretudo para quem tinha sido baleado no peito, como eu.

A justificativa para que eu ficasse retido no xadrez do DOPS era ter de voltar ao Instituto Médico legal, à Avenida Mem de Sá, perto do Palácio da Relação. No IML eu devia ser submetido a exame de raios-X. Isto de fato sucedeu a 29 de junho. Mas do Instituto Médico Legal voltei ao xadrez do DOPS. Como continuasse exigindo meu retorno ao Hospital da Penitenciária, fui avisado na tarde de 1º de julho que me preparasse para sair. Informou-me o chefe da carceragem que o meu destino seria o hospital.

Tudo, porém, não passava de manobra. Os companheiros presos como eu no xadrez do DOPS acabaram

descobrimo que o plano da polícia era mandar-me para São Paulo. Fazia um frio intenso. A desumanidade era tão grande que até mesmo alguns policiais se mobilizaram, fazendo questão de participar do movimento de solidariedade em meu favor, surgido entre os presos políticos. Em poucos instantes, os companheiros arrecadaram dinheiro, frutas, alguma roupa. Outros policiais procuravam desculpar-se, afirmando que estavam contra a minha viagem naquelas condições – de surpresa, numa noite fria, num “tintureiro” e baleado. Ninguém queria assumir responsabilidade pela crueldade.

Eu não tinha a menor ilusão e já imaginava o que me esperava.

Os “tiras” do DOPS da Guanabara que me acompanhariam enquadraram-me e desci entre eles até à porta da Polícia Central. Aguardava-me o carro de presos. Era um carro pequeno, baixo, pintado de cinza, com a faixa amarela característica.

Pensei com meus botões: “Agora serei entregue de domicílio a domicílio. Sou mesmo uma carga, depositada no almoxarifado, que agora acaba de receber a guia de transferência”.

Não sei por que lembrei-me da “Lusitana”, a empresa de transporte de móveis que realiza mudanças e outros serviços entre São Paulo e Rio. Seus pesados caminhões têm na carroceria um lema: “O mundo gira e a Lusitana roda”. Mentalmente, eu repetia para mim mesmo: “O mundo gira e o Marighella roda”.

E o “tintureiro” partiu em disparada na noite fria. Dentro em pouco, estávamos na Rodovia Presidente Dutra. Eu espiava pelas frestas do carro e com dificuldade procurava reconhecer os trechos da estrada. Não havia dúvida, rodávamos para São Paulo.

O carro parou de repente, e ouvi a conversa dos “tiras”.

– Não é mole, não. Vamos dar uma japona para ele. O frio está de rachar!

Ato contínuo, abriram a porta traseira e atiraram-me a japona. A viagem prosseguiu. O carro trepidava, e minha cabeça não cessava de bater no teto baixo, obrigando-me a protegê-la com as mãos. Era aí então que, não podendo segurar-me no estreito banco de ferro, deixava o corpo à solta, e via-me sacolejando no interior do veículo – como se este fora um liquidificador, e eu a matéria-prima de algum suco de frutas.

Minha viagem era feita em companhia do estepe, que ocupava a maior parte do espaço vago do interior do carro-prisão. Era um pneumático enorme, sujo de pó, a roda melosa de graxa, um cheiro forte de borracha e óleo. Tive a impressão de que além do estepe, uma caixa de ferramentas travancava o piso do “tintureiro”.

Para evitar as sacudidelas que me martirizavam, não tive outro recurso senão inclinar-me de barriga sobre o pneumático, fazer finca-pé numa das paredes laterais e no piso do carro, encostar o ombro direito na outra parede lateral, uma das mãos protegendo a cabeça dos choques no teto, e a outra apoiada na parede em frente. Com isto, consegui estabelecer um sistema quase rígido de sustentação do corpo, evitando os efeitos da espécie de imponderabilidade com que iniciei a extraordinária viagem.

Foi uma viagem espacial perfeita.

O “tintureiro”, em plena escuridão, fuzilava pela rodovia como um foguete, e eu me sentia como que numa nave espacial. Algo como um Gagárin ou um Titov de um país subdesenvolvido, que tentasse a magna aventura de rolar pelo espaço cósmico. Mas sem sair da Terra, reduzido à condição de preso e viajando por conta do DOPS num carro fechado – espécie de xadrez ambulante.

As perfurações a bala recém-cicatrizadas doíam-me como agulhadas. Cada metro de chão engolido pela via-tura policial provocava-me acessos de vômito.

Ao amanhecer do dia 2 de julho, o “tintureiro” estacionou na porta do DOPS paulista, e eu fui recolhido à enxovia.

O frio em São Paulo era mais rigoroso que no Rio. Eu estava inteiramente desprevenido de roupa. E como não me deram roupa de cama, deitei-me no colchão sobre o soalho, vestido como estava, com sapatos e tudo. Eu era o único preso no cubículo. Aí fiquei incomunicável. À tarde, um “tira” veio buscar-me. Levou-me até a sala do delegado Dr. Paulo Boncristiano, que estava cheia de jornalistas, fotógrafos, homens do rádio e da televisão. De relance, compreendi tudo. O DOPS de São Paulo ia apresentar-me a imprensa falada e escrita como se eu fora troféu ou presa de guerra, um refém ou qualquer coisa nesse estilo.

Rápido como um raio, veio-me o pensamento de destruir a farsa policial ali mesmo. Fui dizendo aos jornalistas que pela primeira vez enfrentavam um comunista de alta periculosidade. As gargalhadas estouraram na sala. Num ápice de tempo, arranquei o paletó e a camisa e mostrei os ferimentos a bala produzidos pelos agentes do DOPS da Guanabara.

O “professor” Luiz Apolônio estava presente e, ao lado do delegado Boncristiano, pontificava como um mestre, explicando aos jornalistas que eu era um técnico em comunismo, com várias obras de agitação publicadas. Tratei de refrear os ardores catedráticos do policial paulista, exclamando:

– Quando fala o Sr. Luiz Apolônio, é a voz da polícia. E nós, comunistas, estamos em campos inteiramente opostos...

Com isto, deixei claro que não admitia as baboseiras do especialista do DOPS (a respeito dos comunistas).

Luiz Apolônio voltou à carga, perguntando de chofre:

– Marighella, qual é a sua impressão da polícia de São Paulo?

Respondi sem pestanejar:

– Minha impressão da polícia de São Paulo é péssima. Polícia é polícia em qualquer parte.

A resposta desconcertou Luiz Apolônio. Ele esperava que eu fizesse um elogio ao DOPS de São Paulo (no

confronto com o DOPS da Guanabara). É um velho conflito, uma tradicional rivalidade entre as duas polícias. Mas o tiro saiu pela culatra. Os jornais atiraram lenha na fogueira, quando, no dia seguinte, em letras garrafais, anunciaram: “Marighella não gosta da polícia”.

O delegado Boncristiano era todo gentilezas com os jornalistas. E explicava:

– O Marighella está aqui, mas é só para um pequeno complemento ao seu depoimento sobre as cadernetas de Prestes.

Em vão esperei que me fosse feita qualquer pergunta sobre supostas atividades subversivas em São Paulo, que o escrivão se sentasse em frente à máquina e me tomasse qualquer outro depoimento. Mão havia mesmo nada. Tudo chantagem policial.

O que estava à vista de todos era apenas, sobre a mesa, o amontoado dos famosos cadernos “aspirais”, as chamadas “cadernetas de Prestes”.

O delegado Paulo Boncristiano continuava com a palavra, mas já agora um pouco exasperado.

– Os jornais andaram dizendo que eu afirmei serem as cadernetas o diário de Prestes. Eu nunca afirmei isto – e gesticulava furibundo. – O que eu disse é que estas cadernetas eram anotações de Prestes em letra grosseira.

Luiz Apolônio apanhou no ar o assunto “cadernetas de Prestes” e gritou para os jornalistas, num gesto triunfal:

– O Marighella está citado nestas cadernetas cerca de 133 vezes!

Cortei-lhe a palavra categórico:

– Estas cadernetas são apócrifas.

Luiz Apolônio voltou à carga:

– Mas o exame grafotécnico já mostrou que a letra é de Prestes. O Marighella é que tem este ponto de vista de que as cadernetas são apócrifas.

O ambiente na sala era tumultuado. Parecia mais uma assembléia subversiva, presidida pelo Luiz Apolônio,

de pé, os braços levantados, numa atitude de orador de comício.

O policial paulista queria dar um fim ao espetáculo – cujos resultados seriam comparáveis ao do feitiço quando vira contra o feiticeiro. E esbravejou:

– O Marighella faz propaganda do comunismo até dentro da polícia...

Os jornalistas escreviam febrilmente. Estouravam os *flashes* dos fotógrafos. Estava terminada a comédia, o *show* montado pelo DOPS paulista.

Recambiaram-me para o xadrez do DOPS, onde prosseguiu por mais oito dias a minha já interminável incommunicabilidade.

É uma coisa curiosa querer investigar as causas da *viagem espacial*, os motivos da minha transferência para São Paulo e a incrível entrevista com a imprensa.

O que tudo indica é que a polícia paulista tentou uma provocação política. O “técnico” Luiz Apolônio afirmava que as chamadas “cadernetas de Prestes” eram uma prova contundente contra o comunismo. Que aquilo havia sido um grave cochilo, e que eu não podia deixar de reprovar o descuido. Imaginava conduzir as coisas de tal modo, em presença dos jornalistas, que dali por diante se pudesse trombetearia alto e bom som uma dissidência entre os comunistas brasileiros – uns contra os outros por causa das cadernetas.

O resultado, porém, foi nulo. A unidade entre os comunistas não pode ser abalada por baboseiras da polícia.

Examinemos, pois, os problemas suscitados pelas chamadas “cadernetas de Prestes”.

Nunca vi tais cadernos em mãos de Prestes. Mas Luiz Apolônio me mostrou os cadernos e a letra. Tudo muito grosseiro. Não reconheci e não podia reconhecer nada.

O “professor” da polícia paulista leu-me alguns trechos das cadernetas, no DOPS da Guanabara, quando de sua visita ao Rio. Havia outros assuntos, mas só me foram mostrados os que diziam respeito à minha pessoa

e tinham sido anotados por Prestes – segundo dizia Luiz Apolônio. Versavam sobre o culto à personalidade, a frente de libertação nacional e a recusa de Brizola a apoiá-la, o parlamentarismo, uma análise a respeito da burguesia brasileira, uma estadia de um mês na Bahia (que segundo a frase anotada não se verificou), uma viagem à República Democrática da Alemanha (que, de acordo com o apontamento tomado, não se realizou), uma comissão que falou com Julião (o tema da conversa não é esclarecido na anotação), uma alusão ao V Congresso (cuja data, diz a nota apontada, estaria se aproximando!), uma questão teórica relativa à direção do golpe principal (que não devia ser contra a burguesia e sim contra o imperialismo).

É possível descobrir o que quer que seja de ilegal e subversivo nessa relação de matérias. Isto mesmo observei em dado momento ao policial paulista, dizendo-lhe:

– Tudo o que está é legal e dentro da Constituição.

O “professor” Luiz Apolônio pensa, porém, que o mal está não nos assuntos, mas no fato de que os comunistas faziam reuniões. Perguntei-lhe onde eram as reuniões, já que isto era o mais grave. Luiz Apolônio respondeu-me que a polícia não sabia onde eram as reuniões e que só eu mesmo poderia esclarecer, caso o desejasse.

Curioso! A polícia de São Paulo acusa os comunistas de fazerem reuniões, mas desconhece onde eram feitas e não apresenta provas. Tem apenas em mãos cadernetas, onde há apontamentos atribuídos a Prestes, referindo nomes e palavras ou discursos das pessoas citadas.

Juridicamente as cadernetas são nulas e não constituem prova. Não há nenhuma autenticação. Nenhuma firma reconhecida por tabelião. Nenhum ato de apreensão assinado por testemunhas idôneas. Nenhum documento do próprio punho dos acusados. É uma sucessão monótona de apontamentos, escritos pelos mesmo punho – um único punho, uma grafia única.

Afirma a polícia de São Paulo que a letra é de Prestes. Mas o delegado Paulo Boncristiano, em frente aos jorna-

listas e na minha presença, traiu seu subconsciente ao dizer que as “cadernetas de Prestes” eram apontamentos em “letra grosseira”. Que quer dizer *letra grosseira*? É autêntica ou é falsa?

Trata-se de uma falsificação mal urdida, no estilo das famosas cartas do presidente Artur Bernades, utilizadas para explorar uma questão militar nos idos de 1922?

A história poderá dizê-lo. De minha parte, não aceito tais cadernetas apresentadas pela polícia, nem lhes reconheço qualquer validade.

A viagem espacial reduziu-se apenas ao meu transporte numa viatura policial, ao longo de uma rodovia de uns 410 quilômetros, e a uma entrevista com a imprensa, que a polícia pretendia transformar em provocação política, e acabou num desmascaramento do DOPS e dos métodos policiais.

Daí por diante, “tintureiro” passou a ter como sinônimo “nave espacial”. Qualquer viagem de preso político para São Paulo, numa viatura policial, passou a ser denominada (no DOPS) de “viagem espacial”. E até os “tiras” reconheciam a validade da denominação.

11. COMUNISTA, MAS NÃO CRIMINOSO

No dia 11 de julho, amanheci no DOPS da Guanabara. Saí do DOPS de São Paulo, algemado, embora sob meus protestos. Recambiaram-me para o Rio, de ônibus – e não de trem, como anunciou a imprensa. É que desta vez a polícia paulista usou de um estratagema para iludir os jornalistas. Fez publicar que eu seria levado pela Central do Brasil e trouxe-me pela rodoviária. Espavorida com os desmascaramentos anteriores, a polícia de São Paulo queria evitar que a imprensa registrasse novas denúncias de minha parte. Além do mais, tinham-me algemado. E o escândalo seria grande. Somente no ônibus retiraram-me as algemas, ante os olhares surpresos dos demais viajantes.

A polícia carioca, por sua vez, ocultou que eu já havia chegado ao Rio, e, assim, meu paradeiro foi dado como não sabido. Entretanto eu me encontrava no DOPS, e mais uma vez me conduziram ao cartório para prestar outro depoimento. Era o terceiro. O primeiro tinha sido sobre o tiro. O segundo sobre as “cadernetas de Prestes”.

O escrivão exibiu uma folha de papel com perguntas. Tomei do papel e pus-me a examiná-las. O que elas revelavam era a falta absoluta de provas da polícia. Mas eu via em tudo aquilo uma oportunidade para demonstrar a tese contida na frase que pronunciei no momento da prisão: “Sou comunista, mas não sou criminoso”.

Prestei, assim, bastante atenção às perguntas, que vão reproduzidas abaixo:

1. Desde quando é comunista?
2. É membro do Comitê Central e da Comissão Executiva? Faz parte do grupo baiano?

3. É o encarregado da paz e da solidariedade no Comitê Central?

4. Conhece as seguintes pessoas? (Esta pergunta era acompanhada de uma lista de nomes – desde Luiz Carlos Prestes aos de inúmeras outras pessoas das mais variadas profissões e categorias sociais).

5. Pertence a que partido? Ao Partido Comunista Brasileiro ou ao Partido Comunista do Brasil?

6. Por que recomendou Anita Prestes a um casal de brasileiros na Alemanha Oriental, e o que foi ela fazer nesse país?

7. Por que telegrafou a esse casal de brasileiros solicitando passagem para Anita Prestes e por que preferiu que a passagem fosse pela Air France?

8. Por que recomendou jovens bolsistas brasileiros ao casal de brasileiros na Alemanha Oriental?

9. Quais suas relações de amizade com Giocondo Dias?

Um as perguntas finais diziam respeito a uma empresa distribuidora de filmes.

A primeira pergunta – como se vê – possuía algo de curioso. A polícia queria saber desde quando me tornei comunista. Não tinha por que responder a tal pergunta. E, ignorando-a, comecei meu terceiro depoimento, repetindo as mesmas declarações com que iniciara meu depoimento sobre o tiro. Isto é, citei minha condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional, a prisão na Ilha de Fernando de Noronha durante o Estado Novo, a anistia em 1945 e a absolvição de mais outro processo em 1958. Depois acrescentei o seguinte, textualmente:

“A partir de então, empenhei-me como os demais comunistas brasileiros, em fazer com que o Partido Comunista conseguisse seu registro legal. Para isto, de acordo com o Código Eleitoral então em vigor, e rigorosamente dentro dos preceitos constitucionais, foi encaminhada ao Superior Tribunal Eleitoral uma petição

solicitando o deferimento do registro do partido. Tal petição era assinada por mais de 50 mil eleitores (exigência do Código Eleitoral) e acompanhada do Programa e dos Estatutos do partido, bem como de todos os requisitos e condições constantes da lei, inclusive a ata da reunião que deliberou encaminhar o pedido à justiça eleitoral.

Desempenhando uma atividade política inteiramente legal, só abandonei provisoriamente minha residência, ao ser desencadeado o golpe fascista de 1º de abril.”

Com estas palavras no depoimento, procurei deixar claro o caráter legal da minha atividade, bem como da atividade dos demais comunistas brasileiros.

Será difícil condenar os comunistas, a não ser infringindo as próprias leis das classes dominantes – como já está acontecendo – e praticando uma jurisprudência às avessas – segundo o figurino fascista, tão de agrado do Pentágono e do Departamento de Estado norte-americano.

Lançadas as premissas da defesa política dos comunistas – defesa que não se torna necessário esmiuçar aqui – passei ao exame da minha condição de dirigente comunista.

Quando o DOPS pergunta se sou membro do Comitê Central e da Comissão Executiva e se pertenço ao chamado “grupo baiano”, o que tem em vista é obter uma confissão de que os comunistas estavam reorganizando o partido e *pondo-o logo em funcionamento*, para enquadrá-los em processos baseados na Lei de Segurança.

A tentativa é inútil.

Tudo o que há sobre órgãos dirigentes partidários e suas denominações consta dos Estatutos apresentados juntamente com a petição endereçada ao Superior Tribunal Eleitoral, e não constitui crime. Pelo contrário, tratava-se de um imperativo do Código Eleitoral então vigente.

Quanto à minha qualidade de dirigente, afirmei o seguinte no depoimento:

“Sou dirigente comunista, o que quer dizer, adoto a filosofia marxista, sigo a doutrina marxista-leninista. Por ela norteio minha ação política, mantendo inalteravelmente minhas convicções comunistas sem jamais abandoná-las. Meus compromissos políticos são com a classe operária e o povo. Em virtude de minha ação política relacionada com a prática do marxismo-leninismo, sou tido entre os meus correligionários e por uma parcela da opinião pública brasileira como dirigente comunista. E a essa condição não posso renunciar, enquanto minhas atitudes em relação à teoria e à prática comunistas prosseguirem sem solução de continuidade e no mesmo plano.”

Resta o problema do chamado “grupo baiano” e dos seus supostos integrantes.

Esta é a maior parvoíce já propagada nos últimos tempos.

O policial paulista Luiz Apolônio afirmou perante a imprensa em São Paulo, na entrevista já relatada quando da minha “viagem espacial”, que o “grupo baiano” era composto de baianos (*sic*), só havendo uma exceção – a de Prestes.

Isto tudo é ridículo. Simplesmente grotesco.

Os comunistas brasileiros não são tão ingênuos que se deixem orientar por critérios regionalistas, abandonando os métodos, as leis, os ensinamentos do marxismo-leninismo. Não gozariam da menor confiança entre o povo, se admitissem a existência de grupos regionais falando indevidamente em nome do conjunto dos comunistas, cujas idéias são comungadas no território nacional sem prevalência de umas regiões sobre outras.

Relativamente à acusação de que eu sou o encarregado da paz e da solidariedade no Comitê Central, esclareci que os comunistas brasileiros são pela paz e a solidarieda-

de, por motivos de classe. Além disso, outra circunstância os impele no mesmo sentido. A Constituição brasileira inscreve em um dos seus artigos (apoiado pelos comunistas na Assembléia Constituinte em 1946) que fica proibida no país qualquer propaganda de guerra. Os comunistas não têm feito outra coisa senão uma pregação tenaz contra a guerra e em favor da paz. Inúmeras campanhas o têm atestado. Não há, pois, entre os comunistas, necessidade de indicar-se um de seus correligionários para cuidar isoladamente de um assunto que diz respeito à própria natureza do pensamento e da ação dos comunistas em geral. Quando à referência ao Comitê Central, eu a excluí de minhas declarações ao DOPS. Isto porque a polícia insiste em falar em órgãos dirigentes partidários com objetivos provocativos – e para confundir os termos da petição dirigida pelos comunistas ao Superior Tribunal Eleitoral, solicitando o registro do partido.

Após esta questão, passei a enfrentar a que vinha em seguida – a lista de nomes que o DOPS me apresentou para saber se eu os conhecia. Ora, isto é uma estultice da polícia. Fui deputado federal pelo Partido Comunista e eleito na Bahia por milhares de eleitores. Sou um homem público militante político. Pessoas de todas as categorias sociais me conhecem, e sou obrigado, por isso mesmo, a conhecer inúmeros compatriotas. Daí não se segue que haja qualquer utilidade ou conveniência em dizer que pessoas eu conheço ou deixo de conhecer. E foi o que respondi no depoimento.

À pergunta sobre o partido a que pertença, percebi logo o objetivo da polícia – pescar em águas turvas. É uma velha tática policial – tentar lançar a confusão entre os comunistas, explorar o divisionismo, alimentar a luta contra a unidade indestrutível da vanguarda do proletariado.

Apesar de tudo, o DOPS se apresentava de flanco aberto, e eu tomei a ofensiva, respondendo:

– *Sou correligionário de Luiz Carlos Prestes.*

Chegamos agora às perguntas sobre Anita Prestes.

Com elas, o DOPS ofereceu – sem querer – a oportunidade de reviver perante a opinião pública um dos mais monstruosos crimes já praticados pela polícia e os governantes brasileiros.

Anita é filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário Prestes, revolucionária comunista alemã que viveu no Brasil e aqui lutou pela libertação de nosso povo. Olga era mulher de grande coragem pessoal. Uma heroína – hoje reverenciada nacionalmente em nosso país.

Recordei, então, em meu depoimento, que Olga foi presa juntamente com Prestes em 1936. Apesar de grávida, sofreu a pena de expulsão do país, tendo sido entregue à polícia de Hitler. O crime inominável da entrega de Olga Prestes aos nazistas é da responsabilidade de Getúlio Vargas – o ditador de então – e do seu chefe de polícia àquela época, Felinto Müller.

Olga Prestes foi assassinada pela Gestapo – num campo de concentração da Alemanha nazista. Anita nasceu no mesmo campo de concentração onde Olga – sua mãe – foi sacrificada impiedosamente por culpa de um presidente da República brasileiro e seu principal preposto policial.

Quando a Assembléia Constituinte se reuniu em 1946, os representantes do PSD e da UDN – partidos políticos das classes dominantes – sofreram um impacto tremendo ante o debate sobre o monstruoso delito de lesa-condição humana. Por uma ironia da história, Getúlio Vargas e Felinto Müller haviam sido eleitos para a Constituinte. E lá, também, eleitos pelo povo, encontravam-se Luiz Carlos Prestes e os demais representantes da bancada comunista.

Veio então à baila o episódio histórico da deportação de Olga Prestes para a Alemanha nazista e seu assassinato e o nascimento, no cárcere, de sua filha Anita.

É que os comunistas – a propósito da discussão do artigo sobre cidadania brasileira, a ser introduzida na

Constituição – mostraram que não era possível impedir a Anita Prestes – a essa época menor idade – o direito de ser brasileira, ainda que tendo nascido entre as paredes de uma masmorra na Alemanha nazista.

Os representantes do PSD e da UDN, que constituíam maioria na Constituinte, renderam-se à argumentação cerrada dos que se batiam pelo direito de Anita à cidadania brasileira, e assim surgiu o artigo 129, item II, da Constituição de 1946. Por ele, ficava assegurado, no caso de Anita, o seu direito a optar pela cidadania brasileira, ao atingir a maioridade, o que de fato aconteceu.

Anita Prestes, pelas circunstâncias de que se revestiu seu nascimento despertou a solidariedade humana em todo o mundo. Para usar de uma imagem, Anita é filha da solidariedade universal, sem a qual não teria sido possível arrancá-la das garras dos nazistas para as mãos de sua avó – D. Leocádia Prestes, admirável heroína brasileira e exemplo de dedicação humana.

O atual regime brasileiro é tão indigno quanto o Estado Novo, que entregou Olga Prestes à sanha dos criminosos de guerra nazistas. E por isso – certamente – como continuador das velhas tradições policiais da ditadura de 1937, volta quase trinta anos depois ao mesmo tipo de perseguição desumana, visando agora Anita, já que Olga sucumbira às mãos dos carrascos hitleristas.

Feitas estas observações, prossegui em meu terceiro depoimento ao DOPS, dizendo da minha solidariedade e da minha admiração por Anita Prestes. Não podia – portanto – como homem público e ex-deputado federal comunista – deixar de recomendá-la a um casal de brasileiros de minhas relações, no momento em que Anita visitava a Alemanha Oriental. Esta era a terra natal de Olga, onde residem os avós maternos de Anita. Por um dever de família, um sentimento humano de amor e carinho pelos seus parentes, ela atendia ao convite que lhe faziam seus familiares para passar com eles as férias de fim de ano.

A argúcia do DOPS vislumbrou, por certo, na viagem de Anita, uma perigosa trama subversiva. E para confirmação, aqui estava eu, temível conspirador, a pedir que da Alemanha Oriental remetessem uma passagem aérea. E o pior de tudo, uma passagem pela Air France.

Ora, por circunstâncias fortuitas, o casal de brasileiros que vivia em Berlim e se correspondia comigo não tivera dúvidas em cooperar para o bom êxito do encontro, na capital alemã, entre Anita e os membros de sua família por parte de mãe.

A passagem, sim, esta deveria ser remetida por seus parentes. E à sugestão pedida quanto à companhia de navegação aérea, eu não podia fazer outra coisa senão indicar a Air France. Por maior que seja o espanto da polícia, a Air France é uma das companhias que servem ao público brasileiro. Os vôos da Air France entre o Brasil e a França são regulados por um convênio aéreo entre os dois países e têm validade de um estatuto reconhecido pelo Direito Internacional – o que escapa à alçada do DOPS. Além do mais, o caminho mais rápido para chegar a Berlim – saindo do Rio – é feito por Paris. As linhas aéreas da Alemanha Oriental, por sua vez, têm pouso fixo em Paris – capital civilizada, onde é possível resolver questões de ordem diplomática, a exemplo dos vistos em passaportes. Já o Brasil não possui relações com a República Democrática Alemã... Daí por que tudo conspira a favor da Air France, sobretudo quando se trata de uma viagem aérea Rio-Berlim. Enquanto existir o Atlântico, há de haver uma companhia de navegação aérea que transporte os brasileiros a Paris e mesmo a Moscou.

Ainda há o problema do casal de brasileiros que residia em Berlim. A sorte não lhe sorriu. O casal regressou ao Brasil e, talvez por uma questão de sentimentalismo, guardou todo o arquivo com a correspondência enviada por seus amigos daqui para a Alemanha. A correspondência era familiar e os assuntos legais. Mas sobreveio o golpe de 1º de abril e o DOPS invadiu o apartamento do

casal. Lá deparou com o precioso arquivo – cartas, telegramas, postais, tudo muito bem guardado. A polícia lavou-se em água de rosas. Prendeu o casal e apreendeu o arquivo, que foi minuciosamente estudado. Entre os papéis, lá estavam as minhas cartas e telegramas. Para o DOPS foi um grande achado. Porque – como fui preso um mês após a detenção do casal, e a polícia não dispunha de provas de minha atividade “subversiva” – dessas cartas e telegramas extraiu as perguntas que constam do meu terceiro depoimento.

Os assuntos eram, porém, demasiado corriqueiros, os telegramas foram passados em bom português – e nem ao menos estavam cifrados. O DOPS – com olhos de lince – fez muito esforço e não conseguiu nada. O casal foi libertado e o seu arquivo ocupa agora um pouco de espaço entre os papéis inúteis que a polícia, como é natural, conserva displicentemente numa sala empoeirada.

O meu depoimento não terminou sem que algo entrasse em cena sobre os jovens bolsistas brasileiros. Eram estudantes que haviam conseguido bolsas na República Democrática Alemã e me pediam que os recomendasse no estrangeiro. Nunca me recusei a tal, depois de suficientemente informado, por amigos comuns, de que se tratava de rapazes estudiosos, incapazes de comprometer com qualquer deslize, fora do país, o bom nome do Brasil e dos estudantes brasileiros. Os jovens bolsistas, entretanto, nem chegaram a viajar, motivo por que o casal de brasileiros – a quem os recomendara – nem chegou a vê-los em Berlim.

O escrivão que registrava meu depoimento não havia saído do seu espanto e perplexidade ante as minhas declarações – nas quais não era possível vislumbrar o menor grau de subversão e atentado à Lei de Segurança – quando passei ao assunto de minhas relações com Giocondo Dias. Creio também que acabei – sem o desejar – fazendo uma surpresa. Giocondo Dias é meu correligionário político e nos conhecemos desde os tempos de

infância, acrescida a circunstância de que somos ambos filhos da cidade de Salvador, capital da Bahia.

No que diz respeito à empresa distribuidora de filmes, que tanto interessava à polícia, só pude esclarecer que era uma empresa para mim desconhecida.

Aqui terminou o meu depoimento ao DOPS. E eis como, através de um depoimento, se demonstra a tese de que ser comunista não é ser criminoso.

12. OS CRIMES DA DITADURA

A ditadura instaurada no Brasil pelo golpe militar de 1º de abril criou para o nosso povo uma situação de pesados sacrifícios, que vão desde a entrega e a submissão do país aos Estados Unidos até à supressão brutal das liberdades com a subsequente implantação do terror político e ideológico e o desencadeamento de perseguição em massa.

Instituído pela força o poder militar, milhares de cidadãos foram presos, espancados, torturados, espezinhados pela polícia e pelos oficiais encarregados dos IPMs. Muitos brasileiros ainda se encontram nas prisões, enclausurados em quartéis, nos cárceres medievais da marinha de guerra ou em campos de concentração nos moldes nazistas – como acontece em Itaqui, no Rio Grande do Sul.

Os que recorreram ao suicídio – para escapar aos bárbaros suplícios físicos e morais – e os que foram assassinados às escondidas ou apareceram agonizantes, os seqüestrados ou baleados pela polícia, bem como os que enlouqueceram ou ficaram aleijados pelas torturas e sevícias do DOPS, não são em pequeno número.

As torturas revelam a degradação humana da ditadura. Os carrascos de hoje, trazidos na crista da quartelada, empregam métodos que superam os velhos sistemas dos escravocratas brasileiros e suplantam os mais requintados suplícios dos tempos da Inquisição. O “pau-de-arara”, o “telefone” (aplicação de golpes simultâneos nos ouvidos com as mãos em concha até arrebentar os tímpanos), choques elétricos nos órgãos genitais e nos ouvidos, queimaduras com pontas de cigarro, mergulhos forçados em tanques de óleo e barris de água gelada, com mãos alge-

madas e de cabeça para baixo, simulação de afogamentos no mar e de fuzilamentos com tiros de festim, jorros de luz ofuscante nos olhos, espuma de sabão ou sabão em pó no globo ocular, jejum de vários dias, imobilidade (de pés descalços) sobre latas de cera (sem tampa) até ao desfalecimento das vítimas, pancadas a porrete e cassetete de borracha, espancamento dos rins e abdômen, bordoadas nas costas ou quedas de costas (repetidas até a fratura da coluna vertebral) – estes os processos rotineiros aplicados pela polícia e pelos encarregados dos IPMs, para obterem confissões dos presos.

O meio mais elementar de tortura é o regime de incomunicabilidade. Ao preso não se permite ao menos avistar-se com seu advogado. Contra a incomunicabilidade, bem como contra as prisões sem culpa formada ou além do prazo judicial, o recurso jurídico do *habeas-corpus* tem um valor precário. Embora seja uma conquista democrática do século XVII, surgida na Inglaterra, e introduzida posteriormente em nosso país desde 1832, o *habeas-corpus* é calcado aos pés pela atual ditadura.

Para mostrar o que são as torturas, basta citar alguns casos.

Antônio Pereira Neto, marítimo, teve o olho quase vazado no DOPS da Guanabara. O ferroviário Ladislau Silva sofreu o suplício da espuma de sabão nos olhos, que foram em seguida lacrados a esparadrapo. Assisti certa noite no DOPS da Guanabara a uma cena terrível: entre dezenas de presos deitados no chão sobre jornais velhos, Epitácio França – funcionário do DNRu – esvaía-se em sangue, com os pulsos cortados a gilete, uma tentativa de suicídio para escapar aos suplícios do DOPS e do CENIMAR.

O líder gráfico Newton Eduardo de Oliveira, presidente da Federação Nacional dos Gráficos, suicidou-se. O mesmo fim teve o ex-combatente da FEB, Dilemardo Melo, submetido a torturas morais no IPM do Ministério da Justiça, presidido pelo coronel Turola.

Ivo Valença (Pernambuco) levou choques elétricos e foi mergulhado num tonel de água suja. O professor José Marinho, de 66 anos, foi submetido ao “cristo redentor” – tortura que consiste em ficar de braços abertos, encostado à parede, segurando catálogos telefônicos nas mãos. O Dr. Simão Kossbutski, preso em Goiás, passou pelo suplício do “torniquete”, aperto dos testículos entre duas pequenas tábuas. Valdir Ximenes Farias, ex-diretor da Companhia de Revenda e Colonização, no governo Arraes (Pernambuco), teve a coluna vertebral partida a pancadas e ficou aleijado. A estudante Sílvia Lúcia Viana Montarrosos enlouqueceu e foi recolhida ao hospital de alienados no Recife, depois do interrogatório por que passou no IV Exército. Darci Gonçalves de Lima, torturado em Curitiba após ser preso e envolvido no IPM sobre o DCT, repartição da qual era funcionário, veio a falecer na Guanabara, em consequência dos espancamentos. O sargento Manuel Alves Ribeiro, preso por supostas atividades subversivas, morreu às mãos dos seus supliciadores.

Quanto aos torturadores, citemos três nomes dos mais tristemente famosos na Guanabara: Sérgio Alex Toledo de Castro, Solimar Moura Carneiro e José Paulo Boneschi. Prestam serviços ao CENIMAR e ao DOPS da Guanabara.

A leitura de uma coleção do *Correio da Manhã* e da *Última Hora*, jornais de conduta irrepreensível na defesa dos direitos humanos e civis, dará uma visão completa do cinismo da ditadura e da extensão e profundidade das violências policiais a partir do golpe de 1º de abril.

A polícia emprega em nossos dias métodos nazistas de tortura, piores que os da polícia de Filinto Müller no Estado Novo – e de cuja hediondes David Nasser dá às novas gerações de brasileiros um impressionante relato em seu livro intitulado *Falta alguém em Nüremberg*.

Quando passei pelo DOPS da Guanabara, vindo do Hospital da Penitenciária – em fins de junho – verifiquei que a polícia estava abalada pela denúncia do ex-presos Dilson Aragão contra torturas e espancamentos. Um

inquérito interno no DOPS pretendia apurar quais os responsáveis pela negligência – diziam os policiais – que permitira ao denunciante apresentar provas contra a polícia. Dilson Aragão é filho do almirante Aragão.

Além das torturas, ainda há as condições da prisão, que são degradantes. O xadrez do DOPS é infecto e mortífero – com uma só privada para todos os presos, às vezes em número superior a cem. No xadrez das mulheres não há instalações sanitárias, sendo necessário usar as que se acham fora da cela, em um pequeno compartimento comum a todas as detentas.

A comida é intragável e causa disenteria. Não há cama. Dorme-se no chão, em colchões velhos ou sobre jornais. Não há banho de sol.

Para constar, existe um médico no DOPS, chamado pelos presos “Dr. Cibalena” – nome do único medicamento que sabe receitar para todos os males.

Estas condições foram verificadas pelo marechal Taurino Rezende, quando – nas funções de chefe da Comissão Geral de Inquérito (CGI) – visitou as instalações do DOPS. Então sob o abalo moral da prisão de seu filho Sérgio Rezende, cuja liberdade era recusada pelos militares sediados no Recife, a despeito da ordem de *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, o velho “gorila”, defensor e beneficiário do golpe, resolveu percorrer os presídios.

Seu objetivo era a soltura do filho, pressionando os carcereiros com a revelação das irregularidades nas prisões.

Saltando do fundo da cela – onde me encontrava com os outros companheiros e exibindo o peito nu com cicatrizes –, denunciei perante a comitiva militar-policial do marechal Taurino, e na presença de Borer, – o atentado a bala que sofri, as torturas praticadas no DOPS contra os demais presos e a situação irregular dos que ali se encontravam detidos fora dos prazos legais. Antonio Pereira Neto, Almir Matos, Cauduro, Hentz Pereira dos Santos,

Cantalice estavam comigo no mesmo cubículo. Muitos outros se encontravam amontoados nos vários e imundos xadrezes. Os protestos foram gerais e os presos falaram sem temor, verberando a polícia.

O marechal Taurino, que declarara guerra à justiça brasileira e queria à fina força transferir para a justiça militar os inqueritos sob a alçada da justiça civil, acabou sendo castigado pela sua própria desumanidade e intransigência. Sofria na carne a prisão do filho – que ele considerava um idealista – sem querer ver que os outros presos não eram menos idealistas, e que suas famílias sofriam horrivelmente.

Recorrendo a torturas e prisões e mantendo o país em *suspense* pela absoluta falta de garantias, a ditadura prossegue em suas perseguições, atingindo pessoas de todas as categorias sociais.

Assim é que os militares que não compactuam com o atual regime tiveram suas patentes cassadas – punição sem qualquer amparo legal, e fato inédito em toda a história do país.

Marinheiros e sargentos que lutaram por seus direitos democráticos e por tratamento humano de parte de seus superiores, ainda que o tivessem feito quando vigorava o governo João Goulart, deposto pela ditadura, sofreram e continuam sofrendo castigos e sevícias nas prisões. Houve quem fosse mutilado ou assassinado. Isto demonstra que a ditadura age contra eles, não por defesa de princípios democráticos ou por necessidade de preservar a disciplina, mas por uma questão de ódio e vingança de classe. E isto é tanto verdade quanto que – após a implantação do regime hoje em vigor – já não se respeita a hierarquia entre os oficiais, os de patente inferior sobrepondo-se aos mais graduados, e os de uma corporação opondo-se aos de outra, sem nenhum reparo ou medida punitiva séria, como acontece no conflito da aviação embarcada ou no caso dos projetados ministérios da Defesa e dos Transportes.

O terrorismo cultural – expressão do terrorismo político e ideológico –, é outro exemplo das perseguições em massa movidas pela ditadura. Um sacrifício a que a ciência e o magistério pagam pesado tributo. São inúmeros os cientistas obrigados a sair do Brasil, por ser impossível trabalhar pelo progresso da ciência sob o clima de terror e intolerância. Entre os que já se encontram no estrangeiro podem ser citados: Guido Peck (Argentina), Samuel MacDowell (EUA), Molton de Souza (França), Cesar Lattes (Itália), Baeta Henriques e Olga Baeta (Inglaterra), Fernando de Souza Barros e Suzana de Souza Barros (EUA), Luiz Hildebrando Pereira (Inglaterra), João Alberto Mayer (França), Eli Silva (Itália).

Para outros – em particular os que professam o magistério – a ditadura reservou o cárcere, os IPMs, a prisão preventiva ou a demissão.

O professor Leite Lopes, então diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, convidado para lecionar na Sorbonne, foi preso quando tirava passaporte para sair do país legalmente. Um professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, o sociólogo Florestan Fernandes, porque escreveu uma carta ao coronel encarregado de um IPM, defendendo a liberdade de cátedra e dando os motivos por que decidira depor, foi detido no xadrez de um quartel. O professor de renome internacional Villanueva Artigas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, foi igualmente atirado a uma enxovia militar, numa demonstração de hostilidade da ditadura contra a liberdade de cátedra. Cientista consagrado em todo o mundo como uma das maiores expressões da física moderna, o professor Mário Schemberg esteve preso no xadrez do DOPS paulista e – após ser libertado – tem contra si um mandado de prisão preventiva. Na Bahia, foram presos os professores Milton Santos, Gerson Mascarenhas, Marcelo Duarte, Auto José de Castro e Alípio Castelo Branco.

Professores católicos perderam suas cátedras, punidos pela ditadura, e entre eles se encontram Ernani Fiori, Ubaldo Puppi, Francico Mangabeira, Antonio Baltar.

No estrangeiro, vivem figuras marcantes da cultura brasileira, como Josué de Castro e Celso Furtado.

Oficiais militares incultos e de formação fascista submeteram a interrogatórios macartistas, nos IPMs, expressivas figuras da intelectualidade brasileira e invadiram seus domicílios. O embaixador Álvaro Lins, cuja reputação ultrapassa nossas fronteiras, escritor e crítico literário de inexcusável valor, membro da Academia Brasileira de Letras, teve o lar invadido para a busca e apreensão de documentos de seu arquivo, numa afronta à sua renomada obra intelectual, e depôs num IPM durante dois dias. Nelson Werneck Sodré, que se notabilizou como historiador e crítico literário; Oduvaldo Viana, famoso teatrólogo; Dias Gomes, festejado autor de *O pagador de promessas*; Ferreira Gullar, um dos poetas brasileiros de maior expressão, sofreram idênticos ultrajes. Depois de regressar do exterior, onde mais uma vez elevara o nome do Brasil, Oscar Niemeyer, glória da arquitetura, foi chamado a depor num IPM sobre atividades subversivas. Álvaro Vieira Pinto, eminente professor a cuja autoria pertencem importantes obras de cunho nacionalista e alto valor sociológico, diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi obrigado a buscar o exílio, ante a ameaça de ser levado à cadeia. Ênio da Silveira, homem de cultura, um dos principais senão o principal editor brasileiro, a cuja atividade se deve nos últimos anos o enriquecimento sem paralelo de nosso acervo cultural, teve a sua casa vasculhada pelo Exército, foi preso e responde a vários IPMs. Astrogildo Pereira, com 74 anos, fundador do Partido Comunista, consagrado como escritor, historiador, crítico literário e jornalista, apesar de beneficiado com duas ordens de *habeas-corpus*, só foi libertado da prisão militar onde se encontrava em consequência da pressão da opinião pública do país contra a

arbitrariedade dos militares fascistas. Carlos Heitor Cony, escritor de mérito inconfundível, foi processado pelo ministro da Guerra, que tentava cercear-lhe o direito de escrever. Edson Carneiro, Alex Viany, Nestor de Holanda, Quirino Campofiorito – figuras de relevo nas letras e artes do país – estão indiciados num IPM, por terem exaltado a cultura brasileira em obra editada na União Soviética. Almir Matos – escritor e jornalista já consagrado – esteve preso mais de um mês sem qualquer justificativa. Paulo Cavalcanti – escritor pernambucano de valor – foi levado à prisão. Abelardo da Hora – conhecido escultor esteve preso em Pernambuco vários meses e ficou sem meios de sustentar a família. Heloísa Ramos, viúva de Graciliano Ramos, um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos, teve a casa invadida e subtraídos de seu arquivo papéis e cartas íntimas do falecido escritor. O caricaturista Cláudio Ceccon esteve preso no DOPS da Guanabara.

Contra Jamil Almansur Haddad, poeta paulista, e a escritora Helena da Silveira, também de São Paulo, foram expedidos mandados de prisão, suas casas invadidas e apreendidos manuscritos literários e correspondência particular. A pintora Djanira foi presa e sofreu vexames quando se dirigia ao Estado do Rio, transportando material para seus trabalhos artísticos. Mário Lago – radialista e compositor de renome – ficou preso quase dois meses, e a polícia confessou não saber por que o fizera. Maria Della Costa e Cacilda Becker – notáveis artistas do teatro brasileiro – foram chamadas a depor porque realizam uma arte de larga aceitação, dentro do país e no estrangeiro. Bibi Ferreira passou por idêntica afronta.

Os jornalistas não escaparam à razia ditatorial. Jornais foram ilegal e arbitrariamente fechados em todo o país ou simplesmente não puderam mais circular. Gráficas foram depredadas ou interditas. Entre os jornais atingidos constam *O Binômio* e o *Combate* (Minas Gerais), *Novos Rumos*, *O Semanário*, *Panfleto* (Guanabara). A revista teórica *Problemas da Paz e do Socialismo* teve sua publicação

proibida. Há jornalistas bem como produtores do rádio e da televisão e compositores, cujos nomes não podem ser citados em seus trabalhos, mesmo que estes tenham vindo a público antes do golpe de 1º de abril ou sejam obras consagradas pela opinião pública. Samuel Wainer, diretor de *Última Hora*, está exilado, bem como Carlos Olavo Duarte, Costa Pinto, Paulo Valente, Ib Teixeira – jornalistas de reconhecido valor. O repórter José Carlos Rocha, do *Jornal do Brasil*, esteve preso e incomunicável, no Recife, e foi espancado porque – em obediência à ética profissional – recusou-se a revelar aos militares quais as fontes de informação usadas para uma reportagem sobre o casamento da filha de Miguel Arraes, governador de Pernambuco deposto e preso. João Etcheverry foi preso, Otávio Malta e Paulo Francis perseguidos.

Estudantes e intelectuais que se dedicavam ao movimento pró-cultura popular e à campanha de alfabetização de adultos – como é o caso de Roberto Pontual – foram para a prisão e responderam a IPMs. Maria Ieda Linhares – um dos valores da nova geração – foi demitida da direção da Rádio Ministério da Educação e enxovalhada publicamente porque imprimira à emissora uma orientação artística mais consentânea aos interesses culturais do nosso povo.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve sua sede incendiada pelos vândalos golpistas, e posteriormente foi declarada extinta por iniciativa do Ministério da Educação – cuja função no governo é achincalhar a cultura e conservar o analfabetismo. José Serra, presidente da UNE, está no exílio.

O ódio da ditadura contra tudo que signifique desenvolvimento e patriotismo manifestou-se abertamente ante a Petrobrás e a SUDENE. Seus técnicos mais categorizados, chefes e encarregados de departamentos foram demitidos, presos, indiciados em IPMs ou se exilaram. Seus substitutos são militares entreguistas e o controle técnico da SUDENE passou para os norte-americanos. Mario Lima

(Petrobrás – Bahia), deputado, passou longos meses na prisão, transferido de um lado para outro, sem que os militares dessem cumprimento às ordens de *habeas-corpus* em seu favor. Aliás, na Bahia, a repressão assumiu um caráter dantesco, assinalando-se pela brutalidade e a hediondez com que as vítimas foram maltratadas. No Recife, Milton Coelho da Graça (SUDENE), jornalista, padeceu bárbaros suplícios enquanto esteve prisioneiro. Rivadávia Brás, técnico da mesma autarquia, enlouquecido pelas torturas, acha-se internado num hospital de alienados.

Advogados, juízes, magistrados não escaparam à sanha da ditadura e entre eles contam-se Aguiar Dias, José Monjardim Filho, Dácio de Arruda Campos, Osni Duarte, Sinval Palmeira, Luiz Mário Camargo Xavier, Letelba de Brito, Júlio Teixeira, Aldo Lins e Silva.

Os ultrajes às mulheres presas só têm paralelo nas atrocidades nazistas cometidas pela polícia do Estado Novo. A jornalista Wânia Santayana foi conservada presa mais de seis meses, em Minas, apesar de seu estado de gravidez, e depois teve de asilar-se, mobilizando a seu favor – durante o período de encarceramento – as freiras do Mosteiro Beneditino de Belo Horizonte, que em sua intenção fizeram penitências e orações conjuntas. Naíde Teodósio, médica e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco, teve a casa invadida, livros e arquivos apreendidos, e permaneceu longos meses no cárcere, sendo-lhe infligidas torturas. Iza Quitans, Guerra, Orandina Ayres Sebastião, Maria Salas, Yolanda Picingher, Ursula Gerhardt, Eleuse Machado, Elisa Branco são nomes de mulheres castigadas com prisão ou foragidas para escapar à ameaça e intimidações. Freiras católicas chegaram a ser perseguidas e insultadas, como ocorreu em Pernambuco a uma religiosa que escondeu camponeses procurados pela polícia. Até crianças de doze anos foram presas, a exemplo do que ocorreu na Guanabara, no aeroporto internacional do Galeão.

Os jovens estudantes do chamado “grupo angolano” passaram por torturas selvagens, e entre eles José Lima de Azevedo.

Membros da Ação Popular, da JUC, da JEC e da Ação Católica foram denunciados à justiça, incursos em IPMs e passaram pelas prisões ou nelas se encontram. Há casos de sacerdotes católicos indiciados em inquéritos, como os padres Pacheco e Reis, Valiente e Hugo Hassmann (Rio Grande do Sul), ou que foram encarcerados, como o padre Lage (Minas Gerais), que sofreu na cadeia maus-tratos e desrespeitos.

Alguns dos mais antigos presos da ditadura são de Pernambuco. E o mais sinistro carrasco ali surgido foi o coronel Ibiapina, que sentia prazer em torturar as vítimas como se fizesse experiências *in anima vili*. Gilberto Azevedo, Ubiraci Barbosa, José Leite Filho, Clodomir Moraes, Célia Lima, José Campelo Filho, Cícero Targino sofreram longamente no cárcere. São nomes de verdadeiros sepultados vivos da Casa de Detenção do Recife – réplica brasileira da “Casa dos Mortos” dostoiévskiana. Traumatizado pelas perseguições a Liana Lafaiete de Andrada Aureliano e Maria José Aureliano, o desembargador Rodolfo Aureliano, líder católico, ex-presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Eleitoral de Pernambuco, não suportou o infortúnio que se abateu sobre sua família e veio a morrer de desgosto.

Os nove chineses, que entraram legalmente no Brasil, ao tempo do governo João Goulart, e que a polícia da Guanabara encarcerou após o golpe de 1º de abril, foram barbaramente torturados, submetidos a um processo-farsa e condenados a dez anos de prisão. *The Economist*, semanário inglês conservador, classificou de “severa e possivelmente insensata” a sentença aplicada pela justiça militar, alvitando a hipótese de uma trama arquitetada ou aprovada pelos Estados Unidos. Aos brasileiros Adão Pereira Nunes, Amâncio Vasconcelos e Raquel Cossoy foi infligida a mesma estúpida sentença – ainda que no julgamen-

to a polícia não tivesse conseguido apresentar nenhuma prova ou testemunhas convincentes, quanto aos crimes de subversão e espionagem imputados aos acusados.

Fora dos prazos legais, permaneceram nas prisões, sem provas idôneas que os incriminassem, comunistas como Gregório Bezerra, Ivan Ramos Ribeiro, Mário Alves, Francisco Leivas Otero, Elson Costa, Agliberto Vieira Azevedo, Néri Reis, Roberto Margonari. Alguns ainda lá permanecem.

Para os operários, bem como para os camponeses, a ditadura determinou um tratamento cruel e impiedoso. Clodsmith Riâni e outros estão presos há longos meses. Líderes sindicais como Osvaldo Pacheco, Roberto Morena, Ubaldino dos Santos, Melo Bastos, Palhano, Osmildo Stafford, Dante Pellacâni estão impedidos de viver no Brasil e refugiaram-se no exterior. Contra os sindicatos mais importantes foram instaurados IPMs, com prazos excedidos e funcionando ilegalmente, e aonde são chamados a depor os líderes sindicais que não saíram do país. Bancários, portuários, ferroviários, trabalhadores em petróleo e das empresas estatais, como a Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e outras, operários navais, marítimos, metalúrgicos, aeronautas e aviários são as vítimas preferidas. Em Santos – o maior porto da América do Sul – o capitão dos portos de nome Júlio de Sá Bierrenbach, fascista notório, estabeleceu uma espécie de governo discricionário sob seu comando particular e implantou o terror contra a população, visando sobretudo aos operários do porto e atingindo os trabalhadores da Refinaria de Cubatão. Fundeado ao largo da enseada, um navio-presídio era palco de torpes castigos e humilhações, infligidos, sob a inspiração do truculento oficial da Marinha, aos intelectuais e operários presos.

Os camponeses e seus líderes, quando não assassinados friamente, são presos e torturados ou sujeitos a intermináveis IPMs, sobretudo na área do Nordeste. Pedro Fazendeiro – um camponês paraibano – foi preso, tortura-

do e desapareceu, cabendo à polícia responsabilidade pelo seu sumiço. José Porfírio (Formoso, Goiás) tem atrás de si a perseguição do Exército, polícia e capangas dos latifundiários. Chicão, que escapou de ser morto com sua família, no dia do golpe, está sendo caçado em todo o Estado de Minas Gerais. Os camponeses Osias Ferreira, José Luiz dos Santos, Adauto da Silva e Valdemiro Cândido estão presos no quartel da Polícia Militar, no Dérby (Recife), e indiciados num IPM instaurado para perseguir e condenar trabalhadores rurais. O camponês Antônio Lopes de Albuquerque (Vitória de Santo Antão, Pernambuco) está encarcerado no Manicômio Judiciário de Tamarineira.

Punidos com cassações de direitos políticos e outras sanções, perseguidos no país ou vivendo no exílio, existem muitos brasileiros. Desde os que exerceram a Presidência da República nos últimos anos, os que ocuparam comandos militares, foram ministros de Estado, governadores, prefeitos ou deputados, aos que são líderes políticos de expressão ou apenas se opõem à ditadura. Entre os atingidos figuram João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Luiz Carlos Preses, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Seixas Dória, Mauro Borges, marechal Osvaldo Ferreira Alves, almirante Cândido Aragão, general Jair Dantas, almirante Sílvio Mota, almirante Pedro Paulo Suzano, almirante Paulo Mário, general Oromar Osório, general Cunha Melo, brigadeiro Antônio Teixeira, Amauri Silva, Abelardo Jurema, Saldanha Coelho, Francisco Julião, Almino Afonso, Max da Costa Santos, sargento Antônio Garcia Filho, cabo da Marinha José Anselmo, Demistóclides Batista, Elói Dutra, general Tácito de Freitas, Djalma Maranhão, Paulo de Tarso, Neiva Moreira, coronel Dagoberto Rodrigues, João Pinheiro Neto, Wilson Fadul, Raul Ryff, Darci Ribeiro, Pelópidas da Silveira, Sereno Chaise, Plínio de Arruda Sampaio, Beatriz Bandeira, Rosemonde de Castro Pinto, Oto Rocha e Silva, coronel Hango Trench, Valdir Pires, general Henrique Oest,

Marcos Magalhães Rubinger, coronel Kardec Leme, coronel Joaquim Inácio Cardoso, capitão Alfredo Ribeiro Daudt, professor Bayard Boitteux, comandante Emílio Bonfante, professor José Rodrigues Vieira Neto, Lúcio Gusmão Lobo, Jurema Finamur, Humberto Menezes Pinheiro, Pedro Paulo Sampaio Lacerda, Henrique Cordeiro, Paulo Schilling, padre Alípio de Freitas, Alfredo Gerhardt, Paulo Freire, Vinícius Caldeira Brant, Rubem Wanderley, Jocelin Brasil, Anísio Teixeira, Ana Montenegro, Sinval Bambirra.

O relatório geral de todos os IPMs realizados no país envolve milhares de pessoas, sem contar os 5 mil brasileiros que já foram punidos pelo Ato Institucional. Apesar, porém, dos prazos estourados e da notória e reconhecida ilegalidade, há oito IPMs que não ficaram prontos e prosseguem em aberto – espécie de rede em cujas malhas devem ser escolhidos aqueles que daqui por diante a ditadura resolver castigar à moda romana do *ave Caesar, morituri te salutant*. Esses IPMs são destinados a apurar atividades ditas subversivas, que significativamente abrangem a SUPRA, UNE, Imprensa Popular, Partido Comunista, ISEB, Grupo dos Onze. Até agora arrolam 4 mil pessoas. E deixam prever sem dificuldade em que tipos de perseguições a ditadura pretende concentrar-se, para justificar verbas diárias auferidas pelos militares nas funções pouco dignas de torquemadas.

Escrevendo no *Correio da Manhã* (19.1.65) sobre a receptividade popular que a idéia da anistia encontra no país, o jornalista Edmundo Moniz esclarece muito bem o sentido que os “gorilas” querem dar às perseguições. Diz ele: “Encontram-se, entre os subversivos, liberais, católicos, comunistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas, membros do PSD, da UDN e do PDC. Todos aqueles, precisamente que, deste ou daquele modo, preferem a república democrática a uma ditadura militar”.

As punições da ditadura não recaem somente sobre aqueles contra os quais ela volta o seu ódio. São

golpeadas também as famílias dos castigados, incluindo suas esposas, filhos, dependentes e até seus círculos de amizade. Os detentores do poder querem levar às raias do desespero seus adversários políticos. E quando não conseguem mantê-los presos ou apontá-los como culpados nos IPMs, continuam a persegui-los por outras formas. Fazem pressão contra os exilados, até mesmo invadindo território estrangeiro (o Uruguai ainda há pouco protestou contra a violação de sua soberania, em consequência de uma dessas invasões). E dentro do Brasil chegam ao ponto de tentar impedir que suas vítimas obtenham emprego.

Tal é o requinte, que nos sentimos – sem querer – transportados aos tempos da sereníssima senhora D. Maria I, rainha de Portugal, quando então só magistrados portugueses foram incumbidos de punir os inconfidentes mineiros.

Foi um julgamento inédito. E para o seu cabal desempenho, fizeram-se duas devassas – uma no Rio e outra em Minas (dois IPMs como se diria agora). Os magistrados portugueses não se satisfazem com os depoimentos. Exigem novas inquirições de testemunhas. Para a apresentação de defesa, concedem-se apenas cinco dias. O advogado tinha o direito de defender os acusados. Mas, caísse no atrevimento de inflamar-se ao produzir a defesa, ou tentasse dar-lhe um sentido profundo, e poderia ser tomado como revolucionário e incluído no rol dos criminosos.

O vice-rei D. Luiz de Vasconcelos ameaçou mandar vergastar o padre Inácio Nogueira, em cuja casa se escondera Tiradentes. Cláudio Manoel da Costa recorreu ao suicídio, enforcando-se. Joaquim Silvério dos Reis foi o “dedo-duro” mais digno de nota. As sentenças impostas variaram desde a perda de direitos, degredo, morte na força e esquartejamento, até à ordem de expor em praça pública as cabeças dos réus, arrasar-lhes as casas e salgar o solo para que nada mais ali viesse a nascer, declarando-

se infames até à quarta geração os descendentes dos conjurados.

As perseguições, violências e arbitrariedades da atual ditadura não ficam nada a dever à sanha homicida dos colonizadores portugueses do século XVIII.

Sou um brasileiro cujos direitos políticos não foram cassados. Mas como vítima da ditadura, preso e baleado pelos beleguins do DOPS, eu não quis – diante do público brasileiro – limitar-me apenas a denunciar o crime praticado contra a minha pessoa. Mesmo porque – enquanto estive preso e incomunicável – contei com ampla solidariedade popular, que não só ajudou a salvar minha vida, no hospital, como influiu decisivamente para libertar-me das garras da polícia. Esta solidariedade partiu indistintamente de todos os setores e de pessoas de diferentes convicções filosóficas, credos religiosos ou categoria social.

Procurei – por isso – alinhar aqui uma série de denúncias dos crimes da ditadura – os mais gritantes – cometidos não só contra uma pessoa, mas contra todo o povo brasileiro – num atentado à condição e à dignidade humanas.

Os crimes, na sua crueza e hediondez, são repugnantes. Põem a nu a natureza fascista do regime implantado entre nós. Mas o povo não se atemorizou. E foi impelido à solidariedade, como resposta à coação e às injustiças.

Sentimento humano e dever patriótico, a solidariedade nos reúne a todos. É inevitável que homens e mulheres de todas as tendências políticas, religiosas e ideológicas, sem discrepâncias, cheguem a um terreno comum para ajudar moral e materialmente as vítimas da ditadura e para realizar a conquista da anistia geral. Trate-se dos que se encontram no exílio ou asilados em embaixadas, dos que se acham nas prisões ou perseguidos, a inclinação dos brasileiros é para prestar-lhes solidariedade e às suas famílias. O que reprovam a indignidade dos verdugos, voltam-se para os sacrificados.

13. RESISTÊNCIA OU CONFORMISMO

Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril ou se conformam com ela.

O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espezinhamento ante os IMPs e seus inquisidores-chefes.

Antes, tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava. Milhões de homens do povo não podiam votar. Analfabetos e praças de pré não tinham o direito de voto. Os comunistas não podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma democracia racionada. E racionada por isso. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas. Tal democracia – pela sua própria estrutura – constituía por si mesma um empecilho à realização das reformas sociais – as chamadas reformas de base. E por mais que oferecesse oportunidades – amparando os direitos individuais – sentia-se emperrada. E não podia avançar pacificamente. Como de fato não avançou, e acabou golpeada. As forças de direita e o fascismo militar brasileiro deram-lhe o tiro de misericórdia.

O que havia de errado nesse tipo de democracia vinha de longe. Era um vício de origem. Um pecado original. Não se tratava de uma democracia feita pelo povo. Quem a instituiu foram as classes dirigentes. Nesse arcabouço erigido pelas elites, as massas conquistaram alguns direi-

tos, ali introduzidos graças às suas lutas. Historicamente, o mal dessa democracia era – acima de tudo – o seu conteúdo de elite, com a ostensiva marginalização das grandes massas exploradas, o proletariado crescendo sem nunca chegar à integração de direitos exigida pelo seu papel na produção. E os camponeses inteiramente por fora, párias da democracia, sob a ultrajante justificativa de sua condição de atraso e suprema escravização aos interesses dos senhores da terra.

Era uma democracia do poder econômico, tutelada pelas forças armadas. Agora, após o golpe de 1º de abril, já não temos aquela democracia – cujas benesses, aliás, eram encaminhadas inexoravelmente para o poder econômico, tal a desenvoltura com que este agia e era acobergado. Às forças políticas defensoras dos interesses do poder econômico não se tornava, então, necessário enfrentar o ônus moral da ditadura, ou seja, na prática, a supressão das liberdades.

O *status quo* anterior deixou de existir, quando o poder econômico se viu ameaçado pelo descontentamento das massas e pela sensível inclinação do povo para a busca de outra solução, em detrimento dos potentados. A democracia burguesa, vigente até então, tornou-se uma coisa do passado. O sonho de uma noite de verão.

As restrições às classes exploradas e aos direitos continuam nos dias de hoje. Mas são muito mais profundas. A rigor, o que se aplica atualmente contra os explorados – e mesmo contra toda a nação – vai além do que se poderia chamar de restrições. O fato real é que direitos e conquistas sociais vão sendo revogados e abolidos, e continuarão a sê-lo enquanto persistir e subsistir a atual ditadura, precária mas feroz e traiçoeira.

Nos dias de hoje – por isso mesmo – o poder econômico prossegue mantendo e reforçando sua supremacia, em prejuízo das classes exploradas, como é evidente. As classes dirigentes não vacilaram em empregar a violência e subverter a ordem constitucional, para liquidar com

as liberdades, evitando que delas se favorecessem as massas e opondo uma barreira à participação do povo no poder.

As elites continuam dispondo do poder político. E a ditadura que instituíram-no é sob a tutela das forças armadas, tal como antes com a democracia racionada.

Dessa apreciação história do conteúdo da democracia brasileira, em seu passado, e da natureza da atual ditadura, resulta a descoberta de um denominador comum – o predomínio inalterado do poder das classes dirigentes, a defesa suprema dos seus interesses contra os interesses das grandes massas, quer sobrevivam ou não as liberdades.

É este denominador comum que precisa ser eliminado.

Alguns dos instrumentos jurídicos dessa prevalência das elites se mantêm de pé ao longo de nossa história. A cadeira, a polícia, os tribunais – sem falar nas leis de defesa do Estado, como é o caso da Lei de Segurança Nacional – são e sempre foram (até que sejam derogadas dessa investidura) os principais meios jurídicos da afirmação do poderio e da supremacia das classes que dominam no Brasil. As grandes massas têm que se curvar a esse poderio; passar sob essas forças caudinas.

Da ordem instituída pelas elites brasileiras resultou a tradição do “teje preso por ordem do delegado”, lema que traduz o instituto da submissão à prepotência dos senhores da democracia convencional.

A desobediência à ordem do delegado é o crime – o desacato à autoridade e a resistência à prisão. Em vez do “ninguém pode ser preso sem ordem do juiz” – é a instituição do “ninguém pode deixar de ser preso se for ordem do doutor delegado”.

Estabelecida a ditadura policial-militar fascista de 1º de abril, a polícia sobrelevou-se à justiça (mesmo a justiça das classes dominantes), o que põe em relevo a enormidade do arbítrio. E o DOPS – a polícia política – tornada ponto de apoio fundamental das forças armadas que

tutelam a nação (no dizer deles), fez-se símbolo e meio prático de sujeição da maioria à minoria exploradora que governa.

Foi contra essa odiosa submissão à ordem dos potentes que representam e defendem os interesses das classes exploradoras, foi contra essa violência aos direitos individuais e à própria ordem democrático-burguesa que eu me insurji, ao não aceitar a voz de prisão no interior do cinema Esky-Tijuca.

Num período normal, essa voz de prisão possivelmente não seria desacatada. Ou, melhor, ela viria revestida das formalidades burguesas: a ordem do juiz, o convite a prestar esclarecimentos à polícia ou à justiça, mas em condições adequadas, tudo como mandava o figurino das classes dominantes, segundo os preceitos do direito clássico burguês.

Em condições anormais e de completa ilegalidade, com a ditadura policial-militar fascista desencadeando o terror e anulando a própria democracia burguesa, mas falando falsamente em seu nome e silenciando, ao mesmo tempo, sobre os crimes e violências cometidos, eu não podia deixar de protestar publicamente. Para revelar a realidade. Chamar a atenção sobre a farsa. Dizer a todo o povo que o rei está nu.

Era e é uma opção. Que, sob tal aspecto, não se torna necessariamente obrigatória para todos os patriotas. E que talvez não seja preciso repetir.

A resistência à prisão em plena ditadura, mesmo correndo o risco de ser baleado como fui, é um modo de exprimir confiança na capacidade e receptividade do povo para a compreensão de um ato de protesto (mesmo individual), a prova de fidelidade aos compromissos com a luta pela liberdade.

Uma atitude de resistência e de não-conformismo ajuda a desmascarar a farsa e é o prenúncio da vitória.

De mim, que não pretendo ser mais que um lutador pela pátria e a liberdade, dentro de minha condição de

comunista, não se pode esperar senão a coerência de prosseguir lutando ao lado de todos quantos resistem. Em meio a milhares, centenas de milhares, milhões de brasileiros inconformados, eu reivindico apenas um lugar na luta de resistência.

Este livro é uma mensagem de resistência. E é sobretudo endereçado à nova geração. Os jovens de hoje é que melhor poderão compreendê-lo e – com seu entusiasmo e espírito revolucionário – estudá-lo, interpretá-lo de vários ângulos, para as conclusões que se tornam necessárias.

A nova geração brasileira, a despeito dos que pretendem distorcer-lhe o caminho, é uma geração política. Marcha para a frente, confiante em seu destino, determinada a alcançar a liberdade e o progresso, olhos voltados para o marxismo contemporâneo. Não importa que os moços de hoje estejam filiados a correntes filosóficas diversas. Aceitem ou não o primado da matéria e do reflexo do ser sobre a consciência, militem no campo do materialismo ou nas hostes do espiritualismo, como é o caso da plêiade de católicos preocupados com a questão social, os jovens avançam em busca de uma saída. O marxismo contemporâneo não poderá deixar de fasciná-los e estimular-lhes o espírito criador. Com a audácia e o entusiasmo que lhes são próprios, os jovens continuarão afluindo com maior vigor ao campo da luta. E ajudarão a reformular, sob a égide do marxismo, os problemas capitais da revolução brasileira, revolução cuja liderança incontestável, no terreno prático e ideológico, pertence de direito e historicamente à classe operária.

Um velho revolucionário brasileiro, exilado em consequência da abrilada, dirigia-se por carta a seus companheiros no Brasil, com uma pergunta formulada no exílio: “Por que perdemos?”.

A resposta pode não ser muito simples. E talvez haja muita controvérsia antes de tê-la completado. É indubitável, porém, que, aplicado corretamente à realida-

de concreta do país, o marxismo não demande vigília demasiado longa para apontar a solução dos problemas.

O marxismo – dizia Lênin – é a análise concreta da concreta situação. O despreparo das esquerdas – pela falta de aguda análise teórico-ideológica da situação brasileira, tendo como resultado o emprego de práticas e princípios defasados com o momento histórico – levou-nos à derrota.

O marxismo ensina que o motor da história são as massas, cujo movimento é inelutável. Tudo depende de que o trabalho de base tenha a importância fundamental, pois é este o trabalho que impele as massas e dá solidez à ação. O trabalho de cúpula – embora indispensável – não constitui o lado decisivo na solução do problema. Agreguemos, ademais, que não cabe aos marxistas manter ilusões na liderança exercida pela burguesia nacional, como aconteceu em relação à fração da burguesia que ocupava o poder nos idos de março.

Para as forças populares e nacionalistas – como de um modo geral para as esquerdas – a razão de ser da vitória reside numa só questão, já por si em evidência sobre todas as demais. Esta questão é o permanente e ao mesmo tempo flexível manejo do marxismo-leninismo, o que repele qualquer dose, por mínima que seja, do dogmatismo. A realidade brasileira exige acurada atenção e incansável estudo. E como realidade objetiva – tomada por ponto de partida – requer a análise histórica aprofundada de suas grandes características.

O povo brasileiro tem uma longa experiência no combate permanente que trava com as classes dominantes, visando obter o triunfo da democracia (não a democracia burguesa formal, mas aquela que mais de perto diz respeito à realidade econômico-social) e, simultaneamente, objetivando chegar ao aniquilamento do imperialismo e do latifúndio.

O evento de 1º de abril – por demais doloroso ao nosso povo – é mais uma grave experiência (a mais recen-

te, aliás), que demonstra o grau de violência a que se elevará o preço de nossa libertação.

E esta – tenhamos isto presente – não será jamais o fruto do conformismo, senão o resultado de uma tenaz resistência, com ponto de apoio na organização do povo pela base.

14. MARXISMO E LIBERDADE

Como já é sabido, um dos objetivos que visei reagindo à prisão foi trazer à luz a posição do marxismo ante à liberdade.

Os ideólogos das classes dominantes interessados no retrocesso do país vêm apregoando sistemática e propositadamente que o marxismo é a renúncia à liberdade. Ou por outra, querem fazer crer que o marxismo e a liberdade são pólos opostos – em conflito permanente.

Nada melhor que o golpe de 1º de abril para demonstrar que os que combatem o marxismo com a arma da supressão das liberdades não têm a menor autoridade moral para insinuar o pretenso conflito entre o marxismo e a liberdade.

A subversão da ordem partiu do golpe “gorila” que mudou a Constituição. Ou melhor, os golpistas a tornaram letra morta com o emprego de meios violentos. O que, aliás, é crime previsto pela mesma Constituição e punido pela Lei de Segurança das próprias classes dominantes.

A abrilada surgiu como um movimento anticomunista e antimarxista, a pretexto de combater uma fantástica ditadura que estaria para ser implantada pelos comunistas no país.

Por uma ironia da história, os comunistas, agora acusados de subversão, defendiam a democracia burguesa, interessados que são na permanência de um clima de liberdade e na conquista da legalidade para o Partido Comunista. O golpe que destruiu as liberdades o Brasil sobreveio a 1º de abril. Não foi desencadeado pelos comunistas e, sim, pelos “gorilas”, que implantaram a dita-

dura – ou seja, o fim da ordem constitucional burguesa estabelecida em 1946.

Isto não prova outra coisa senão que as classes dominantes temem o avanço do povo brasileiro pela trilha da liberdade. Foi para cercear as liberdades que desencadearam o golpe. Neste confronto, a razão fica com o marxismo, pois os golpistas – embora alegando o contrário – desdizem-se, ao identificarem o marxismo, não como a falta de liberdade, mas precisamente com a expansão desta última.

O marxismo não representa apenas uma doutrina de interpretação do mundo. Como teoria, seu alcance é muito mais profundo. Sua essência, convém acentuar, reside na imperiosidade da transformação da sociedade, como decorrência inexorável de luta de classe e seu desenvolvimento.

O marxismo é assim: uma doutrina revolucionária. Como tal, não pode haver nada capaz de ultrapassá-lo em matéria de liberdade. Pois, se o marxismo é a revolução definida em seu verdadeiro sentido, isto é, em seu sentido histórico, constitui em essência a doutrina que (no terreno teórico e prático) encarna a liberdade, expressão da recuperação e da conquista de direitos até então vedados às classes exploradas ou contra elas utilizados.

Por circunstâncias ocasionais e fatores de ordem histórica, o julgamento do marxismo foi intentado no Brasil precisamente por aqueles a quem o povo tem motivos de sobra para odiar e condenar. Talvez por isso – temendo de antemão a desaprovação popular e reconhecendo a felonía premeditada – intitularam-se “revolucionários”, e ao golpe desencadeado deram o nome de “revolução”.

Mas o que vem a ser revolução?

A revolução é sempre o resultado do desenvolvimento da sociedade e tem a ver com as relações de produção e o sistema de propriedade. O essencial numa revolução é a questão do poder. Mas esta questão não se traduz pela substituição de uns homens por outros nos postos de

mando. Isto é, não se trata de substituir os antigos dirigentes do aparelho de Estado por outros, pertencentes às mesmas elites ou classes até então dominantes. O problema consiste em saber que novas classes chegaram ao poder, derrubando as velhas classes dirigentes.

Pari passu com o problema da passagem de novas classes ao poder, surge então a questão de saber qual o novo sistema de propriedade estabelecido. Que classes passam a ser proprietárias daí por diante? Quem passa a ser dono dos meios de produção? Que nova estrutura econômica e social é estabelecida? Que superestrutura passa a ser levantada ou entra em vigor. Que novas instituições políticas, jurídicas e sociais entram em ação? Sem isto, que são coisas elementares, não há revolução.

Ora, no Brasil, a abrilada não efetuou nenhuma dessas mudanças substanciais. Classes anteriormente desprovidas de qualquer papel dominante, em especial as classes exploradas, permanecem onde estavam. Nenhuma delas atingiu o poder.

O imperialismo yanque – principal entrave de nossa independência e livre desenvolvimento – não foi expulso do país. O latifúndio continua a ser a forma preponderante da propriedade territorial. A estrutura da sociedade brasileira prossegue a mesma, com a divisão de classes que a caracteriza até agora.

Não houve, pois, revolução. Os “gorilas” simplesmente desfecharam o golpe e acabaram com a democracia. O termo é mesmo *golpe, quartelada, abrilada, gorilada*. E o mais jocososo de tudo, um autêntico 1º de abril.

Os autores do golpe tentam fazê-lo passar como “revolução” apenas porque no Brasil o golpe é repudiado e condenado pelo povo, em virtude das desastrosas conseqüências que nos têm acarretado.

O golpe de 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo, espécie de fascismo peculiar ao Brasil na época da ascensão do nazismo. O de 29 de outubro de 1945 levou à deposição de Vargas e destinava-se a impe-

dir a livre eleição de uma Assembléia Constituinte. O de 24 de agosto de 1954 induziu ao suicídio de Vargas e objetivava anular a Constituição de 1946. O de 11 de novembro de 1955 tinha em vista impedir a posse do presidente eleito, o que motivou, na mesma data, o contragolpe vitorioso, chefiado pelo então general Lott. Isto fez fracassar os intuits dos golpistas. O de 25 de agosto de 1961 conduziu à renúncia de Jânio e à insubordinação dos ministros militares fascistas, sublevados contra a posse de Jango, substituto legal do presidente renunciante. O de 1º de abril – o mais recente e mais calamitoso – deu origem à deposição de Jango e levou à ditadura dos “gorilas”.

Todos estes golpes visaram ao cerceamento das liberdades, ou, temporariamente, conseguiram suprimi-las, facultando às velhas classes dirigentes do país o exercício do poder discricionário, maior exploração do povo e transações escusas com o imperialismo.

As massas não simpatizam com o golpe, que já conhecem. Suas esperanças, mesmo as mais tênues, convergem para a idéia (acalentada permanentemente) de que uma revolução de verdade acabaria sendo a melhor saída. Seriam possíveis, assim, transformações radicais favoráveis às classes exploradas e à independência da nação.

Para os “gorilas”, que necessitam consolidar-se no poder tentando enganar as massas, é mais conveniente identificarem-se como “revolucionários” e não como golpistas.

Do ponto de vista de classe, o golpe corresponde aos interesses das classes retrógradas ou dos setores mais retrógrados da burguesia brasileira e dos latifundiários.

Representantes desses interesses (que não podem confessar), os golpistas – vitoriosos – fazem tudo para passar como salvadores da nação e defensores das massas.

O golpe, entretanto, ao instaurar a ditadura militar fascista, mostrou que seu objetivo principal é revogar as conquistas sociais obtidas até hoje no Brasil e paralisar o avanço da democracia. Isto significa tentar fazer o país

regredir da democracia burguesa, já instaurada entre nós como decorrência das lutas de 1930 e como resultado da derrota do Estado Novo, derrota à qual se seguiu a redemocratização da vida política brasileira (posteriormente à Segunda Guerra Mundial).

A experiência histórica brasileira incumbe-se por si só de situar o golpismo ao lado da ditadura – e o marxismo ao lado do progresso e da liberdade.

A ditadura existente no Brasil caracteriza-se, aliás, por fatos irretorquíveis que atentam contra a ordem constitucional, e em especial, contra a ordem jurídica.

Há quem afirme que vivemos em regime antidemocrático e semiditatorial. A verdade, porém, é que a Constituição foi, na prática, revogada. Os brasileiros não dispõem dos mínimos direitos elementares, necessários e imprescindíveis ao funcionamento de uma democracia. Não se trata somente da suspensão dos direitos e garantias individuais. Nem é preciso enumerar a infindável lista de transgressões praticadas pelo governo atual. O direito adquirido, o ato jurídico perfeito, a coisa julgada já não são respeitados. A lesão do direito individual é sistematicamente excluída da apreciação do Poder Judiciário. Até o direito de defesa é cerceado, negado, reduzido à expressão mais simples. O Parlamento ainda existe, mas sob o cutelo do Ato Institucional. O regime é dopsiano, isto é, manda o DOPS, a lei suprema é a polícia. E sobretudo o que há é a ocupação militar do poder político do país.

O presidente da República afirmou em discurso no Dia do Soldado: “O Ato Institucional é obra essencialmente revolucionária para repor a nação na ordem jurídica, restabelecer a ordem pública e a ética na administração do país. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal acataram-no e incorporaram suas atividades à nova situação brasileira. Fora daí é a contra-revolução”. Não pode haver uma confissão mais clara. O Ato Institucional nada repôs do que diz ter sua finalidade precípua e muito menos quanto à normalização da ordem jurídica. O que o

governo está fazendo é apenas um monólogo, onde a prática democrática prima pela ausência. Oposição, neste caso, para os detentores do poder significa simplesmente contra-revolução. Para o povo, entretanto, o que aí está é sinônimo de polícia e militarismo, expressões de força inteiramente confundidas com o Executivo, por mais que se pretenda dourar a pílula.

Não corresponde à realidade afirmar apenas que vivemos sob o arcabouço de um regime antidemocrático e semiditatorial. Mais do que isto, o regime atual é a própria ditadura – a ditadura policial-militar fascista.

Os resultados e conseqüências do seu advento forçado não deixam margem à mínima contestação – são o pior sacrifício já imposto ao povo brasileiro.

O país foi submetido como que a um vasto IPM geral e nacional. Uma parte considerável da população foi ou está sendo inquirida. Outra parte é destinada ao cárcere, está nas prisões ou passou por elas. Os inquisidores e carcereiros são os militares, exatamente a minoria que detém agora os privilégios. É o regime da mediocridade irresponsável, onde o conhecimento intelectual não vai além dos sublimites do raciocínio, e a reação dos sentidos se manifesta sob a forma de primarismo e selvageria.

E enquanto o país é entregue aos trustes norte-americanos e se faz a defesa acintosa do latifúndio – conservado intacto –, o marxismo é apresentado como principal alvo de ataque dos golpistas, que nele concentram suas baterias.

Este modo de proceder decorre de um só fato: é impossível defender os privilégios das classes dirigentes e os interesses do capital estrangeiro sem combater o marxismo – doutrina que influencia fortemente o mundo de hoje, sobretudo no terreno da economia política, da filosofia e da sociologia. O que há de mais avançado e progressista, em qualquer parte do Brasil, não só não desconhece o marxismo como nele vai buscar sua fonte de inspiração.

Se o marxismo é o seu principal alvo de ataque, seria a morte para a ditadura não se lançar contra ele. E os “gorilas” insistem em fazê-lo, identificando com o marxismo tudo quanto é idéia nova e progressista. Todavia, como reverso da medalha, a morte que eles procuram evitar atacando o marxismo lhes está irremediavelmente reservada pelos efeitos do mesmo marxismo e de tudo o que se opõe ao atual regime.

Como um edifício construído sobre a polícia e as forças armadas, a ditadura tem seus pilares nos IPMs. É por meio desses IPMs que o poder militar prossegue em sua tarefa de perseguições e vinditas, mesmo depois de ter atingido milhares de pessoas com cassações de direitos políticos, demissões sumárias e punições odiosas impostas pelo Ato Institucional fascista de 9 de abril e a Comissão Geral de Inquérito (CGI).

O Partido Comunista, a imprensa dita comunista, o ISEB e a UNE têm um lugar especial nesta avalanche de repressões ipemianas. A ditadura vale-se igualmente dos IPMs para depor e afastar ou prender os governadores dos Estados que não rezam pela cartilha dos “gorilas”. Ao mesmo tempo, novos IPMs são instalados para levar ao cárcere e punir cidadãos acusados de atentados terroristas e outras atividades, muitas delas de caráter provocativo e de iniciativa da própria polícia ou dos grupos fascistas que atuam impunemente no país.

Tornou-se comum a inquirição sistemática e infundável dos acusados e suspeitos, prolongando-se os IPMs por tempo indeterminado. Através deste método e por meio de processos – crimes forjados com base na Lei de Segurança Nacional –, os “gorilas” visam atingir sobretudo a liderança comunista, a classe operária, os sindicatos e a liderança sindical, os camponeses, seus líderes e organizações, os intelectuais e as novas gerações de estudantes. Este plano repressivo tem como objetivo final privar o povo brasileiro de liderança revolucionária. Corresponde no plano nacional àquilo que o nazismo e o fascismo

tentaram na Alemanha e na Itália, antes da Segunda Guerra Mundial, com a liquidação maciça dos líderes operários e intelectuais.

Na verdade, no Brasil, o marxismo está submetido a uma espécie de processo-crime permanente. Tentando atingir dessa maneira o marxismo – colocando-o, por assim dizer, *sub judice* –, a ditadura imagina amedrontar as classes médias, desbaratar as forças de esquerda e as fileiras comunistas, paralisar a ação de quaisquer democratas ou patriotas (mesmo não-marxistas) e anular qualquer oposição ou resistência.

Daí a preocupação de considerar subversivos todos os que se opõem à ditadura e seus desmandos – sem excluir a oposição burguesa. Apresentados como marxistas, comunistas, inimigos da segurança nacional, espíões a serviço de uma potência estrangeira, os opositores da ditadura são capitulados em crimes de alçada na justiça militar.

Detentores do poder, os militares, a cuja frente se encontra um oficial superior espuriamente eleito para a Presidência da República (segundo a linguagem pitoresca do professor norte-americano Charles Wagley, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Columbia, citado pelo embaixador Jurací Magalhães), pretendem enquadrar na disciplina dos quartéis e nas penalidades do Código Militar a vasta população civil do país.

O interesse da ditadura em capitular os civis em crimes militares é com vistas a aterrorizar o povo e silenciar o seu descontentamento.

Os fatos não deixam dúvida. Por onde quer que se aprecie a razão de ser do gorilismo, sua ação se apresenta invariavelmente ligada à subversão, à ditadura, à anulação das liberdades, ao retrocesso e à submissão ao capital estrangeiro, à indignidade moral e ao rebaixamento da condição humana. Enfim, o gorilismo é o fascismo.

Os que se opõem ao gorilismo nem todos são marxistas. E nem poderiam sê-lo, pois se filiam às mais diversas

correntes filosóficas hodiernas. Ou mesmo, não seguem filosofia nenhuma. Quando, porém, os “gorilas” os englobam – a todos – numa só designação pejorativa, pensando ofendê-los ao atribuir-lhes a condição de marxistas, estão sem querer reconhecendo a inocuidade do ataque que desfecham contra o marxismo. Pela impossibilidade de condenar com as penas da Lei de Segurança um número tão considerável de opositores e críticos da ditadura.

Na prática, estão erguendo o marxismo a um pedestal. E com isso demonstrado que a grande força do marxismo é ser exatamente a fonte de inspiração da liberdade.

15. O FASCISMO MILITAR BRASILEIRO

Ao ser preso, e, depois, em declarações no cartório do DOPS da Guanabara, fiz questão de tornar público que vivemos sob uma ditadura militar fascista. E outra não pode ser a caracterização do atual estado de coisas.

Ilusões generalizadas no governo João Goulart obscureciam a visão das forças populares e nacionalistas, impedindo as esquerdas de examinarem a possibilidade de surgimento desse tipo de ditadura.

Entretanto as premissas para a implantação da ditadura militar fascista de há muito estavam lançadas. Suas raízes encontram-se no fascismo militar brasileiro, cujas origens remontam ao período do Estado Novo, instituído pelo golpe de 10 de novembro de 1937.

O exame da recente história política do país mostra como o fascismo militar brasileiro pôde evoluir de suas origens até a ditadura atual.

A derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial não significou a extinção dos focos do fascismo militar no Brasil. Além do mais, a redemocratização da vida política brasileira foi iniciada e levada a efeito sob a vigência da Constituição de 10 de novembro, carta parafascista que regeu nossos destinos na época da ascensão do nazifascismo, e que, por isso mesmo, constituiu um incentivo ao fascismo militar brasileiro no plano ideológico.

Os autores e colaboradores do Plano Cohen – como o general Mourão Filho, um dos chefes do golpe (e os remanescentes integralistas) continuaram atuando, depois de uma rápida adaptação às nossas condições de pós-guerra. Os militares golpistas, por sua vez, jamais foram desalojados de suas posições.

A recente evolução do país no sentido democrático-burguês (Assembléia Constituinte, Constituição de 46, eleições nos vários períodos presidenciais) sempre deixou uma porta aberta ao fascismo, relegando à impunidade os atentados dos golpistas e da extrema direita contra as liberdades e a democracia, pelo evidente temor das classes dominantes ante uma expansão popular capaz de levar os exploradores às proximidades do poder.

De um ponto de vista estritamente militar, o fascismo brasileiro está relacionado com os setores ideológicos estadunidenses que na Segunda Guerra Mundial se opuseram ao nazismo, não pelo interesse em defender as liberdades, mas para liquidar a concorrência do imperialismo alemão no mercado mundial e tomar seu lugar na partilha do mundo.

Estes setores estadunidenses passaram à política da "guerra fria" no dia seguinte ao término da Guerra Mundial, enveredaram pelo macartismo, sustentam hoje a "guerra psicológica", e – com o assassinato de Kennedy – deram às direitas em todo o mundo o sinal para que levantassem a cabeça, procurando mudar a correlação de forças, onde quer que fosse possível. Estes setores defendem a necessidade da guerra atômica, levantam a bandeira do anticomunismo, são ferozes partidários do colonialismo e estimulam os golpes na América Latina para suprimir as liberdades e impedir o avanço da democracia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o grupo de oficiais que evoluiu para o fascismo militar brasileiro o fez sob a inspiração desses setores ideológicos norte-americanos, lutando contra o hitlerismo nos campos de batalha menos por um sentimento de defesa das liberdades do que pela subordinação à aliança do Brasil com os Estados Unidos, uma espécie de aliança do pote de barro com o pote de ferro. Mesmo nossas forças armadas, em conjunto, não são imunes a tal influência e, como diz o jornalista Hermano Alves, em recente artigo no *Correio da Manhã*: "estão vivendo à custa de mitos: o mito da participação

brasileira em um conflito global; o mito de um alerta permanente contra uma 'agressão interna' de origem comunista; o mito de uma participação racional dos militares – como corporação – na direção dos negócios políticos, financeiros, econômicos e diplomáticos”.

Esta vassalagem ideológica fez do fascismo militar brasileiro um sustentáculo da guerra fria e do ACORDO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS, e lhe deu a tônica do anticomunismo, da “guerra psicológica” e do golpismo. Nos dias atuais, tornou-o defensor de uma nova tese entreguista, a da eliminação das áreas de atrito com os Estados Unidos, ou seja, a supressão de quaisquer barreiras à penetração e domínio do capital norte-americano no Brasil.

São estas contingências que explicam por que o fascismo militar brasileiro firma seu principal ponto de apoio num grupo radical de oficiais, e por que, não obstante muitos deles terem lutado contra o nazismo nos campos da Itália, desempenham o papel de sustentadores da atual ditadura, defendem a subordinação do Brasil aos Estados Unidos, concentram o fogo no combate ao comunismo e se tornaram autores do golpe que liquidou a democracia – golpe inspirado e apoiado pelos norte-americanos.

Formados em cursos políticos e de guerra, sob os auspícios ideológicos do macartismo e do nacionalismo burguês do tipo nasseriano, os homens que constituem o núcleo fundamental do fascismo militar brasileiro evoluíram para a organização radical fascista de suas fileiras e pressionam para a consolidação da ditadura, eliminando as aparências de legalidade.

O fascismo militar brasileiro, entretanto, não se confunde com o nazismo ou com o fascismo do Estado Novo. Ele é fruto também das condições dos dias de hoje. Suas bases atuais estão no sistema de propriedade brasileiro e nos fatores circunstanciais que informam a situação internacional no sentido desesperado de uma reação contra o avanço da luta pela paz e pela libertação dos povos. É

que, tomada em conta a situação internacional, verificou-se um processo de maior concentração monopolista nos países imperialistas. Tal fenômeno não só desperta a concorrência econômica dos Estados Unidos, mas a torna mais intensa e agressiva, levando a acelerar o processo de concentração, conforme assinala Palmiro Togliatti, no *memorandum* que escreveu em Ialta, pouco antes de falecer. Publicado na revista italiana *Rinascita*, de 5 de setembro de 1964, o trabalho de Togliatti foi traduzido pelo *O Estado de S. Paulo*, de 13 de setembro de 1964. Nele, a propósito da concorrência norte-americana, diz o grande líder comunista italiano: "Assim, reforçam-se as bases objetivas de uma política reacionária tendendo a liquidar ou limitar as liberdades democráticas, a manter os regimes fascistas, a criar regimes autoritários; a impedir qualquer progresso da classe operária e a reduzir consideravelmente seus padrões de vida".

O fascismo militar brasileiro – pelas suas origens e evolução – não podia deixar de seguir os ditames da política dos Estados Unidos, em face da agressividade da concorrência econômica e do aumento da concentração monopolista, bem como em consequência da competição entre os *dois sistemas sociais mundiais opostos, o do imperialismo e o do socialismo*.

Do ponto de vista econômico, o fascismo militar brasileiro, correspondendo aos setores mais retrógrados do país e defendendo os interesses da burguesia entreguista e do latifúndio, não pretende levar avante as reformas de base necessárias ao progresso e desenvolvimento do país. Ao contrário, impeliu a ditadura para as mais vergonhosas concessões ao imperialismo norte-americano. Daí por que o governo atual – imposto contra a vontade do povo e sem sua audiência – modificou a lei de remessa de lucros, comprou as concessionárias norte-americanas de serviços de luz e energia elétrica da Amforp, restabeleceu o domínio privado das refinarias particulares nacionalizadas, abalando o já enfraquecido sistema do monopólio estatal do

petróleo, entrega as reservas de minérios brasileiros ao truste norte-americano da Hanna e lhe concede um porto particular, realiza a desnacionalização do país sob o pretexto de eliminar as áreas de atrito com o capital estrangeiro, permite e subvenciona o levantamento aerofotogramétrico do nosso território pelos norte-americanos (desvendando aos Estados Unidos o panorama completo de nossas riquezas minerais e entregando os mapas ao governo norte-americano, num insofismável atentado à nossa soberania e à segurança nacional).

Para realizar tal política, não se peja o governo de seguir à risca as diretrizes do FMI, todas elas contrárias aos interesses da nação, e se apóia na Consultec, agência de tráfico de influência dos trustes norte-americanos, dirigida e assessorada pelo ministro do Planejamento Roberto Campos e outras autoridades governamentais.

Por muito menos do que isso, governos como o de Vargas e Dutra foram chamados de traição nacional. Não podendo ser outra a ilação, quando nos defrontamos com um governo como o atual: entreguista, antinacional, antipopular, antitrabalhador. Governo que, no plano político, suprimiu as liberdades, revogou na prática a Constituição. Em síntese, uma ditadura policial-militar fascista, apoiada no Ato Institucional e nos chamados IPMs, entregues ao comando arbitrário e prepotente dos militares.

O fascismo militar brasileiro caracteriza-se pela repressão militar de caráter policial, onde as forças armadas exercem o papel de polícia, lado a lado com o DOPS – o que levará fatalmente a transferir para os militares o ódio que o povo dedica aos agentes policiais.

Fascismo militar brasileiro e Estado policial-militar são duas faces da mesma moeda. Polícia, cadeia, impostos, tribunais, burocracia, corrupção constituem os instrumentos desse Estado policial-militar, onde os IPMs são instalados sob a chefia de oficiais que integram o grupo fascista em troca do pagamento de polpudas diárias. Leve-se em conta o conluio dos golpistas com a corrupção, concreti-

zado no acordo entre os autores do golpe e o governador Ademar de Barros, conforme denunciou o general golpista Dalísio Mena Barreto, encarregado do IPM da CMTC (São Paulo), e ter-se-á um quadro edificante do atual conúbio fascista-policia-militarista.

O fascismo militar brasileiro é o núcleo de um poder ditatorial, que subverte a ordem constitucional e todos os preceitos de ordem humana e no direito privado e internacional. Mas por isso mesmo – em consequência de sua brutal ilegalidade – levara o país ao caos, como já está levando, e obrigará ao aparecimento inevitável de focos de resistência de massas, cujo destino será o progressivo crescimento, engrossado pela simpatia maciça do povo brasileiro.

16. OS RUMOS DA DITADURA

Ao surgir vitoriosa, com o golpe de 1º de abril, a ditadura atual trazia em seu bojo as premissas que levariam à temporariedade de sua existência e ao desgaste ante a opinião pública nacional e internacional.

Isto decorre do fato de que os autores do golpe e instituidores da ditadura lançaram mão da mentira para dar fim à legalidade com o emprego da violência. Afirmaram que o governo João Goulart era comunista e que os comunistas preparavam a guerra revolucionária. Blasonaram que iriam combater a subversão e a corrupção. Na realidade, conquistado o poder, nada puderam provar quanto à guerra revolucionária, apesar dos IPMs e processos instaurados. E quanto à corrupção, jamais poderão explicar ao país a aliança espúria dos golpistas com o mais corrupto dos políticos brasileiros, o governador Ademar de Barros.

Tendo suprimido a democracia por um golpe traiçoeiro, caíram no descrédito e tornaram vãos seus esforços para mostrar que agem segundo os preceitos da legalidade democrática.

Incumbiram-se até mesmo de fazer ruir o edifício dos três poderes harmônicos e independentes, que era o apanágio da democracia burguesa. Quem manda no país – com poderes discricionários – é o Executivo (completamente militarizado), cuja hipertrofia cresce sem cessar, cevada pela arrogância dos militares guindados aos postos de mando. Enquanto isso, dos outros dois poderes, um – o Parlamento – está reduzido à impotência, e o outro – o Judiciário – na prática marginalizado.

A linha de conduta da ditadura empurrou-a por um atoleiro, ou por um beco sem saída, pela nenhuma vocação para conduzir a bom termo os destinos do Brasil. A ditadura atual é um fator de retrocesso. E em virtude dos interesses retrógrados que representa, não resolveu os problemas brasileiros, que continuam sendo problemas de reformas de estrutura.

A ditadura levou, assim, a uma baixa do ritmo de desenvolvimento econômico – a mais acentuada de todos os tempos. Fez aumentar o ritmo da inflação e os índices já absurdos da carestia de vida – o que lhe deu o galardão do governo que mais elevou o custo de vida – de quantos governos já passaram em nossa terra.

Aumentou a intranquilidade do país e não lhe deu a prometida estabilidade política. Ao contrário, novos fatores de crise de governo continuarão surgindo e levando a nação à perplexidade, com o que prosseguirá a instabilidade crônica do sistema político brasileiro.

A ditadura embaraçou-se em suas próprias teias, por ter sido levada numa época onde é notória a influência do sistema social mundial do socialismo – a tentar encobrir seu caráter prepotente e totalitário com a aparência de legalidade.

Este fingimento lhe acarretou o ônus moral e político inesperado. Tem que manter o Parlamento, mas o deixa mutilado e submisso – um apêndice da ditadura, reduzido ao papel de eunuco deliciado com a automutilação. O instituto do *habeas-corpus* é conservado de pé, mas ninguém pode crer na sua validade, quando a ordem jurídica é desacatada e destruída dia a dia de modo inexorável. Declarações solenes de respeito ao Poder Judiciário são formuladas repetidamente, mas as decisões da justiça são inúmeras vezes escamoteadas ou interpretadas ao sabor das conveniências dos militares.

Juristas escolhidos a dedo – e muitos deles fascistas que serviram ao Estado Novo – justificam, por meio do engodo e da chicana, o direito da força militar e da dita-

dura. Revestem assim os golpistas de atributos que lhes permitem revogar preceitos constitucionais e impor o que querem. Com os recursos militares das forças armadas, a ditadura capitaliza sua superioridade sobre os civis para levar avante objetivos políticos inconfessáveis.

Vale a pena chamar aqui a atenção para um importante livro editado por Zahar Editores, do Rio de Janeiro. É uma coletânea de trabalhos de três autores norte-americanos e um mexicano e intitula-se *Militarismo e Política na América Latina*, exatamente o título do primeiro ensaio. Edwin Lieuwen, a cuja pena se deve o estudo que encabeça a coletânea, escreve:

“O fato é que o preparo militar pouco contribui para equipar o oficial com o conhecimento necessário para administrar o Estado moderno. Como sua carreira profissional o isola das principais correntes da sociedade, sua percepção dos problemas nacionais pode ser deficiente. E à medida que o progresso técnico tornou as questões militares mais complicadas e à medida que novas tarefas econômicas e responsabilidades sociais tiveram um efeito semelhante sobre as tarefas da administração civil, tornou-se cada vez mais difícil para o soldado ser também estadista.”

Tratando-se, pois, de uma ditadura militar e imiscuindo-se em assuntos políticos extramilitares, criou uma contradição com o poder civil.

O Brasil entrou numa fase de militarização da política – resultado lógico de um militarismo que se implantou no poder pela força – entendido como militarismo e predomínio dos militares sobre os civis em todos os aspectos da vida da nação, a subordinação dos interesses do país aos interesses do poder militar.

A contradição militarismo *versus* poder civil voltou a ser um fenômeno político na vida do povo brasileiro.

Tal contradição tenderá a crescer, sobretudo em face de alternativas como o recurso eventual à decretação do

estado de sítio, a supressão dos partidos políticos ou uma reformulação para diminuir seu número, a aplicação de novos atos institucionais e até mesmo de uma nova Constituição, preparada de encomenda pela ditadura.

O prosseguimento da política de intervenção federal ilegal nos Estados para afastar governadores eleitos, a deposição de prefeitos, o emprego de decretos-leis como no tempo do Estado Novo, a reelaboração para pior de leis repressivas, o apelo à tática provocadora de organizar atentados terroristas de iniciativa policial para justificar medidas de exceção constituem outros pontos de atrito e de avantajamento indébito do poder militar. E o mesmo sucede em relação às demandas com a cúpula do Poder Judiciário, culminando com sua pretendida militarização pelo aumento do número de vagas e a nomeação de ministros de confiança da ditadura militar fascista.

Mas não se trata somente da contradição com o poder civil. A ditadura pôs a nu a ambição de poder dos militares e – como reflexo da crise social do país – agravou as contradições entre eles. A existência da chamada “linha dura” é um exemplo. Definida como um estado de espírito predisposto à violência pelo inconformismo ante o esvaziamento do golpe abrilesco, a “linha dura” constitui um instrumento na mão da ditadura, com vistas a intimidar a oposição e a atingir sem resistência os desígnios de consolidação do poder atual.

Ao mesmo tempo, a “linha dura” é beneficiária das manobras provocativas do líder civil da extrema direita – o governador-candidato à sucessão presidencial Carlos Lacerda – e disto se prevalece para tentar diretamente o exercício do poder, deixando à margem os intermediários porventura existentes e os poucos convincentes artifícios legais até agora usados pela ditadura. Muitas outras contradições, inclusive as que se relacionam com a aviação embarcada, podem crescer violentamente.

São estas circunstâncias que impelem a choques e atritos, particularmente entre os grupos fascistas em luta

pelo controle do poder e preocupados com a disputa sucessória. As possibilidades de um golpe dentro do golpe – como saída eventual para as dificuldades da ditadura – não podem ser descartadas. A América Latina é pródiga em tais situações, e não é improvável uma repetição à brasileira do que sucedeu na Argentina, sacudida por sucessivas crises militares, após a queda e prisão de Frondizi pelos “gorilas” *criolos*. O mínimo que se pode esperar é que o Brasil não fuja à regra latino-americana, mantendo-se dentro dos clássicos padrões de uma republiqueta, sob a tutela indesejável das forças armadas.

Para esse trágico destino a ditadura atual preparou o terreno, tornando-se credora da maior impopularidade de que um governo já fez praça no Brasil. O descontentamento lavra em todas as chamadas dentro do país, a começar pela classe operária. Os trabalhadores sofrem com o desemprego, cujas causas são agravadas, cada dia que passa, sob o guante da ditadura. O peso das dificuldades atuais é transferido para os ombros dos que alugam sua força de trabalho, mercê da nefasta política salarial do governo. E sem os sindicatos – impedidos de realizarem eleições livres, em consequência de arbitrária intervenção governamental –, os assalariados são privados dos seus tradicionais meios de defesa reivindicatória.

Os camponeses – cuja miserável situação não se modificou (e não se modificará sem a reforma agrária que lhes dê a terra e institua novas relações de produção no campo) – são duramente perseguidos e massacrados em sua luta de vida e morte contra o latifúndio. E não têm a menor dúvida de que o governo atual é seu pior inimigo e o melhor protetor dos latifundiários.

As classes médias – enganadas com as promessas dos golpistas – vêem que não têm mais liberdade e que seu padrão de vida foi reduzido a um nível ínfimo.

As donas de casa sentem-se mais sacrificadas, e muitas das que participaram nas chamadas “marchas da família

com Deus pela liberdade” têm agora certeza do logro em que caíram.

Intelectuais, cientistas, professores, estudantes, artistas, homens das profissões liberais (o setor da “*intelligentzia*” do país mais em evidência) são vergastados aos golpes de chicote do terrorismo cultural e ideológico e buscam o exílio. Ou então amargam nos IPMs – a cargo de militares boçais – ao usarem o pensamento e se devotarem aos livros, à pesquisa científica e ao estudo.

Tendo chegado a este ponto, a atual ditadura tornou mais fundo o fosso que a separa do povo brasileiro. O pior para ela não é a falta de apoio da classe operária, que nunca aceitou o golpe e só tinha motivos para temê-lo. A encruzilhada para a ditadura está em que as classes médias, logradas, lhe retiraram a confiança. Avaliando mal a situação, alguns setores opostos à ditadura ainda a julgavam uma ditadura à moda pequeno-burguesa ou apoiada na pequena burguesia. Acontece, entretanto, exatamente o contrário. Se não fosse demasiado perigoso entrar pelo terreno da analogia histórica, tornar-se-ia muito mais adequado – por sua trajetória – comparar a atual ditadura brasileira à reação termidoriana, reação da burguesia mais conservadora que substituiu e reprimiu violentamente, no curso da Revolução Francesa, o governo de Robespierre (favorável ao povo).

O fato é que os homens da atual ditadura militar fascista não encarnam nenhuma das aspirações das classes médias brasileiras. Curvam-se, ao invés, aos interesses alienígenas. Servem às pretensões dos grupos burgueses mais conservadores e defendem os privilégios dos piores setores do latifúndio, o que os compromete com o entreguismo e a reação mais odiosa. É isto o que no plano interno torna a atual ditadura um poder feroz, apoiado na força das armas, mas resvalando incessantemente para o caos, pela inépcia, a brutalidade contra o povo e a subserviência ao capital estrangeiro.

No plano internacional, a ditadura não conseguiu “explicar” o golpe de abril, que para a maioria dos países não tem outro significado senão o de um retrocesso e de uma manifestação temporã do militarismo latino-americano, atrelado à tese da ocidentalização, pregada pelo Pentágono, o Departamento de Estado e os círculos dirigentes norte-americanos. O Brasil adquiriu a antipatia de governos liberais como o do Uruguai, e o do México e, pelas suas posições políticas, é censurado, combatido e malquistado pelas forças populares e nacionalistas da América Latina, tendo perdido qualquer possibilidade de liderança nessa parte do continente.

A ditadura reduziu a política externa brasileira a uma sucursal da política externa dos Estados Unidos e, nesse sentido, perdeu qualquer resquício de independência, tendo rompido relações com Cuba. Orientando-se pela geopolítica, doutrina que deu origem ao nazismo e ao fascismo, e que serve de base à atual política externa do Itamarati, o Brasil desempenhou um papel ridículo, pressionando o Uruguai, invadindo suas fronteiras e interferindo em seus negócios internos, na vã tentativa de fazer calar os exilados brasileiros. Em vez de ganhar terreno, porém, encontra a repulsa do povo e governo uruguaios, particularmente daquele povo irmão, que reage nobre e dignamente em favor de sua soberania e do seu direito à autodeterminação.

Violando as normas do Direito Internacional – como no recente caso da interrupção da viagem de Peron e sua prisão, quando em trânsito pelo Rio de Janeiro – a atual ditadura logrou atrair para o Brasil o ódio e as críticas do povo argentino e, no terreno diplomático, a desaprovação até mesmo da Espanha franquista.

O Brasil, com a ditadura que o domina, transformou-se – como é voz corrente – no “capanga do hemisfério”, executando ordens e recados de governos de outros países latino-americanos, envergonhados de praticarem diretamente tais infâmias diante de seus próprios povos.

O perigo maior é que o exercício ilícito da “capangagem” por um país subdesenvolvido no hemisfério o impila compulsoriamente à condição de “dedo-duro” da América Latina e, em face das ordens do Departamento de Estado, a uma espécie de “casaca-de-couro” ou “mata-cachorro” dos Estados Unidos.

É isto que melhor serve aos propósitos do imperialismo norte-americano, desejoso de contar com um “pau-mandado” para interferir nos assuntos internos dos países latino-americanos e completar, assim, seus planos de submissão da América Latina.

Impopular no país – em particular ante a classe operária e as classes médias – e desacreditada no conceito internacional, a atual ditadura, à mercê dos choques e conflitos internos e sujeita à eventualidade de um golpe dentro do golpe, não pode deixar de enfrentar dificuldades em sua trajetória. Seu objetivo consiste, por isso, em tentar consolidar definitivamente e ampliar seu poder repressivo, e, ao mesmo tempo, evitar o ascenso do movimento de massas em potencial, cujos alicerces estão nas forças populares e nacionalistas.

O empenho dos “gorilas” em repetir com insistência que “não voltaremos à situação anterior” e que “o comunismo não voltará a levantar a cabeça” significa da parte dos golpistas o temor pela restauração das liberdades democráticas e a falta de confiança no futuro da ditadura.

Não será de moto próprio que os “gorilas” cederão à normalidade constitucional e democrática.

Um tal resultado só se tornará possível com a derrota da ditadura e por imposição das forças que em frente única lhe dão combate.

Um dos pontos importantes na evolução deste quadro é o das eleições. O golpe de abril adiou as eleições e prorrogou o mandato do presidente, dolosamente escolhido por um Parlamento subserviente e atemorizado.

Postergando o pleito sucessório de 65, os golpistas e o Parlamento (por força de sua sabujice) apareceram identi-

ficados com a mesma idéia de não permitir a livre consulta ao povo. Os interesses mais escusos das classes dominantes – que os golpistas e o Parlamento representam – não teria melhor defesa do que o adiamento das eleições, mesmo com todos os vícios do sistema eleitoral brasileiro e seu caráter discriminatório contra os comunistas (que não podem ser votados) e contra as grandes massas camponesas (uma maior parte analfabetas e por isso mesmo impedidas de votar).

Os fatos históricos demonstram que o temor das classes dominantes é a eleição de um líder popular à Presidência da República. É isto que até hoje tem levado a reação no Brasil às mais absurdas teses e constitui o fundamento jurídico e prático do golpismo brasileiro. Uma dessas teses foi a da *maioria absoluta*, tentada inúmeras vezes sem resultado e, finalmente, imposta com o golpe de 1º de abril. A recusa à posse dos eleitos e o número de vezes que já agitou a opinião pública e deu origem a golpes e conspirações é outro sintoma do estado de espírito da reação. E ainda há o exemplo de João Goulart, único líder popular eleito pelo povo e levado à Presidência através de um vasto movimento de frente única de massas, após a renúncia de Jânio. Ainda que pertencente aos quadros da burguesia, Jango foi deposto pelo golpe de 1º de abril.

Eis aí fatos concretos que dispensam maiores observações sobre a natureza das eleições no Brasil e a tão apregoadada validade e respeitabilidade da democracia representativa.

Os preparativos eleitorais assustam os golpistas pelas inevitáveis brechas que abrem no sistema da ditadura, ensejando campanhas de esclarecimento do povo e o uso das liberdades democráticas. É de esperar que reduzam ao mínimo tais possibilidades e que procurem, mesmo inutilmente, obter compromissos para o candidato único ou estudem outras saídas reacionárias para conter o ímpeto das massas sacrificadas pelo regime ditatorial.

Porque *com eleições livres, eles serão derrotados*. Uma evolução desfavorável à ditadura no campo eleitoral leva-la-á, obviamente, a um tão grande número de restrições, que as eleições serão reduzidas a menos de uma farsa, se não tiverem que ser novamente adiadas ou mesmo suprimidas.

Uma farsa eleitoral no Brasil não é improvável, pois este é um lugar-comum na América Latina. Edwin Lieuwen, no estudo anteriormente mencionado, já havia retratado situações idênticas. Diz ele: “Os governos militares predatórios só se puderam manter no poder com métodos tirânicos. Organizaram, por isso, polícias secretas, ostensivamente com o objetivo de “impor a lei”, mas na realidade para estrangular a oposição. Embora tais métodos fossem evidentemente contrários à liberdade e à democracia, o expediente político levou os militares a colocar seu despotismo por trás de uma fachada constitucional. Todas as Constituições latino-americanas sancionam a declaração de um estado de sítio em momentos de grave emergência nacional, tornando perfeitamente legal a suspensão “temporária” dos direitos constitucionais. Nessas condições, e depois de suprimidos todos os partidos e candidatos potencialmente rivais, o ditador militar pode ser eleito “democraticamente”, sem oposição.

O caminho para a farsa já está aberto. Os candidatos rivais tiveram seus direitos políticos cassados, outros possíveis rivais, eleitos governadores estaduais quando vigorava a democracia, foram presos, depostos, submetidos a IPMs ou afastados por intervenção federal, e os mesmos recursos podem ser empregados contra os que se apresentarem como candidatos de oposição. A recente lei das inelegibilidades é um exemplo.

Em caso de derrota eleitoral, ainda resta à ditadura impedir a posse do eleito – arma cujo emprego as classes dominantes sistematicamente vêm reclamando no país como preço para admitir as eleições. O regime militar fascista imperante entre nós não terá o menor escrúpulo

em seguir tal caminho, eis que os militares responsáveis pela ditadura estão identificados com as forças sociais em decadência e têm uma obsessão doentia: deter a marcha ascensional das esquerdas.

O tremendo desgaste a que está submetida a ditadura leva, entretanto, outros grupos comprometidos com ela a se lançarem à campanha eleitoral, fingindo-se de oposição e ensaiando a defesa de teses nacionalistas (caso da Hanna e da política entreguista de minérios do governo). Pretendem canalizar em seu favor o descontentamento popular, ainda que se apresentem como intérpretes da verdadeira ditadura (pois a atual é dada como fracassada). Ao mesmo tempo visam sensibilizar o eleitorado ganho pelas idéias nacionalistas e afeito à luta pelas reformas de base, eleitorado cujos líderes tiveram seus direitos cassados ou se encontram no exílio.

Para os grupos que adotam este procedimento – embora ligados à ditadura e com livre trânsito dentro dela – o caminho escolhido não é isento de perigos, uma vez que, no torvelinho da política de força, é normal que as facções militares (ou apoiadas nos militares) se entredorem impiedosamente.

Eleições sob a ditadura – com exclusão da participação dos que foram esbulhados por dez anos de seus direitos políticos, sem garantia dos direitos individuais ou sem liberdade de ação para as forças populares e nacionalistas –, significa sancionar o caminho da consolidação do poder das classes mais retrógradas que dirigem o país e tentam barrar o avanço das massas em busca da independência em relação aos Estados Unidos e em direção ao progresso e à paz.

Em 1945, as classes dominantes encontraram uma saída com a liberalização da ditadura do Estado Novo, que decretou a anistia a todos os presos políticos e marcou eleições livres para a Assembléia Constituinte, com a participação dos comunistas então sobrevividos à legalidade. Mas este caminho foi fruto de fatores internos e externos,

que pressionaram a ditadura. Um fator decisivo, de caráter externo, resultou, não de um desenvolvimento pacífico, mas de um fenômeno de extrema violência, qual seja a Segunda Guerra Mundial, em que o nazifascismo foi levado a uma esmagadora derrota. A liberalização da ditadura não poderia repetir-se hoje no Brasil com a atual ditadura militar fascista. Em vez da guerra mundial, que irrompeu em virtude da violência do nazifascismo e significou, em contrapartida, o emprego da violência contra seus sequazes, originando o seu aniquilamento, temos aqui o emprego da violência pelos golpistas, em plano interno, e a vitória do fascismo militar brasileiro. Sem a superveniência de fatores violentos – como resposta à violência dos golpistas – é pouco provável que a atual ditadura brasileira enverede pelo terreno da liberalização e queira submeter-se ao teste das *eleições livres* ou mesmo a uma prova eleitoral, sem garantias de uma vitória certa (e pré-fabricada) contra seus opositores.

A ditadura deve ser derrotada. E o único meio para a reconquista da democracia, ou melhor, para a conquista de uma democracia em consonância com a realidade econômica e social brasileira, é a luta de massas, com as forças populares e nacionalistas à sua frente.

Os rumos da ditadura – derivados de suas próprias contingências – não prenunciarão jamais um benefício para as grandes massas, e será ilusório esperar que das contradições entre os golpistas ou dos conflitos por eles gerados venham a surgir melhores resultados, a não ser com a interferência maciça e atuante das forças populares e nacionalistas.

17. O PAPEL DAS FORÇAS POPULARES E NACIONALISTAS

O principal inimigo interno do povo brasileiro é a atual ditadura. Por intermédio dessa ditadura, age o imperialismo norte-americano e os latifundiários defendem seus privilégios.

Não há outro caminho para o nosso povo senão a luta de massas contra seu principal inimigo interno, isto é, a ditadura.

Mas no que diz respeito a esta luta, há duas concepções. Uma delas vê a ditadura dividida por contradições e prefere concentrar o fogo na “linha dura”, para evitar um mal maior. Segue o método de apoio às declarações do chefe do Poder Executivo supostamente favoráveis ao respeito à ordem democrática. Tal concepção espera que daí provenha a normalidade constitucional. E que – com a realização das eleições – a ditadura seja derrotada e expulsa. Partilham desta concepção setores burgueses democráticos opostos à ditadura.

A falha deste método de luta é que dá primazia às contradições entre eles e não vê que, malgrado as divergências no interior da ditadura, o Poder Executivo e a “linha dura” estão unidos nas questões de que depende, em última análise, a sorte da aventura de 1º de abril. O que prova que jamais chegaremos à normalidade constitucional pela via dos conflitos mais ou menos graves entre “gorilas”. O Executivo é simplesmente o mandatário da “linha dura”. Os exemplos a respeito são muitos, e o mais recente, o da intervenção em Goiás, serviu para mostrar a inutilidade da confiança nas declarações do Poder Executivo: de fidelidade e submissão à lei.

A outra concepção enfrenta a situação de maneira realista. As contradições devem ser encaradas sob o ponto de vista do alargamento das brechas entre os golpistas. Mas o fim que se deve ter em mira é derrotar a ditadura, e nunca o apoio a uma de suas alas, para que se consolide em troca do retorno à democracia (o que na verdade só traria a institucionalização do golpe).

Não alimentando ilusões numa “ala branda” da ditadura, esta outra concepção é a que está em consonância com a natureza das forças populares e nacionalistas e os objetivos de sua luta.

A estas forças interessa o desmascaramento da ditadura, tomada como realmente é – uma ditadura militar fascista, ainda que revestida de aparências legais, e não como meia ditadura ou ditadura de centro-direita, conforme pretendem alguns setores de opinião, esperançosos numa normalidade constitucional através da derrota da “linha dura”.

Em matéria de violência e ilegalidade, a atual ditadura chegou ao máximo. Que se pode esperar mais? A única coisa que resta é que os golpistas se cansem de tanta farsa e renunciem às aparências legais, agindo às escâncaras. Mas, mesmo isto é para eles o passo mais arriscado, não totalmente em face da opinião pública interna, mas por causa das repercussões no estrangeiro. Como explicar que a abrilada veio em favor da democracia, se, além da imprensa popular e nacionalista já proibida, a imprensa burguesa de oposição for suspensa ou censurada abertamente, o Parlamento fechado e a justiça regular substituída por tribunais especiais? Como legalizar a entrega do país aos trustes e monopólios norte-americanos? Como legalizar os acordos de lesa-pátria concluídos e a serem concluídos com os Estados Unidos? Os próprios círculos dirigentes estadunidenses não exigiram que a compra do AMFORP fosse legalizada pelo Parlamento?

A luta contra a atual ditadura para ser correta e capaz de mobilizar amplas massas tem que começar pela denún-

cia do caráter militar fascista de governo e do seu empenho em fingir respeito à legalidade, como o gato escondido com o rabo de fora.

O conteúdo desta luta é de oposição popular e de combate cerrado à ditadura. E somente com este conteúdo, a luta das forças populares e nacionalistas terá êxito.

São muitas as forças que têm interesse na luta contra a ditadura. Há, porém, entre elas, diversidade de objetivos, de programa, de tática, de formas de luta e organização. Não se pode esperar que tais forças renunciem ao seu próprio modo de existir, a fim de que se unam na luta contra o principal inimigo interno de nosso povo. Mas, através do diálogo e no processo da luta, elas chegarão à unidade em torno de pontos comuns.

O que se pode considerar como questão central é o problema das liberdades democráticas. O sistema político brasileiro atual deve deixar de ser uma ditadura para ser uma democracia, onde imperem as liberdades públicas e seja feita uma abertura para o progresso.

Para as forças populares e nacionalistas não é difícil concluir pela impossibilidade de chegar a este objetivo sem a substituição do atual governo por outro diferente, estruturado em bases diversas, com propósitos e finalidades definidas pela composição da frente única que lançar por terra a ditadura.

Com outro governo – que não a ditadura –, surgem as condições para a solução dos problemas imediatos de nosso povo.

Estes problemas consistem num conjunto que pode ser resumido em poucas linhas: revogar o Ato Institucional e declarar nulas as cassações de mandatos, demissões, reformas e outras punições, todas elas destituídas de fundamento legal. Anistia, com a liberdade de todos os presos políticos e a volta dos exilados. Cessaçao da intervenção nos sindicatos, eleições sindicais livres, abolição de qualquer tutela do Ministério do Trabalho. Revogação das medidas destinadas à anulação de conquistas sociais.

Cessamento das perseguições e caçadas aos camponeses e o seu massacre ou de suas famílias. Revogação das leis e decretos de inspiração do Ministério da Educação contra os interesses dos estudantes. Cessamento das perseguições aos intelectuais. Liberdade à vida intelectual, à criação artística, à pesquisa científica e à atividade editorial. Respeito à consciência religiosa e nenhuma subordinação da religião ao Estado ou vice-versa. Revogação das medidas pró-imperialismo norte-americano ou destinadas ao enfraquecimento e liquidação do monopólio estatal. Revogação das medidas econômico-financeiras que favorecem o Fundo Monetário Internacional, agravam a inflação e a carestia e paralisam o desenvolvimento econômico do país. Impedimento da transferência para o exterior dos principais centros de decisão da economia. Determinação da caducidade das concessões conferidas a estrangeiros e não permissão de qualquer concessão ou autorização nova. Defesa da indústria nacional e aplicação de uma política externa nacionalista e independente. Suspensão de todas as leis e decretos que favorecem o despejo e prejudicam os inquilinos e o direito de morar. Redemocratização da vida política brasileira.

As forças da frente única empenhadas na luta contra a ditadura deverão travar o diálogo para a formulação do processo de redemocratização.

A Constituição de 1946 não assegura realmente uma democracia imune aos ataques do golpismo e do fascismo. E isto porque ela se destina a garantir o poder econômico das classes retrógradas e o antigo sistema de propriedade, não permitindo qualquer reforma agrária ou redistribuição da terra e muito menos a modificação das relações de produção no campo. O caráter retrógrado da Constituição de 1946, neste particular, reflete a fraqueza do movimento camponês à época em que ela foi elaborada. Mas seria um erro imperdoável, uma vez derrotada a ditadura atual, prosseguir aceitando que o camponês brasileiro continue marginalizado, sem direito a possuir

um pedaço de terra, sem direito ao trabalho e às vantagens de que já goza o trabalhador da cidade e sem nem ao menos poder votar, reduzido à humilhante condição de analfabeto.

Ademais, negando o direito de voto aos analfabetos e às praças de pré e servindo de escudo às classes dominantes para negar a legalidade aos comunistas e ao seu partido, impedidos de serem votados, a Constituição de 1946 elimina as possibilidades de existência de uma democracia brasileira a que sejam incorporadas as grandes massas.

As condições em que lutamos pela democracia *agora* são outras, e a própria vigência da ditadura atual obrigou as forças populares e nacionalistas à reformulação de inúmeras questões. É um contra-senso esperar que – após o emprego da violência pelos golpistas e a subversão que eles realizaram – as forças mais conscientes em luta contra a ditadura viessem a propor pura e simplesmente o retorno à situação anterior, a volta àquela democracia mal protegida, tímida ante os direitos das grandes massas, impiedosa para com os camponeses brasileiros.

Estamos mais de acordo com a maneira por que Togliatti enfrenta o problema, no seu *pro memoria* de Ialta, a que já nos referimos em capítulo anterior. Eis o que diz Togliatti:

“A luta pela democracia assume, neste quadro, um conteúdo diferente do que tinha até agora, mais concreto, mais ligado à realidade da vida econômica e social. A programação capitalista é, de fato, sempre ligada a tendências antidemocráticas e autoritárias, às quais é preciso opor a adoção de um método democrático também na direção da vida econômica.”

As premissas para o estabelecimento do futuro do país e seu destino democrático são condicionadas pela natureza da frente única de combate à ditadura. Trata-se, pelo seu conteúdo, da frente única antiditadura.

É uma frente única de vasta amplitude de massas. Pela sua composição de classe, exige a participação da burguesia nacional e da pequena-burguesia, como dos operários e camponeses, além de quaisquer setores das classes proprietárias em oposição à ditadura no momento atual.

Do ponto de vista político, não exclui a participação de nenhuma força e de nenhum partido, alas, agrupamentos ou setores que dêem combate à abrilada e ao governo.

Até mesmo se dará que, por certo tempo, suas forças ajam em separado, cada qual por seu lado, ainda que tacitamente marchando em perseguição de fins idênticos.

Afora as questões comuns relacionadas com a redemocratização do país e outros objetivos imediatos, divergências e pontos de vista opostos podem surgir – e surgirão por certo – nessa frente única.

O caminho atual, porém, visto sob o ângulo da mobilização de massas, será o do trabalho tenaz pela constituição da frente única antiditadura. As forças populares e nacionalistas aí terão um papel importante e deverão sobretudo estribar-se numa sólida aliança do proletariado com a pequena burguesia urbana e rural, cabeça de ponte do fortalecimento e expansão da aliança de operários e camponeses.

É preciso trabalhar intensamente no campo, com as massas rurais – o calcanhar-de-aquiles da revolução brasileira – e por toda a parte dedicar atenção aos problemas da pequena burguesia.

O futuro próximo do país, em essência, está em saber para que lado se inclinará a pequena burguesia. E nada será conseguido no sentido do avanço das forças populares e nacionalistas, se a pequena burguesia não se decidir pela justeza da posição em que se coloca o proletariado. O que é fato é que o país não pode ficar sob a ditadura. E uma vez que seja esta substituída, não deve recair necessariamente num setor da burguesia, e por sinal o mais vacilante, a hegemonia na condução do processo democrático.

Tanto mais e com quanto maior independência e iniciativa agirem agora as forças populares e nacionalistas, quanto maiores serão as possibilidades de manter sua influência no ulterior desenvolvimento democrático brasileiro e até mesmo de garantir desde o primeiro momento sua participação no novo governo.

É evidente que estaremos em face apenas de determinadas possibilidades no futuro, mas cumpre trabalhar pela conquista da hegemonia para as nossas forças.

As forças populares e nacionalistas não são forças de contenção da luta. São forças atuantes, imbuídas de impulso revolucionário. Seu grande ponto de apoio é o trabalho de base, onde se destaca o esforço pela organização e pelo abandono das ilusões dos que pensam que é melhor confiar na liderança da burguesia. A frente única antiditadura é uma necessidade imperiosa, mas jamais um instrumento para impor a passividade das massas, para conversações ou debates acadêmicos na cúpula e a subordinação das forças populares e nacionalistas aos interesses políticos e ideológicos da burguesia nacional.

É impossível rejeitara aliança com a burguesia nacional, mas também não se pode cruzar os braços e render-se à sua vontade e discricão. O caráter agressivo e a rusticidade da luta contra a ditadura, a pertinácia, a vigilância, a decisão e a firmeza não virão das forças da burguesia nacional e, sim, das forças populares e nacionalistas.

Estas forças são decisivas dentro da frente única antiditadura. Para que possa desenvolver-se a *resistência de massas, como forma de luta geral* do povo brasileiro.

E, na verdade, o que está havendo, por todo o país é uma luta de resistência, que atinge a todas as classes e camadas sociais descontentes e insatisfeitas e que mobiliza setores variados da população. Esta luta de resistência surgiu das condições internas do país, em que a vitória do golpe se produziu sem que para isto tivesse sido disparado um só tiro.

Juntamente com todas as forças antigolpistas, as forças populares e nacionalistas foram derrotadas, mas não capitularam. A capitulação ocorreu com os setores burgueses que dispunham de meios para resistir e preferiram ceder aos golpistas para evitar o choque violento e, com ele, a possibilidade de uma vitória das massas, pela ascensão das esquerdas ao poder.

O porquê da situação concreta que levou a decisão da luta contra o golpe a depender exclusivamente de um determinado setor burguês é assunto relacionado com as ilusões da liderança revolucionária na liderança da burguesia nacional.

Mas o que interessa para a luta de resistência é constatar que, não tendo capitulado, as forças populares e nacionalistas foram obrigadas a recuar.

Empreendendo, porém, a retirada, e passando à defensiva, não quer dizer que cessem de fustigar o inimigo e deixem de organizar a resistência. Contra-ataques e ações parciais de resistência tornam-se, assim, possíveis e mesmo necessários.

No essencial, a frente de resistência se movimenta em todo o país. Resistem os sindicatos ou os sindicalizados, lutando por eleições sindicais livres e por seus direitos. Resistem os camponeses com o aparecimento dos líderes camponeses locais, em sua movimentação pelo interior, levantando bandeiras reivindicatórias, fugindo às perseguições dos militares e das forças policiais. Resistem os estudantes, defendendo suas organizações e o direito de participarem da vida política do país. Resistem os intelectuais, enfrentando com altivez os IPMs e desmascarando com sua atitude em favor da liberdade intelectual o caráter anticultural e terrorista da ditadura militar fascista. Resistem as donas de casa e, em geral, as mulheres que se recusam a colaborar com a ditadura e os golpistas ou censuram o governo pelo aumento espantoso da carestia, e fazem o trabalho de solidariedade aos presos e suas famílias, aos perseguidos políticos e aos exilados. Resis-

tem os presos torturados nas masmorras do DOPS e do CENIMAR e em quantas enxovias ou porões existem no Brasil, sob a guarda pouco honrosa de carcereiros e espancadores militares, agora transformados em capitães-do-mato. Resiste uma parte da imprensa, e com ela o que há de melhor no plano individual do jornalismo brasileiro, denunciando a ditadura e dando alento a todos os lutadores. Resistem, finalmente, os comunistas, os socialistas, os trabalhistas, os católicos, e, em suma, todas as demais forças cujos líderes foram presos, punidos ou exilados em consequência da ditadura.

Onde quer que surja a luta de resistência, é ela saudada com satisfação e, por toda a parte, encontra apoio solidariedade e simpatia.

Dessa resistência se alimenta a oposição popular.

Por sua vez, a luta de resistência dos exilados brasileiros se desenvolve com o apoio dos povos que amam a democracia e se solidarizam com o povo do Brasil empenhado em dar combate à ditadura.

O que está em jogo, portanto, é a utilização – na mais ampla escala possível – de formas de luta de resistência de massas.

A ditadura surgiu da violência empregada pelos golpistas contra a nação, e não pode esperar menos do que a violência por parte do povo para enfrentar os crimes cometidos pelo governo e os militares em detrimento da condição humana e dos interesses nacionais.

As forças populares e nacionalistas – e entre elas os comunistas – declararam no passado, repetidas vezes, que a violência dos golpistas seria respondida com a violência. Mas por inadvertência de todos, estas declarações ficaram em palavras e não foram acompanhadas por atos. O golpe foi afinal desencadeado pela força das armas e não encontrou nenhuma resistência, pois nada estava preparado, e a perplexidade se propagou entre os que deviam se opor ao atentado. Mas violência gera violência, e estamos diante dela.

É um fato objetivo o aparecimento de formas de luta individuais. Há os que acreditam no heroísmo pessoal e se louvam na eficácia da ação de pequenos grupos de homens. A ditadura é a única responsável pela irrupção de tais métodos de luta. Eis que, pelo menos, se torna necessário usar do direito elementar de defesa: a faculdade de reagir ante a baixaza, a ignomínia e o abuso do governo e seus sustentáculos, que matam, espancam, levam ao suicídio, perseguem e humilham cidadãos, na maior e mais sórdida das tropelias já praticadas contra o povo brasileiro.

Em conseqüência, a realidade sócio-econômica brasileira poderá levar ao aparecimento de guerrilhas e outras formas de luta surgidas da experiência das massas. É importante ter em conta tais formas de luta, ao organizar a luta de resistência e ao levar avante a frente única antiditadura, o que, mesmo partindo do nada, pode fazer crescer a caudal subterrânea e chegar ao objetivo imediato: a derrota da ditadura.

E para isto não importam os prazos, pois se trata de realizar uma luta revolucionária de massas, extensa e profunda.

Nenhuma possibilidade legal pode ser desprezada, desde os entendimentos pela cúpula à luta jurídica ou à luta de caráter humano pela solidariedade aos presos políticos e suas famílias, aos perseguidos políticos e exilados, luta que tem uma importância imensa e que jamais pode ser relegada a segundo plano.

Mas é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, depois do emprego da violência pelos inimigos do povo.

A revolução cubana é um exemplo ilustrativo de que na América Latina – ou pelo menos em muitos países latino-americanos – nada há a esperar de uma vida pacífica para a conquista da independência ou do progresso social. As eleições são apenas um termômetro para as

classes dominantes aquilatarem o grau de consciência do povo. E, a fim de impedir uma solução definitiva a favor das massas, por meios legais e constitucionais, as elites não vacilam: empregam a violência e vão ao estado de sítio, quando não ao golpe. Sem que o povo organize sua própria força e sem que disponha de seus próprios recursos (desde a autodefesa de massas à sua organização armada), sem admitir a possibilidade da insurreição popular, somente com base na confiança em relação à capacidade dirigente de setores burgueses interessados em reformas, é impossível libertar o povo.

A lição da experiência de Cuba não está em localizar as nossas "serras maestras" ou em produzir cópias de situações, mas em saber apreciar a validade das teses táticas e princípios revolucionários postos em ação para decidir da vitória de um povo como o cubano. Teses táticas e princípios que sempre assumem características próprias, quando aplicados à realidade concreta deste ou daquele país da América Latina. E não será difícil ver e compreender as razões da vitória do povo cubano e do acerto da posição de Fidel Castro e seus companheiros.

O futuro do Brasil pertence ao socialismo. Então as fontes de riqueza serão estatizadas e novas relações de produção entrarão em harmonia com as forças produtivas. E será eliminada a farsa de uma liberdade que para as elites tem plena expansão e para as massas apenas o significado de um mito.

As forças populares e nacionalistas constituem hoje – na medida da intensidade e consequência de sua ação contra a ditadura – o grande ponto de apoio para este desejado futuro. E dentro das forças populares e nacionalistas, os comunistas, com seu partido, que deve ser unido, combativo, revolucionário, preparado política e ideologicamente para enfrentar as situações.

18. A NOVA GERAÇÃO E A LIDERANÇA MARXISTA

As gerações de brasileiros nascidos no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial passaram pela experiência do fascismo e do nazismo, viram o surgimento do integralismo e do Estado Novo em nosso país e conheceram os efeitos da Segunda Guerra Mundial. As gerações nascidas no período imediatamente posterior passaram por outra experiência. Não viram o nazifascismo nem sofreram suas conseqüências diretas. Sua experiência é a da influência da guerra fria, dos tremendos embates da coexistência pacífica e suas controvérsias, agravadas pela disputa nuclear.

Nesse novo período – após a Segunda Guerra Mundial – o marxismo reafirmou-se como teoria social. Desenvolveu-se, estendeu-se e penetrou em larga escala entre a nova geração.

Em 1957 surgiu a “Declaração de Moscou”, formulação programática dos problemas do movimento comunista e operário internacional, logo seguida da “Declaração de 1960”. Como que numa réplica a estes grandes documentos marxistas, a Igreja surgiu em campo com a *Mater et Magistra*, onde formula seu pensamento em face dos rumos da época contemporânea.

A nova geração não pôde, não pode fugir ao confronto ideológico dos dias de hoje, e sua insatisfação traduz-se na ação e na busca de novos caminhos para a liberdade, a redenção, o progresso social e material, e a satisfação das necessidades e exigências culturais. O papel do marxismo tem sido imenso na pesquisa e na atividade prática da nova geração, no terreno político e social. O marxismo, com sua experiência de mais de um

século de aplicação à realidade, comprovou seu acerto pela prática.

A comprovação dessa grandiosa experiência transformou-o no marxismo dos dias de hoje, no marxismo da época contemporânea, teoria que prossegue sendo a grande e poderosa força do proletariado e das grandes massas em sua luta por toda a parte, e onde quer que se manifeste o domínio do capitalismo ou se façam sentir os efeitos nefastos do jugo do imperialismo. O marxismo dos dias de hoje é o marxismo-leninismo em sua expressão teórico-tática mais completa – já agora incorporado com os resultados teóricos e práticos da vitória da revolução e do comunismo em países da Europa, Ásia, África e América Latina, totalizando uma população de mais de um bilhão de pessoas.

A nova geração de brasileiros viu mais recentemente na Revolução Cubana uma prova da afirmação do marxismo-leninismo dos dias atuais, e isso não pôde deixar de produzir efeitos e conseqüências entre nós.

Uma dessas conseqüências é a maneira atenta pela qual é observada a liderança marxista ante a condução e o encaminhamento das soluções exigidas pelos problemas brasileiros.

Tais soluções interessam sobretudo às novas gerações, que não somente acompanham a vida política de hoje no país, mas dele participam – vítimas das mesmas trágicas conseqüências impostas à nação pelo golpe dos “gorilas”.

Em face da nova situação, novas questões foram trazidas à luz, desafiando a liderança marxista e chamando à luta as novas gerações. As premissas destas novas questões, entretanto, já haviam sido postas em causa desde a época da ascensão do fascismo.

Em 1935 desencadeou-se a insurreição militar dirigida pelo Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora. Esta insurreição teve um nítido sentido de luta contra o fascismo – e por isso mesmo se tornou necessária – ao

mesmo tempo que significou o levantamento do protesto do povo brasileiro contra a ação e o domínio do imperialismo em nosso país.

À derrota da insurreição de 35 seguiu-se a implantação do Estado Novo, de feição fascista, que sobreviveu no país até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o nazifascismo foi derrotado. Daí por diante, uma sucessão de golpes e de ameaças golpistas tem perturbado a marcha da democracia, imprimindo à vida política brasileira a característica de uma instabilidade crônica. No desenrolar desses acontecimentos, os comunistas constituíram-se no alvo preferido dos ataques reacionários. A legalidade de seu partido não durou mais que um ano e uns meses, sendo o seu registro cassado em 1947. Seus representantes foram em seguida expulsos do Parlamento, e até hoje se proíbe aos comunistas o direito de serem votados. No fundo do ataque e do combate incessante aos comunistas, o que se quer mesmo é atingir a liberdade – os direitos fundamentais do homem e as franquias constitucionais.

Por fim, a nova geração conheceu a experiência da abrilada e suas conseqüências: a suspensão das garantias individuais, o terror ideológico e cultural (que pôs juntos no mesmo campo de luta os comunistas e os católicos liderados por Alceu de Amoroso Lima), a entrega do país aos norte-americanos, o estabelecimento da ditadura, e, em suma, uma espécie de reedição do Estado Novo – com o Ato Institucional, redigido pelo mesmo fascista que elaborou a Constituição de 1937.

A constante em todos esses momentos tem sido o papel das forças armadas agindo contra o povo e contra as liberdades. A exceção gritante foi somente em 1955, quando do 11 de novembro. O então general Lott, na função de ministro da Guerra, chefiou o contragolpe e defendeu a Carta Magna, assegurando a posse do presidente eleito. A momentânea mudança de correlação de forças favoreceu a democracia, sem que entretanto o povo tivesse tido maior participação nos acontecimentos.

Mesmo nesse caso – ainda que com um desenlace favorável, a decisão da sorte da democracia esteve inteiramente ao arbítrio das forças armadas e de seus chefes eventuais.

Uma análise atenta dos fatos revela, pois, que a lei histórica da evolução da vida política brasileira é a supressão das liberdades pelas forças armadas, através do golpe, sempre que a democracia avança e as massas se aprestam para chegar ao poder.

A circunstância de que os fatos que conduziram a esta lei histórica se repetem há trinta anos com os mesmos efeitos – depois do aparecimento do proletariado na arena política brasileira – mostra a necessidade de levá-los em conta na situação do país e de incorporá-los na apreciação dos rumos para onde se dirigem as forças populares e nacionalistas.

Decorrem daí algumas questões importantes para o modo de agir da liderança marxista.

Primeiro: As forças militares – em seu conjunto – são um instrumento do aparelho do Estado para a repressão permanente da expansão das massas em busca da democracia.

Segundo: É impossível obter a vitória sem organizar independentemente a força do movimento de massas, por meios ideológicos e materiais, e com o emprego de táticas apropriadas, condições indispensáveis à superação do poder repressivo das forças militares.

A análise – ainda que sucinta – do comportamento da liderança revolucionária e, em especial, da liderança marxista, no período anterior ao golpe de 1º de abril, contribuirá para assinalar a validade dessas conclusões.

Adotando, no fundamental, uma linha geral correta, chegamos ao movimento de massas que se desenvolveu sob o governo de Jango e que – sob a bandeira das reformas de base – colocou a nação diante do “Caminho Brasileiro” da mensagem presidencial dos idos de março.

Este caminho significava a marcha para as reformas através da pressão pacífica do movimento de massas

sobre o Parlamento, por sinal refratário a qualquer mudança de estrutura na base econômica do país. Era um caminho sob a hegemonia da burguesia nacional.

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja a possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas.

Continua sendo exato que a aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira. Seja como for, porém, torna-se imprescindível travar a batalha pela conquista da hegemonia, sem o que o futuro do movimento de massas estará comprometido.

E o único meio de disputar a hegemonia com a burguesia nacional era exatamente a luta para ganhar as massas na base da vigilância contra o golpe e para a resistência – com ou sem o governo – caso se concretizasse a ameaça da reação.

A experiência histórica brasileira ensina, como já foi assinalado, que o inimigo sempre se prepara para interceptar o caminho da democracia, quando percebe o avanço do movimento de massas e sua marcha inexorável para a conquista de um novo nível de liberdades ou para a conquista do poder. Esquecida ou menosprezada a lição desta experiência, estava selada a sorte do governo, que se propunha levar avante reformas de estrutura, contra a obstinada oposição das forças retrógradas do país apoiadas pelos Estados Unidos.

A liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo do golpe, denunciando várias vezes, embora a isso não se seguissem as medidas capazes de enfrentá-lo. Repetiam-se as advertências de que responderíamos à violência com a violência, de que os golpistas seriam esmagados se

levantassem a cabeça, sem que as palavras coincidissem com os atos.

A nenhuma resistência organizada ao golpe de 1º de abril, exceto a greve geral, foi o resultado mais sensível do erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia sem o apelo à organização de massas e à ação e vigilância independentes.

A ausência dessas condições levava a liderança a um salto no abismo, pois não lhe facultava uma base de sustentação para o avanço do movimento de massas e não lhe assegurava a retaguarda indispensável para a resistência ante a reação.

A política de conciliação da burguesia chocava-se com as exigências do movimento de massas. À medida, porém, que a burguesia via desmascarada sua política de conciliação, defrontava-se, como sempre, com a alternativa de avançar com as massas ou ser esmagada pelas forças da direita.

A tendência da burguesia é para a capitulação sem resistência ante a direita, salvo se a organização da força de massas estiver em tal nível que possa derrotar o golpe da reação. E ainda que não o esteja, a tarefa da vanguarda é alertar as massas e procurar prepará-las para enfrentar com luta os acontecimentos previstos. Este é o caso da autodefesa de massas, cujo emprego a liderança deixou de recomendar e tornar efetivo, mesmo quando a reação já havia passado a agir, impedindo comícios, atos públicos e congressos patrocinados pelas forças populares e nacionalistas. E foi num ambiente de completa apatia das forças antigolpistas que as grandes cidades do país assistiram às "marchas da família com Deus pela liberdade", preparadas e postas em movimento pelos conspiradores do centro e da direita sob a inspiração do fascismo.

O recurso à greve – e somente à greve, em particular a greve geral –, sem a aliança operário-camponesa, foi outro erro tático. Leve-se em conta a debilidade do movimento camponês, o ponto fraco da revolução brasileira, e

ter-se-á um quadro do prejuízo que significava a insistência em lançar na luta o proletariado sozinho. É fora de dúvida que a mudança de qualidade do movimento de massas só começa a verificar-se quando as massas camponesas passam a agir politicamente, apoiando de maneira consciente as lutas do proletariado nas cidades. Tal mudança, porém, jamais ocorrerá, enquanto a liderança revolucionária – e dentro dela a liderança marxista – não se empenhar a fundo em convencer as massas urbanas, e, em primeiro lugar, o proletariado sindicalizado da necessidade de um trabalho intenso junto aos camponeses, com o objetivo de despertá-los para a luta política e fazer crescer a luta de classes no campo.

À insuficiência da penetração no campo, alia-se o desprezo pelo trabalho entre a pequena burguesia, resultado da incompreensão do papel das classes médias na revolução. As classes médias tornaram-se o alvo que a reação procura mobilizar contra o proletariado, assustando-se com a propagação da tese falsa de que o marxismo é contra todo e qualquer direito de propriedade.

Errada também taticamente era a confiança alimentada no dispositivo militar da burguesia no poder, o que implicava uma subordinação absoluta às diretrizes do governo nesse terreno. A prática mostrou que, antes de preencher uma finalidade nacionalista (a favor do povo e da nação), o dispositivo militar da burguesia no poder está atrelado ao mesmo sistema repressivo das forças armadas – de onde provém – e nada fará para aniquilar a reação e o golpismo num conflito decisivo, em que as massas tenham possibilidade de vitória. E foi o que sucedeu em face do golpe de 1º de abril.

Aos fatores em causa, que contribuíram fundamentalmente para a derrota das forças populares e nacionalistas e para o insucesso da liderança revolucionária, deve-se acrescentar a subestimação do trabalho pela base, substituído quase que exclusivamente pelo trabalho de cúpula. No fundo, era a subestimação da própria massa.

Fazia-se uma apreciação errônea do processo de radicalização política no Brasil, deixando-se de levar em conta que o aparecimento de grupos radicais pequeno-burgueses de esquerda é um fato objetivo, sintoma do descontentamento provocado pela crise social e a ineficiência da ação dos governantes. O único que se impunha – como recurso tático acertado – era aceitar a realidade e, através de uma análise concreta, denunciar a gravidade da situação, tratando de alertar e preparar as massas para resistir ao desencadeamento da reação e do golpe que viria, como veio. Seria uma atitude revolucionária, de luta, a única, aliás, compatível com o exercício da liderança de massas e a conquista da hegemonia.

A liderança marxista teria aí conseguido a mais completa autoridade, uma vez que apoiada na ação, e a perplexidade seria evitada. O fato é que sem trabalho profundo com as massas, sem preparação política e ideológica, sem clareza sobre os rumos dos acontecimentos, sem a concentração de forças contra a reação, isto é, contra o golpe de direita e o fascismo militar, sem reforçar a vigilância de classe e estimular o espírito revolucionário torna-se difícil, torna-se mesmo impossível a ação revolucionária ou a revolução.

Havia também falta de clareza e de força (por falta de intensivo e ininterrupto trabalho de base) para levar a termo a frente única e dar desenvolvimento ou consequência à frente de mobilização popular, onde se encontravam os aliados radicais de esquerda, e preponderava a confusão.

Fatores novos interferiram na situação internacional – como foi o assassinato de Kennedy –, mas não lograram despertar a sensibilidade e a vigilância da liderança para a possibilidade de um levante das direitas. Na verdade, tais acontecimentos eram o sinal para que as forças da reação em todo o mundo – e logicamente também no Brasil – levantassem a cabeça e tentassem a mudança da correlação de forças, onde quer que fosse possível, ainda mesmo

em caráter transitório. Esta é uma circunstância que, de um modo geral, continua tendo legitimidade nos dias de hoje, forçando a liderança revolucionária a uma grande vigilância e acuidade.

Havia falta de unidade na liderança revolucionária, o que se explica pela falta de preparo teórico e ideológico. É uma falha tradicional que se revela invariavelmente em face dos acontecimentos de maior envergadura, quando então a liderança se vê a braços com a perplexidade e a surpresa.

A experiência brasileira ensina que no passado, com uma linha stalinista, fomos à derrota, como ainda agora também saímos derrotados aplicando uma linha geral correta do ponto de vista do marxismo contemporâneo. Isto quer dizer que há uma causa mais profunda na raiz do erro, que não nos permite dar um passo adiante nos momentos decisivos ou de desfecho das crises.

Esta causa é de ordem ideológica e só pode ser superada com o estudo atento dos erros cometidos e a reformulação de inúmeras questões e conceitos situados até agora num plano subjetivista e dogmático, e, em geral, de caráter pequeno-burguês ou burguês, e não proletariado, como devia ser.

A permanência desse estado de espírito na liderança provocará uma sobrecarga maior de influências ideológicas de fora, dificultando o avanço da revolução.

O mais urgente de tudo é, combatendo a expectativa, tomar a frente da luta de resistência. Autoridade e hegemonia conquistam-se através da luta, e, para tal, nada mais oportuno e mais adequado do que a luta de resistência. Seria prejudicial aguardar que os setores da burguesia descontentes com o golpe tomem a si a tarefa de liderar a luta de resistência. Por certo, estes setores da burguesia participarão de tal luta, com o apoio e a simpatia da nação. Aliás, a derrota da ditadura, significando igualmente a derrota do imperialismo norte-americano e das forças internas retrógradas, é do interesse da burguesia nacional,

que por isso mesmo constitui parte integrante da frente única. Mas a luta de resistência, para ser conseqüente e não sofrer os efeitos da conciliação a que seria levada pela burguesia nacional, precisa ser marcada pela participação intensa das massas, estimuladas pela ação política e o trabalho de frente única pela base.

A liderança revolucionária só pode aspirar a uma saída com as massas, como forma de resolver os problemas atuais. Não tem sentido alimentar esperanças numa saída favorável ao povo através da evolução ou do desfecho das contradições em que se debatem os golpistas.

Até agora as crises políticas criadas na situação brasileira – após a implantação da ditadura – são crises de cúpula. Logo que passarem a ser crises originadas pela base, em conseqüência das ações de massas organizadas e dos métodos de luta de massas, mudanças profundas se operarão no encaminhamento do processo revolucionário. Sem interferência das massas, sem lutas de massas, é impossível obter a vitória completa do povo.

Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar.

As novas gerações de operários, camponeses, intelectuais, estudantes, homens e mulheres jovens, com a experiência por que estão passando nos dias de hoje, trarão o influxo do sangue novo que no processo social sempre é exigido para a afirmação de uma liderança em consonância com as novas condições.

O marxismo contemporâneo nos conduzirá e ao povo brasileiro à saída esperada, a única que nos fará uma nação independente e livre, e que nos colocará, sem solução de continuidade, nos rumos do socialismo.

SOBRE O AUTOR

Carlos Marighella nasceu em Salvador, Bahia, a 5 de dezembro de 1911, filho de emigrante italiano e de uma mulher negra que lhe deu o orgulho de possuir sangue escravo.

Infância humilde, ainda adolescente desperta para as lutas sociais. Aos 18 anos inicia o curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e torna-se militante do PC. Todo o resto de sua vida será dedicado à luta dos trabalhadores, à causa da independência nacional e do socialismo.

Como represália a um poema que escreveu tecendo críticas ao interventor Juracy Magalhães, conhece pela primeira vez a prisão em 1932.

Sua militância política leva à interrupção dos estudos universitários, no 3º ano e, em 1935, se desloca para o Rio de Janeiro.

No 1º de Maio de 1936 é novamente preso e enfrenta, até o dia 23, as terríveis torturas da Política Especial de Filinto Muller. Permanece encarcerado durante um ano e, quando solto, já deixa entre os companheiros a marca de uma tenacidade impressionante. Foi libertado em 1937 com Anistia.

É deslocado então para São Paulo onde passa a agir em torno de dois eixos: reorganização dos revolucionários paulistas, duramente atingidos pela repressão, e combate ao terror imposto pela ditadura de Getúlio. A capital paulista será o centro de sua vida, de sua luta, até o momento da morte.

Em 1939 voltaria aos cárceres da ditadura, sendo mais uma vez torturado de forma animalesca, no Presídio Especial de São Paulo. Mais uma vez diante dos torturadores, negou-se a falar, negou-se a ceder qualquer informação. Só a Anistia conquistada pelo povo brasileiro em 1945 o traria de novo às ruas da liberdade. Da liberdade que cantou em poesia nascida do cárcere. Nesses 6 anos de prisão esteve recolhido à ilha de Fernando de Noronha, onde dirigiu sua energia revolucionária ao trabalho de educação cultural e política de seus companheiros de cárcere. Na CPI que investigaria as torturas do Estado Novo, uma testemunha deporia: "com referência ao deputado Carlos Marighella, afirmou-se aquele médico (Dr. Nilo Rodrigues) que nunca viu tanta resistência a maus tratos e tanta bravura".

Em 1946 foi eleito deputado baiano à Assembléia Constituinte que se seguiu à deposição de Getúlio. Será apontado como um dos mais aguerridos parlamentares de todas as bancadas, proferindo em menos de dois anos 195 discursos. Invariavelmente sua fala era de denúncia das condições de vida do povo, da crescente penetração imperialista no país, em defesa das aspirações operárias.

Em 1948 a repressão do governo Dutra cassará seu mandato parlamentar e reiniciará a perseguição que, mais uma vez, obrigaria Marighella à clandestinidade. E nessa condição permaneceria até sua morte, em 1969.

Na década de 50, em São Paulo, participa ativamente de todas as lutas populares do período: defesa do monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros à Coréia, contra a desnacionalização do ensino e de toda a economia. Cada vez mais, dirigirá sua palavra, seu trabalho e suas propostas no sentido da área rural brasileira. Em 1958 redige o estudo: "Alguns aspectos da Renda da Terra no Brasil" que abre uma série de contribuições políticas que haveria de elaborar até 1969. Visitou a China Popular, a União Soviética e anos depois, Cuba, estudando as experiências revolucionárias vitoriosas naqueles países.

Após o golpe militar de 64 foi localizado pelos beaguins do DOPS, no dia 9 de maio em um cinema da Tijuca, no Rio. Frente aos policiais que o cercavam gritaria: "Abaixo a Ditadura Militar Fascista! Viva a Democracia!" e recebe um disparo a queima-roupa, que lhe vara o peito. Mesmo ferido não interrompe a resistência e encontra forças para continuar gritando e denunciando a covardia do regime. Descrevendo o episódio neste livro, Marighella afirmaria que "minha força, vinha mesmo era da convicção política, da certeza de que tudo isso é ditadura e de que a liberdade não se defende senão resistindo".

Repetindo a postura de altivez das prisões anteriores, faz de sua defesa um ataque aos crimes da ditadura e ao obscurantismo que imperava desde 1º de abril. Catalisa um amplo movimento de solidariedade que força os generais a aceitarem um *habeas-corpus* que exigia sua imediata libertação.

Dessa data em diante procurará intensificar seu combate ao regime militar e utiliza todos os meios de luta na tentativa de impedir a consolidação do regime ilegal e ilegítimo.

Esgotadas todas as outras vias, sufocados os sindicatos pela intervenção, manietado o parlamento, suspensas as garantias constitucionais dos cidadãos, imperando o terror das torturas, Carlos Marighella, "quando já não havia outra solução" – conforme suas próprias palavras – organiza a Ação Libertadora Nacional e luta de armas na mão contra a ditadura.

Em 1969 é apontado pelos órgãos de tortura do regime militar como inimigo nº 1 e passa a ser objeto de uma caçada que envolveria diretamente todas as estruturas repressivas montadas pelo regime militar.

Na noite da ditadura militar, na noite de 1969, na longa noite de 4 de novembro, Carlos Marighella é surpreendido por uma emboscada na Alameda Casa Branca, em São Paulo, e tomba varado pelas mesmas balas que derrubaram centenas de outros brasileiros que, em diferentes trincheiras, assumiram o mesmo combate pela liberdade.



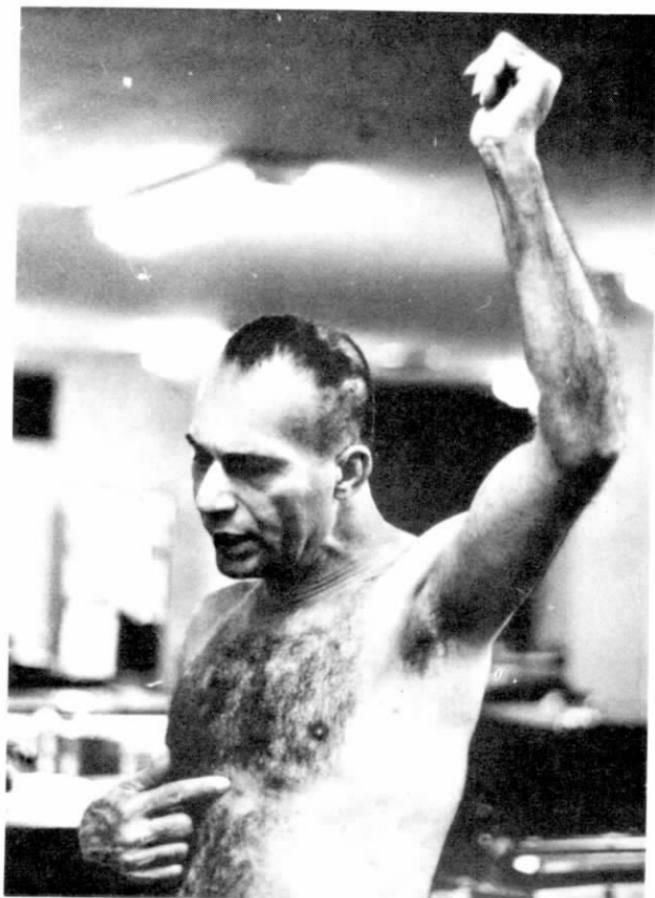
Os pais de Marighella: ele, um imigrante italiano, operário; ela, negra descendente dos haussás, afamados na história das sublevações baianas contra os escravistas



*Carlos Marighella na ocasião de
sua formatura no ginásio.*



*Marighella baleado dentro do cinema, no dia 09/5/64
Ferido e algemado, levado preso para o hospital.*



*Marighella posto em liberdade mediante habeas-corpus,
visitou todas as redações dos jornais do Rio de Janeiro.
Agradeceu a solidariedade dos jornalistas e denunciou o tiro.
Perdeu em poucos meses 14 quilos.*



Centro Editorial e Didático da UFBA,
rua Barão de Geremoabo s/nº, Campus
Universitário da Federação, Ondina,
CEP: 40170-290, Salvador-Bahia
Tel.: (071)245-9564/Fax: (071)235-8991
Atendemos pelo reembolso postal



Carlos Marighella, deputado constituinte em 1946. Teve o mandato cassado em 1948, por imposição das forças anticomunistas.

Por que resisti à prisão começa com o relato da prisão sofrida por Marighella em 9 de maio de 1964, durante uma sessão de cinema no Rio de Janeiro. Explicando o porquê da sua resistência, o autor parte para uma ampla reflexão política.

"Trata-se, por isso, de documento inestimável sobre um determinado momento de ambas [a vida de Marighella e a vida do povo brasileiro], digno de ser lido e admirado pela expressividade da escrita, a lógica da composição e a flama revolucionária de um lutador intemerato [...]"

da Apresentação de *Antonio Candido*

brasiliense
B

ODUM

CEB
Centro Editorial e Didático
Universidade Federal da Bahia

ISBN: 85-11-26025-0